



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: FORMAÇÃO HUMANA, DOCÊNCIA E CURRÍCULO**

NATHÁLIA SABRINA VIRGINIO LAUREANO

**RELAÇÕES DE GÊNERO NA REVISTA *PEDAGOGIUM*: REPRESENTAÇÕES DE
EDUCAÇÃO FEMININA (RIO GRANDE DO NORTE, 1921-1927)**

MOSSORÓ/RN

2024

NATHÁLIA SABRINA VIRGINIO LAUREANO

**RELAÇÕES DE GÊNERO NA REVISTA *PEDAGOGIUM*: REPRESENTAÇÕES DE
EDUCAÇÃO FEMININA (RIO GRANDE DO NORTE, 1921-1927)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa: Formação Humana, Docência e Currículo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sara Raphaela Machado de Amorim.

MOSSORÓ/RN

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei n° 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei n° 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Catálogo da Publicação na Fonte.

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

L378r Laureano, Nathalia Sabrina Virginio
RELAÇÕES DE GÊNERO NA REVISTA
PEDAGOGIUM: REPRESENTAÇÕES DE EDUCAÇÃO
FEMININA (RIO GRANDE DO NORTE, 1921-1927). /
Nathalia Sabrina Virginio Laureano. - MOSSORÓ, 2024.
103p.

Orientador(a): Profa. Dra. Sara Raphaela Machado de Amorim.

Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Revista Pedagogium. 2. Gênero. 3. Representações. 4. Educação Feminina. 5. História da Educação. I. Amorim, Sara Raphaela Machado de. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pela Diretoria de Informatização (DINF), sob orientação dos bibliotecários do SIB-UERN, para ser adaptado às necessidades da comunidade acadêmica UERN.

NATHÁLIA SABRINA VIRGINIO LAUREANO

**RELAÇÕES DE GÊNERO NA REVISTA *PEDAGOGIUM*:
REPRESENTAÇÕES DE EDUCAÇÃO FEMININA (RIO GRANDE DO NORTE,
1921-1927)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa: Formação Humana, Docência e Currículo.

Dissertação aprovada em: _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente

gov.br

SARA RAPHAELA MACHADO DE AMORIM

Data: 29/04/2024 20:20:40-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Sara Raphaela Machado de Amorim (Orientadora)

Orientadora – UERN/FE/POSEDUC

Prof. Dr. Rosenilson da Silva Santos

Examinador Externo – PPGHC/UFRN

Documento assinado digitalmente

gov.br

JULIO RIBEIRO SOARES

Data: 28/04/2024 19:54:35-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Júlio Ribeiro Soares

Examinador Interno - UERN/FE/POSEDUC

Suplente 1. Prof. Dr. Jean Carlos de Carvalho Costa

Examinador Externo – PPGE/UFPB

Francisco
Canindé da Silva

Assinado de forma digital por
Francisco Canindé da Silva
Dados: 2024.04.29 07:16:37
-03'00'

Suplente 2. Prof. Dr. Francisco Canindé da Silva

Examinador Interno – UERN/FE/POSEDUC

DEDICATÓRIA

O tão almejado desejo de prosear sobre mulheres, enfim, se faz presente não somente nos sonhos, agora encontra-se no papel. Dedico este trabalho às mulheres da minha vida, mãe, irmãs, avós, tias, primas, professoras, orientadoras, amigas, e a mim mesma!

Dedico esta leitura à percepção do entrelace das mulheres na construção da educação do nosso Estado.

AGRADECIMENTOS

“Não fui eu que ordenei a você? Seja forte e corajoso! Não se apavore nem desanime, pois o Senhor, o seu Deus, estará com você por onde você andar”. Josué, 1:9. Ao Senhor agradeço por ter a oportunidade de abrir os olhos todos os dias, pela possibilidade de encontrar inspiração muitas vezes na minha própria angústia e desânimo, sabendo que tenho um propósito e sou daquelas que jamais desistem. Quantas noites me peguei imaginando como seria chegar até o fim desse ciclo, a glória de saber que deu certo, que o tão solitário ato de escrever daria frutos tão relevantes e satisfatórios? Agradeço imensamente por acreditar em mim mesma, por este sentimento que sinto agora ao discorrer estas palavras.

Agradeço, de forma especial, a minha amada mãe, Maria do Socorro Virginio, que nunca, jamais mediu esforços para que suas duas filhas, Nádia e eu, nos dedicássemos aos estudos. Almejo um dia lhe prover a vida que a senhora merece, mãe. Nossos sonhos estão se realizando.

Ao longo da trajetória que começou na universidade, no curso de Pedagogia, sempre foi um desejo apressar meus pensamentos sobre as mulheres. A universidade me deu a oportunidade de enxergar o assunto a partir do viés educacional e, assim, construir meu repertório, tecer meus anseios e aprender humildemente aquilo que eu ainda não sei, então à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), meu muito obrigado.

Ao Programa de Pós-graduação em Educação - POSEDUC - UERN, gratidão. Conheci o Programa logo após finalizar a graduação no Campus Avançado de Assú, e confesso, não imaginava que conseguiria ingressar no curso de mestrado logo em seguida. Aprendi muito, cresci academicamente, intelectualmente, venho amadurecendo em decorrência de todos esses aspectos que a UERN de forma geral tem me possibilitado.

Gostaria de registrar minha gratidão às companheiras de trajetória, minha parceira de orientação, Alcivânia Menezes, muito obrigada por sua resiliência e sabedoria, pela tranquilidade passada a mim em alguns momentos de aflição, a Emanuella Palhares, tão rebuscada em suas palavras, um exemplo nas apresentações, uma inspiração, singela. Obrigada meninas, por dividirmos esses momentos. Ao amigo Erison Natecio, pelas boas risadas que demos os quatro juntos

(a confraria), nos intervalos das aulas durante o ano de 2022. Sem vocês com certeza o caminho não teria sido leve.

A querida professora e orientadora, Sara Raphaela Machado de Amorim, por essa jornada de aprendizagens. Você não imagina o quanto é inspiração, quanto a considero forte e superpoderosa, resiliente e sábia. Obrigada de coração por ser como é, por tornar a apreensão desses saberes únicos, sem soberba, de fato uma mediadora de conhecimentos.

Agradeço também a uma das pessoas que tem se feito muito importante e especial nessa jornada, com quem compartilho todos os dias minhas metas e objetivos, e que não tem medido esforços para me impulsionar, meu parceiro de sonhos, Daniel.

Ao meu amigo Waldones, meu muito obrigada por me inserir no mundo da educação desde o dia que falei que havia passado em Pedagogia na UERN, em 2017. Sempre me apoiou, incentivou e começou a me mostrar o caminho no que se refere à inserção no mercado de trabalho da nossa área. Considero-lhe como um irmão mais velho.

Ademais, gostaria de mencionar minha gratidão a todos os que passaram pela minha trajetória estudantil, desde o início. Guardo várias recordações e lembro-me porque escolhi me dedicar tanto aos estudos e me inserir na educação como professora. Tive professoras incríveis na Educação Básica. Uzinete, Jane, Margareth, Lidiane, Eliara, cada uma com sua história, nem imaginam quanto contribuíram para minha formação. Em especial, e para finalizar, teço agradecimentos à minha querida professora e orientadora de monografia, Roberta Ceres, que foi com quem essa história começou a ganhar forma.

Grata!

“Escolher escrever é rejeitar o silêncio”

(Chimamanda Ngozi Adichie)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo identificar representações de educação feminina expressas na Revista *Pedagogium*, entre os anos de 1921 a 1927. A delimitação temporal justifica-se pelo surgimento e ascensão da Associação de Professores do Rio Grande do Norte (APRN), bem como por ser o principal período de difusão do periódico em foco. O aludido impresso configurou-se enquanto espaço para a produção e disseminação de ideários educacionais, tendo entre seus autores alguns dos principais nomes relacionados à educação norte-rio-grandense, a exemplo de Nestor dos Santos Lima, Manoel Dantas, Severino Bezerra e Amphilóquio Câmara. Em relação aos aspectos teórico-metodológicos, a investigação situa-se no campo da História da Educação, operando com a abordagem da História Cultural e constituindo enquanto interlocutores, autores como Barros (2005; 2019), Chartier (2002) e Galvão e Lopes (2010). O conceito de gênero é discutido a partir de Scott (1995) e Tilly (1990), e em diálogo com as concepções de educação feminina balizada pelas obras de Costa, Teixeira e Vanin (2011), Louro (1997) e Almeida (2014). Os resultados da pesquisa apontam para uma presente discussão sobre educação feminina no periódico da APRN, seja nos textos que tratam diretamente sobre a formação e atuação de mulheres na educação do Estado, ou, ainda, os que de modo mais subjetivo apontam aspectos relacionados ao que era esperado para a construção do perfil feminino almejado para a sociedade letrada que se buscava formar nas primeiras décadas do século XX.

Palavras-chave: Revista *Pedagogium*; Gênero; Representações; Educação Feminina; História da Educação.

ABSTRACT

This research aims to identify representations of female education expressed in the *Pedagogium Journal*, between the years 1921 and 1927. The temporal delimitation is justified by the emergence and rise of the Association of Teachers of Rio Grande do Norte (APRN), as well as by the fact that it is the main period of dissemination of the journal in focus. The aforementioned printed matter was configured as a space for the production and dissemination of educational ideas, having among its authors some of the main names related to education in the north of Rio Grande do Sul, such as Nestor dos Santos Lima, Manoel Dantas, Severino Bezerra and Amphilóquio Câmara. In relation to the theoretical-methodological aspects, the research is situated in the field of History of Education, operating with the approach of Cultural History and constituting as interlocutors, authors such as Barros (2005;2019), Chartier (2002) and Galvão and Lopes (2010). The concept of gender is discussed based on Scott (1995) and Tilly (1990), and in dialogue with the conceptions of female education based on the works of Costa, Teixeira and Vanin (2011), Louro (1997) and Almeida (2014). The results of the research point to a present discussion on female education in the APRN journal, either in the texts that deal directly with the formation and performance of women in education in the State, or even those that more subjectively point out aspects related to what was expected for the construction of the desired female profile for the literate society that was sought to be formed in the first decades of the twentieth century.

Keywords: *Pedagogium Journal*; Gender; Representations; Women's Education; History of Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Revista Pedagogium (1921).....	23
Figura 2: Escola Normal e Grupo Escolar Augusto Severo (1927).....	47
Figura 3: Capa do Jornal “O Íris” (1875).....	51
Figura 4: Jornal das Moças: Revista Quinzenal Ilustrada (1914).....	53
Figura 5: Jornal das Moças (1955).....	54
Figura 6: Jornal das Moças: Dicas de beleza (1954).....	55
Figura 7: Jornal das Moças (1954).....	56
Figura 8: Jornal das Moças: Evangelho das mães (1950).....	57
Figura 9: Jornal das Moças: literatura, humorismo e crítica (1925).....	59
Figura 10: Revista Pedagogium (1921).....	63
Figura 11: Sede do Departamento de Educação do Rio Grande do Norte (1927)....	64
Figura 12: Turma composta por formandos, professores e o diretor da Escola Normal (1920).....	65
Figura 13: Apresentação da diretoria da Associação de Professores do Rio Grande do Norte para o ano de 1922.....	68
Figura 14: Nestor dos Santos Lima (1927).....	69
Figura 15: Professor Amphilóquio Câmara na Revista Pedagogium (1927).....	70
Figura 16: “A missão da mulher” publicado por Júlia Medeiros (1925).....	80
Figura 17: Júlia Augusta de Medeiros (1925).....	81
Figura 18: Primeiras eleitoras do Brasil na cidade de Natal (1928).....	82
Figura 19: Professora Júlia Medeiros votando na cidade de Caicó-RN (1928).....	82
Figura 20: Júlia Alves Barbosa Cavalcanti.....	84
Figura 21: Texto “O Systema Metrico Decimal” publicado por Júlia Alves Barbosa.....	85
Figura 22: Registro de Homenagem à Maria Carolina Wanderley Caldas (1995)....	86

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA 1: Categorias de análise elaboradas na investigação.....	73
GRÁFICO 1: Inserção das mulheres no mercado de trabalho (Nordeste, 2019).....	77
GRÁFICO 2: Inserção das mulheres no mercado de trabalho (Norte, 2019).....	77
GRÁFICO 3: Inserção das mulheres no mercado de trabalho (Centro-oeste, 2019).....	78
GRÁFICO 4: Inserção das mulheres no mercado de trabalho (Sul, 2019).....	78
GRÁFICO 5: Inserção das mulheres no mercado de trabalho (Sudeste, 2019).....	79

LISTA DE SIGLAS

APRN - Associação de Professores do Rio Grande do Norte

BCZM - Biblioteca Central Zila Mamede

IHGRN - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

UERN - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

CAA - Campus Avançado de Assú

LABIM - Repositório do Laboratório de Imagens da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

POSEDUC - Programa de Pós-Graduação em Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
Seção 1 - HISTÓRIAS E MEMÓRIAS: da trajetória de vida à construção de possibilidades investigativas.....	23
1.1 Recorrendo às memórias: inquietações de uma mulher educadora.....	27
1.2 Mulheres, educação e representações: encontro com o objeto de pesquisa.....	33
1.3 Perspectivas históricas sobre as relações entre gênero e educação.....	37
Seção 2 - HISTÓRIA CULTURAL E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: conexões e possibilidades investigativas da educação de mulheres.....	42
2.1 Periódicos educacionais como fontes e objetos na pesquisa historiográfica.....	47
2.2 A presença feminina por entre as páginas de jornais e revistas que versam sobre educação.....	50
2.3 A Revista <i>Pedagogium</i> : questões históricas a partir do olhar sobre um periódico educacional.....	60
Seção 3 - REPRESENTAÇÕES DE EDUCAÇÃO FEMININA NA REVISTA PEDAGOGIUM.....	64
3.1 O “lugar” das mulheres na Revista <i>Pedagogium</i> : leitoras, escritoras e/ou protagonistas?.....	70
3.2 Expectativas de profissionalização docente feminina expressas na Revista <i>Pedagogium</i>	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS.....	100

INTRODUÇÃO

Quais análises e interpretações acerca da educação são possíveis a partir do estudo documental? Como elementos característicos da educação de determinado contexto histórico podem emergir de fontes educacionais a partir das perguntas que lhes são feitas? Os questionamentos que compõem as linhas introdutórias deste texto apontam para as possibilidades investigativas construídas ao longo do curso de mestrado, com uma pesquisa documental no campo investigativo da História da Educação norte-rio-grandense.

Nos anos iniciais do século XX, período sobre o qual debruça-se esta pesquisa, o Brasil passava por mudanças de ordem socioeconômica, política, cultural e, sobretudo, no campo da educação. Junto à produção de novas características para a sociedade que se desejava formar a partir da Proclamação da República, surgiram demandas relacionadas ao processo de urbanização, novas edificações e, portanto, novos atributos à educação para a formação dos indivíduos que integrariam tais cenários.

De acordo com Moraes (2002, p. 35), as transformações no cenário urbano apontavam para o projeto de formação de uma sociedade letrada, pois “valorizava-se a leitura como símbolo de instrução e como forma de socialização”. A educação institucionalizada torna-se, portanto, um ponto chave, sempre afetada a partir das mudanças no cenário de um país, algo que pode-se perceber de modo específico nos anos iniciais do período republicano, pois para a realização do projeto político de moldes cívico-patrióticos foram criadas tanto instituições destinadas à escolarização primária, como espaços voltados especificamente à formação profissional docente: as chamadas Escolas Normais. Com isto, houve a formalização da profissão, já que por algum tempo o trabalho docente poderia ser feito de modo artesanal - sem formação teórica para tal - por profissionais vinculados a outras categorias, tais como médicos, advogados e engenheiros.

É válido ressaltar que com a possibilidade de formação profissional oficial, surgem, também, agremiações profissionais, à exemplo da Associação de Professores do Rio Grande do Norte (APRN), entidade destinada aos debates circunscritos ao campo de formação e atuação profissional dos professores no Estado.

É no aludido cenário que surgiu a Revista *Pedagogium*. Nas primeiras décadas do século XX, tal periódico expressou-se como espaço no qual os professores

poderiam disseminar ideários educacionais, sociais e culturais acerca do momento vivenciado pela sociedade norte-rio-grandense, ou mesmo estabelecer comparações com outros cenários para além do território potiguar.

A partir das perspectivas assumidas por aqueles(as) que escreviam na referida revista, observa-se a veiculação de informações, bem como o atravessamento de ideias, pensadas e partilhadas por uma classe, para essa mesma classe e/ou categoria, com o objetivo de propagar o movimento no qual os profissionais docentes, especialmente, vinham se imbricando, levando em consideração o Movimento Escola Nova, que teve bastante influência sobre a educação norte-rio-grandense.

Tais elementos sobre as perspectivas desse veículo pedagógico que se instaurou e repercutiu inúmeros ideários e referências no que diz respeito à educação, podem ser identificados na apresentação da Associação de Professores do Rio Grande do Norte (APRN)¹, publicada na Revista *Pedagogium* nº 1, jul de 1921:

Associação de Professores

Quando se tratou de commemorar condignamente a passagem do primeiro decenio da diplomação da primeira turma de professores do Estado, occorreu aos remanescentes dessa pleiade de jovens preceptores a idèa de fundar um núcleo social para defender, numa acção synergica, os interesses do ensino e da nobre classe do magisterio. Não poderia ser mais feliz, nem mais oportuna a idea preconcebida, traduzida hoje em tangivel e brilhante realidade. No seio do professorado, hoje numeroso e selecto, ha muito se vinha fazendo sentir a necessidade de arregimentação de energias, de unidade de vista e de harmonia de acção, collimando a defeza commum e propugnando pela ingente causa, a que se consagrou, de corpo e espírito, num apostolado verdadeiramente edificante. Levada a idea incipiente ao conhecimento de altas autoridades do ensino, Dr. Antonio de Souza, benemerito governador do Estado, dr. Manoel Dantas, illustrado director geral da Instrução Pública e dr. Nestor Lima, competente director da Escola Normal, teve ella a melhor e mais generosa acolhida, por parte desse esclarecidos espiritos dirigentes, que cedo anteviram a ampla seara de benefícios que lhe está reservada. (Pedagogium, 1921, p. 2-3).²

A Revista *Pedagogium* nasce da ascensão da Associação de Professores do Rio Grande do Norte, fato que faz referência à sua relevância, principalmente, por

¹ A Associação de Professores do Rio Grande do Norte foi criada em 4 de dezembro de 1920, especialmente, pela reabertura da Escola Normal de Natal, instituição que formou os primeiros professores do Rio Grande do Norte.

² Esse texto foi retirado diretamente do periódico publicado no ano referido, desta forma, algumas palavras escritas na época, atualmente mudaram sua ortografia, para preservar as características do texto original mantemos como no formato publicado.

tratar-se de um “lugar” que reunia, à época, diversos profissionais da educação com discussões acerca de seus ideários que versavam em torno de questões socioeducacionais, especialmente, época em que o Brasil passava por uma transição na educação, como já fora citado.

De acordo com Ribeiro³ (2020, p. 20):

A revista então, é o laboratório científico que assume, como já registrado, espaço científico acadêmico e propagador, que se propõe a contribuir e instrumentalizar o professorado para atuar com conhecimento e técnica, exigências da modernidade, no caso do nosso recorte histórico, do processo de industrialização e suas necessidades técnicas.

Diante da complexidade do estudo de um periódico que é inaugurado em um momento de tantas transformações no cenário nacional e, em particular, no norte-rio-grandense, este estudo volta-se à compreensão de um aspecto, em especial, que atravessava os projetos educacionais e de profissionalização nas primeiras décadas do século XX: a educação feminina. Este trabalho é muito ansiado e querido pela pesquisadora, porque, além de vestir a bandeira de luta pelo reconhecimento de mulheres enquanto partícipes das diversas e distintas construções histórico-sociais, pauta-se na necessidade de identificar as representações de educação feminina expressas na Revista *Pedagogium*.

Morais (2002, p. 25) versa sobre o cuidado de não perceber a história das mulheres como:

[...] uma ordenação sucessiva de acontecimentos revelados apenas por meio da manipulação dos documentos seriais, quantitativos, e, sim, como uma construção viva, dinâmica e tensa. Trata-se de uma questão de sensibilidade para urdir, de maneira inteligível, a estrutura específica deste relato.

Almejando operar com a sensibilidade necessária à compreensão das representações de educação feminina presentes na Revista *Pedagogium*, elencamos objetivos voltados à discussão e abordagem da problemática em questão. São estes: I - Investigar elementos circunscritos às discussões de gênero na Revista *Pedagogium*; II - Identificar especificidades relacionadas à educação feminina nos

³ A pesquisa (Tese) de Doutorado de Ribeiro (2020) contribui para pensarmos na Associação de Professores do Rio Grande do Norte e, no impresso transcrito por um grupo de professores e intelectuais da década de 1920, que compunham a Associação mencionada, a então, Revista *Pedagogium*, como um veículo contribuinte para a História da Educação Norte Rio Grandense.

textos disseminados na Revista *Pedagogium*; III - Analisar representações sobre educação feminina construídas no âmbito da Associação de Professores do Rio Grande do Norte/APRN e expressas na Revista *Pedagogium*.

Essa é uma pesquisa histórico-documental que utiliza a Revista *Pedagogium* como fonte principal com base nas inquietações sobre a educação feminina da época, considerando que a Revista foi um importante veículo de produção e disseminação de ideias no campo educacional. A Revista *Pedagogium* caracteriza-se como um meio pelo qual os (as) professores (as) do Estado do Rio Grande do Norte colocavam em pauta seus ideários e compartilhavam entre si e sociedade, sendo encabeçada pela Associação de Professores do Rio Grande do Norte (APRN). Nestor dos Santos Lima foi o primeiro diretor da Revista *Pedagogium*, outros nomes como Amphilóquio Câmara, Luiz Soares e Francisco Veras também estiveram na direção da Revista em outros anos.

A Revista encontra-se arquivada no acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN)⁴. Esta revista simbolizava um meio pelo qual os professores podiam articular e prosperar seus ideários, pensamentos e reflexões sobre o que acontecia politicamente no período e propunham problematizações acerca da educação, especialmente, e suas vertentes.

A Revista *Pedagogium* teve números publicados durante a década de 1920. Tivemos acesso inicial a esses números através do Repositório da UFRN, (LABIM⁵), onde então, verificamos que no ano de 1921 foram publicados o nº 1 e nº 2; em 1922 nº 3, nº 4 e nº 5; em 1923 nº 7, nº 8, nº 9 e nº 10; em 1924 nº 11, nº 12 e nº 13; em 1925 nº 17, nº 19, nº 20 e nº 21, observamos que houve também o nº 22, porém viria a ser publicado somente no ano seguinte (1926). Em 1927, a Revista publicou um número em comemoração ao centenário do Ensino Primário Brasileiro. Até aqui não tivemos acesso a nenhum número referente aos anos 1928, 1929 e 1930, a Revista *Pedagogium* também publicará sobre a 2ª e a 3ª Semana Brasileira de Educação.

Dentre os impressos existentes tivemos acesso a aproximadamente, 20 números, entre estes, a partir de um mapeamento, pudemos verificar que os textos são, predominantemente, de caráter pedagógico e que não deixam de dialogar com

⁴ O IHGRN é uma entidade centenária, fundada em 29 de março de 1902, por um grupo de notáveis, entre eles ex-governadores, intelectuais e figuras proeminentes do estado. O objetivo da instituição é construir a memória do estado e estabelecer um lugar para o Rio Grande do Norte na elaboração da memória nacional. Informação consultada em: <https://ccsa.ufrn.br/>.

⁵ Repositório do Laboratório de Imagens da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

questões políticas, sociais, econômicas, culturais, dentre outras. Para este estudo estabelecemos o recorte temporal situado entre os anos de 1921 e 1927, com objetivo já relatado de identificar representações de educação feminina expressas nos textos publicados entre os anos que compõem a delimitação temporal estabelecida. Buscamos identificar de que forma as mulheres se faziam presentes na revista, se elas escreviam, de que maneira eram descritas, caracterizadas, como se pensava na educação das mulheres e como repercutiam perspectivas de processos de profissionalização docente destas na época.

Neste trabalho realizamos investigação documental com ênfase na pesquisa com fontes históricas educacionais e trabalhamos com conceitos e categorias que subsidiam as escolhas feitas no decorrer da pesquisa.

Uma vez que o historiador trabalha com sociedades que já desapareceram ou se transmutaram – ou, mais ainda, com processos que já se extinguiram ou que fluíram através de transformações que terminaram por atravessar os tempos até chegar ao presente produzindo novos efeitos – não existiria outro modo de perceber estas sociedades ou apreender estes processos senão a partir das chamadas “fontes históricas”, aqui entendidas como os diversos resíduos, vestígios, discursos e materiais de vários tipos que, deixados pelos seres humanos historicamente situados no passado, chegaram ao tempo presente através de caminhos diversos (Barros, 2019, p. 7).

Dentre os conceitos com os quais operamos, destacamos: o conceito de gênero, atrelado à história social das mulheres e compreendendo-o enquanto uma categoria útil de análise histórica, que contribui para pensarmos na nomenclatura estruturada pela sociedade sobre os estereótipos empregados para definir homens e mulheres. Para tanto, constituímos enquanto interlocutoras, as autoras Tilly (1990) e Scott (1995). Contamos também com Beauvoir (1967), que nos ajuda a pensar gênero a partir da leitura do livro “O segundo sexo a experiência vivida”, contribuindo para percebermos a diferença entre a existência e a construção social do termo gênero numa perspectiva filosófica existencialista.

As concepções de educação feminina nesta pesquisa estão diretamente ligadas às relações de gênero instituídas no contexto histórico analisado. Diante disso, apoiamo-nos na leitura do livro “Ensino e Gênero” (2011), especialmente, com os capítulos III (Educação e Gênero) e IV (Educação e práticas pedagógicas: gênero e diversidade na sala de aula). Desta forma, conhecemos e nos aproximamos de Louro (1997), que esboça em seu livro “Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva

pós-estruturalista”, concepções que acabam contribuindo para pensarmos o conceito de gênero a partir das colocações sobre a educação feminina, atravessando as diferenças criadas socialmente entre ambos os gêneros.

Almeida (2014) atravessa nossas reflexões com as provocações postas a partir do estudo sobre “Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX”, dada a leitura é possível pensar acerca estrutura na qual a educação feminina se constitui ao longo do tempo, como se constroem os pressupostos em torno da formação educacional feminina, seja na educação enquanto prática social, seja na forma em que as mulheres exercem o papel a partir do momento que desempenham a docente.

A metodologia do nosso trabalho versa em torno de uma pesquisa qualitativa de cunho documental com a utilização de fontes documentais circunscritas ao campo da educação, investigando, principalmente, a Revista *Pedagogium* com intenção de identificar e analisar as representações de educação feminina e possíveis expectativas de profissionalização docente feminina expressos no mencionado periódico.

Para isto, nos aproximamos da História Cultural, com embasamento na leitura “A história cultural e a contribuição de Roger Chartier” (2005) por José D’Assunção Barros, que nos possibilita a compreensão da “expansão de novos objetos historiográficos” (2005, p. 126). A partir da nova história cultural pensamos conceitos, dentre eles, o de representações, através de “A história cultural entre práticas e representações” de Roger Chartier (2002). Trabalhamos com o livro “Território Plural”, de Galvão e Lopes (2010), que nos permite refletir sobre a História da educação no Brasil, seus entrecruzamentos com o objeto de estudo e vertentes que movimentaram o país nos últimos séculos.

Pensamos num estudo com a possibilidade do trabalho com fontes históricas e periódicos educacionais com De Luca (2008) e Moraes (2002), que versam sobre aspectos metodológicos referentes ao trabalho com periódicos. Nesse sentido, é possível, ainda, refletir sobre quais as imbricações entre mulheres e a imprensa, bem como as aproximações delas com a cultura letrada.

O trabalho organiza-se em três seções. A primeira seção, intitulada *Histórias e memórias: da trajetória de vida à construção de possibilidades investigativas*, é apresentada a construção do objeto a partir das narrativas autobiográficas da pesquisadora. Constituem a seção os subitens: 1.1 Recorrendo às memórias:

inquietações de uma mulher educadora; 1.2 Mulheres, educação e representações: encontro com o objeto de pesquisa e 1.3 Perspectivas históricas sobre as relações entre gênero e educação. Na seção são abordados aspectos que relacionam os interesses investigativos da autora com a área da educação em perspectiva das relações de gênero até a construção da proposta de investigar as representações de educação feminina na Revista *Pedagogium*. Ainda na primeira seção é realizada uma discussão autobiográfica, a partir da qual recorreremos ao diálogo com as memórias para o entrelace do estudo com a trajetória de vida da pesquisadora.

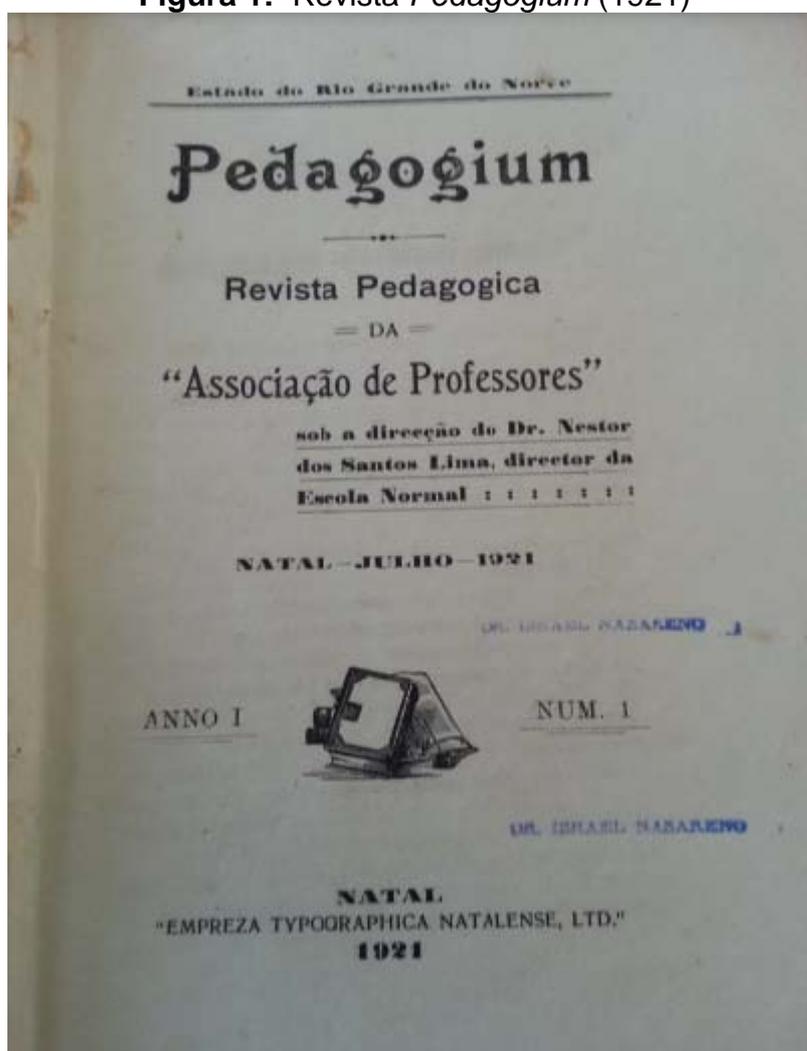
A segunda seção, *História cultural e história da educação: conexões e possibilidades investigativas da educação de mulheres*, é pautada na discussão teórico metodológica acerca do trabalho com fontes históricas, explicitando as razões que justificam a análise de um periódico educacional. São realizadas discussões acerca da História Cultural e História da Educação, em diálogo com o conceito de representação, Fontes Historiográficas e Periódicos Educacionais. Para tanto, foram estabelecidos os seguintes subitens: 2.1 Periódicos educacionais como fontes e objetos na pesquisa historiográfica; 2.2 A presença feminina por entre as páginas de jornais e revistas que versam sobre educação e 2.3 A Revista *Pedagogium*: questões históricas a partir do olhar sobre um periódico educacional. São tratadas as questões sobre as relações entre História Cultural e História da Educação no tocante às possibilidades e usos de novas fontes, bem como acerca desta operação para a criação de novos objetos de estudo no campo. Corroboramos com Pesavento (2003, p. 69), quando afirma que “[...] a renovação das correntes da história e dos campos de pesquisa, multiplicando o universo temático e os objetos, bem como a utilização de uma multiplicidade de novas fontes”.

Representações de educação feminina na Revista Pedagogium é o título que descreve o conteúdo presente na terceira seção desta dissertação. Nela, são compartilhadas as análises das fontes de pesquisa a partir da problematização sobre o que a Revista *Pedagogium* apresenta acerca dessas representações de educação feminina com base no mapeamento realizado nas edições publicadas de 1921 a 1927. Os diálogos atravessam os seguintes pontos - 3.1 O “lugar” das mulheres na Revista *Pedagogium*: leitoras, escritoras e/ou protagonistas? e 3.2 Expectativas de profissionalização docente feminina expressas na Revista *Pedagogium*. De tal maneira, refletiremos sobretudo, acerca da posição das mulheres e em quais condições são retratadas no periódico em análise.

1. HISTÓRIAS E MEMÓRIAS: da trajetória de vida à construção de possibilidades investigativas

Neste estudo abordamos a temática que diz respeito à historicidade da educação feminina e de respectivas representações de gênero presentes na Revista *Pedagogium*, entre os anos de 1921 até 1927. Nesta época, a Revista *Pedagogium* circulava como um veículo de comunicação particular dos professores do Estado do Rio Grande do Norte, que foi criada pela Associação de Professores do Rio Grande do Norte. Esta revista simbolizava um meio pelo qual os professores disseminavam suas ideias, o que estava acontecendo politicamente no período, propunham problematizações acerca da educação e suas vertentes.

Figura 1: Revista *Pedagogium* (1921)



Fonte: Laboratório de Imagens da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (LABIM - UFRN)

A revista publicou a maior parte de seus números durante a década de 1920; porém, nosso recorte temporal está situado entre os anos de 1921 a 1927, porque este período corresponde à primeira fase da Revista. Consideramos relevante focar nos textos publicados apenas durante essa fase, uma vez que, neste material identificamos a presença de um considerável volume de textos referentes a questões políticas, econômicas, educacionais, com ênfase em assuntos de caráter pedagógico e também, de gênero.

O objeto de estudo desta pesquisa é produzido a partir da identificação de representações de educação feminina na revista em discussão, fossem elas relacionadas à educação institucionalizada, ao processo histórico de profissionalização, ou mesmo concernentes às expectativas para a formação do perfil feminino no respectivo período. As questões que emergem no centro dos estudos são: por quais formas as mulheres se faziam presentes na revista? Escreviam? Se sim, sobre quais temas? De que maneira eram descritas, a o que destinavam-se à dissertar sobre educação feminina na Revista *Pedagogium*? Como era pensada a educação das mulheres e como repercutiam as expectativas em torno da formação e profissionalização docente feminina?

Consideramos necessário informar o leitor a respeito das características da nossa fonte de pesquisa, e do nosso objeto de estudo, para que haja, posteriormente, melhor compreensão da relação de ambos com as “histórias e memórias” da autora que aqui são descritas, bem como estas atravessam o desenvolvimento e as escolhas desta pesquisa.

A iniciativa de trabalhar com um periódico educacional, em paralelo às memórias refletem um desejo subjetivo da que vos fala⁶, mas também busca proporcionar o contato do leitor com a Nova História Cultural, que nos proporciona expandir novos objetos historiográficos, em acordo com Barros (2005, p. 126), quando afirma que:

Entre as várias modalidades da História que se desenvolveram no decurso do século XX, algumas primam pela riqueza de possibilidades que abrem aos historiadores, que as praticam, por vezes, com perspectivas antagônicas entre si. A História Cultural – campo historiográfico que se torna mais preciso e evidente a partir das últimas décadas do século XX, mas que tem claros antecedentes desde o

⁶ Em alguns trechos desta seção utilizaremos a conjugação na primeira pessoa do singular, por apresentarmos uma escrita autobiográfica com narrativas pessoais da autora.

início do mesmo século – é particularmente rica no sentido de abrigar no seu seio diferentes possibilidades de tratamento.

A abordagem, conforme denomina o autor, possibilita-nos explorar outros/novos caminhos e/ou trajetórias de pesquisa. “A História Cultural enfoca não apenas os mecanismos de produção dos objetos culturais, como também os seus mecanismos de recepção (e já vimos que, de um modo ou de outro, a recepção é também uma forma de produção)” (2005, p. 128). Busco apresentar um texto que proporcione compreensão sobre as imbricações da que escreve num paralelo com o leitor, apresento como destaque minhas inquietações e anseios acerca da temática, levando em consideração minhas vivências/experiências, desenvolvo nestas linhas como ocorrerá a construção/aproximação com o objeto, sobretudo julgo necessário ponderar a relevância de se pensar no contexto atual em detrimento das constituições de educação feminina percebidas na revista a época citada. Por isso, é importante compreender que:

uma nova História Cultural interessar-se-á pelos sujeitos produtores e receptores de cultura – o que abarca tanto a função social dos “intelectuais” de todos os tipos [...] até o público receptor, o leitor comum, ou as massas capturadas modernamente pela chamada “indústria cultural” (esta que, aliás, também pode ser relacionada como uma agência produtora e difusora de cultura). Agências de produção e difusão cultural também se encontram no âmbito institucional: os sistemas educativos, a imprensa, os meios de comunicação, as organizações socioculturais e religiosas. (Barros, 2005, p. 129-130).

Enxergo claramente esta produção cultural enquanto sujeito/mulher/pesquisadora. Minha trajetória tem muito a ver com minhas perspectivas enquanto menina, pois desde pequena não me sentia representada pelo papel atribuído à mulher perante a sociedade, determinada a partir da forma como a sociedade lida com a mulher, impondo como deve ser, se comportar, se vestir, como manter as relações, como agir em detrimento das situações no desenrolar da vida. Apoiando-me às concepções de representação de Roger Chartier (2002), percebemos que:

A relação de representação é assim confundida pela ação da imaginação, essa parte dominante do homem, essa mestra do erro e da falsidade, que faz tomar o logro pela verdade, que ostenta os signos visíveis como provas de uma realidade que não o é. Assim

deturpada, a representação transforma-se em máquina de fabrico de respeito e de submissão, num instrumento que produz constrangimento interiorizado, que é necessário onde quer que falte o possível recurso a uma violência imediata. (Chartier, 2002, p. 22).

Barros (2005, p. 131) sinaliza que “os objetos culturais seriam produzidos “entre práticas e representações”, como os sujeitos produtores e receptores de cultura circularam entre estes dois pólos que, de certo modo, correspondem respectivamente aos “modos de fazer” e aos “modos de ver”. Essas concepções nos fazem refletir a partir do cenário posto acerca da relação que a educação constitui conforme a produção das culturas e representações, assim enxergamos na educação emergente potencial de contribuir para pensar as relações de gênero que a atravessam em seus processos, possibilitando assim, entender de que forma elas se orquestram na sociedade.

Nossa sociedade é repleta de “noções de representação”. Barros (2005) salienta, que estas podem ser individuais ou coletivas sobre os sujeitos acerca de suas ações, então, quanto aos discursos que repercutem sobre o papel feminino em sociedade, no instante em que transcende percepções subjetivas e acarretam num tipo de transição cultural coletiva, podemos nos deparar com o que o autor denomina de “mentalidades, imaginário e representações” (“mentalidades” é expressão forjada a partir da historiografia francesa da década de 1960; “imaginário” é uma palavra que apenas recentemente migrou para o campo histórico, importada de campos como a psicologia e a fenomenologia)” (Barros, 2005, p. 135-136). De acordo com sua perspectiva, estas são noções que ainda estão em processo de conhecimento, sendo experienciadas pelo campo das Ciências Humanas. Arrematamos:

As noções complementares de “práticas e representações” são bastante úteis, porque através delas podemos examinar tanto os objetos culturais produzidos como os sujeitos produtores e receptores de cultura, os processos que envolvem a produção e difusão cultural, os sistemas que dão suporte a estes processos e sujeitos, e por fim as normas a que se conformam as sociedades quando produzem cultura, inclusive mediante a consolidação de seus costumes. De alguma maneira, a noção de “representação” pretende corrigir aspectos lacunares que aparecem em noções mais ambíguas, como, por exemplo, a de “mentalidades” [...] as representações podem incluir os modos de pensar e de sentir, inclusive coletivos, mas não se restringem a eles. (Barros, 2005, p. 135).

Desta forma, faremos uso das memórias da pesquisadora para abarcar os sentidos que nos levam ao encontro com o objeto de estudo escolhido para tratarmos sobre as representações de gênero e educação feminina incutidas na Revista, enxergando tal como possibilidade de investigação às questões que envolvem a historiografia norte-rio-grandense.

1.1 Recorrendo às memórias: inquietações de uma mulher educadora

Ser mulher, educadora, de classe média, nordestina, filha de agricultores revela boa parte das inquietações que dão lastro a esta pesquisa. À luz dos meus vinte e poucos anos, tenho vivido um processo muito conturbado do ponto de vista existencial, penso qual meu papel no mundo e acredito que todos passem por isso em algum momento da vida. Faço parte de um grupo de mulheres que não se acomodam com as implicações sobre nossas vidas em sociedade, sou parte que resiste ao machismo e ao patriarcado, todos os dias a luta é por deslegitimar os estereótipos requeridos previamente e impostos às mulheres como verdades absolutas século após século.

Segundo Andrade e Santos (2016), é necessário “problematizar as relações sociais e seus processos históricos a partir da perspectiva das análises de Gênero. Fazer isso só é um exercício possível se prescindir pela análise histórica das categorias conceituais que antecederam a emergência do *gênero* enquanto categoria de análise social, histórica, relacional e política. (2016, p. 22).

Minhas inquietações iniciaram-se ainda na infância, acredito que o fato de ter vivenciado o conflito entre meus pais, o impacto de, parcialmente, não ter crescido com meu pai, deixou grandes lacunas no meu desenvolvimento pessoal. O meu processo de construção como pessoa e como mulher derivam totalmente das implicações postas na minha formação desde criança, os comportamentos que eu observava entre os homens e as mulheres sempre me causaram estranhamento, começando pelo que identificava em minha família. Entendendo essas representações, verificamos a partir de uma perspectiva do movimento feminista as imbricações e emergência de debater sobre as concepções de gênero:

O engendramento, e posteriormente, a problematização do conceito de gênero no interior do movimento feminista, mas não só aí, permitiu a emergência de um debate mais intenso no tocante às identidades

de gênero a partir de sua desnaturalização. O que para algumas/alguns teóricas/ou faz do gênero um conceito que transcende seu papel de instrumental epistemológico e o coloca no patamar de um importante mecanismo de luta política, pois o questionamento da "natureza" de tais identidades e de seus significados sociais possibilita a abertura do debate em torno da forma como tais identidades são vivenciadas e construídas, colocando em xeque a hierarquização das relações entre os gêneros, na tentativa de promover a diferença como aspecto de diversidade e com direito. (Andrade; Santos, 2016, p. 36).

Mesmo que ainda sem saber dar nome, percebia as relações de gênero que me rodeavam, eu só não sabia explicar do que aquelas relações se tratavam, mas o incômodo era perceptível, nítido, eu sempre fazia questão de expressar, mesmo ainda sendo criança. Os anos foram passando, chegando à adolescência tudo começará ficar mais complicado, mais complexo e palpável, de uma forma que eu já conseguia compreender que aquelas relações existiam daquela maneira por consequência do machismo historicamente entranhado na sociedade, então comecei a fazer relação com meu cotidiano e perceber o quanto estava inserida naquilo que não podia controlar e que atingia toda a minha volta. As autoras Stephanou e Bastos (2005), apresentam como a memória se constitui e acaba se configurando como um tipo de artifício metodológico, não somente como parte ou complemento de outros métodos/metodologias investigativas, mas como aquela que pode possibilitar estudos no campo da História Cultural. Refletem:

O que isso tem a ver com a memória? Há uma clara ruptura com a concepção de que apenas tem valor os documentos escritos (oficiais, especialmente). Se deixamos em suspenso o estatuto de verdade dos documentos, então os problemas de veracidade, contaminação, tendenciosidade já não serão *a priori* que invalidam ou secundarizam documentos orais e seu uso por uma pretensa história menor. Há espaço de aceitação e de criação da História a partir das memórias, plurais, incorrentes, movediças, indomáveis. Vestígios de memória que são produzidos diferentemente, como são diversas as experiências vividas e as interpelações discursivas individuais e coletivas. (Stephanou; Bastos, 2005, p. 419).

Recorro às memórias por considerar minha história parte indissociável das lembranças que trago à tona e que me guiaram ao campo e ao objeto de pesquisa. Escrever sobre história, trajetória de vida, versar uma escrita de cunho autobiográfico não é possível sem fazer uso constante das memórias, e para isso refletimos o conceito de Memória estreitado por Stephanou e Bastos, “a memória é uma espécie

de caleidoscópio composto por vivências, espaços e lugares, tempos, pessoas, sentimentos, percepções/sensações, objetos, sons e silêncios, aromas e sabores, texturas e formas” (2005, p. 420), pois não haveria como constituir história sem a premissa das memórias, ao passo que interpretam memória como algo parcial, pois proveniente das subjetividades e com intencionalidade, por tratar-se de sensações, sentidos e emoções. As autoras discutem isso elaborando questionamento acerca da precisão das memórias.

Como confiar na memória se ela não é razão, é emoção e dialoga com a ficção? Como confiar na memória se ela é esquecimento e lembrança a um só tempo? Se ela nem sempre está nas palavras, mas nos gestos, nos sentidos, nas materialidades? Se ela é unida do humano, da cultura, das crenças e valores, das identidades experimentadas no decorrer de uma vida, poderá ser merecedora de poder contar a História? Como valorizar aquilo que pode ser singular, processo de individuação, se a história é, afinal, a história da humanidade? (Stephanou; Bastos, 2005, p. 421).

Aqui trago as memórias sob a perspectiva de pensá-las como um dos caminhos para a metodologia de pesquisa, e, assim, me insiro como sujeito construída a partir dessas memórias, levando em consideração que não busco determinar como fato ou verdadeiras as minhas inquietações, embora estejam constantemente em paralelo às concepções sobre as relações de gênero inerentes e conjugadas àquilo que nos encarregam sobre o “ser mulher” na sociedade, considero que tudo isso esteja ajustado às minhas reflexões.

A opressão começa singela, e infelizmente, muitas mulheres não têm a possibilidade de entrar em contato com leituras, com autores, estudos, ou perspectivas fundamentadas que expliquem o machismo e o feminismo, que mostram que um não é o inverso do outro, para que assim venham entender a importância de pertencer, de se posicionar e lutar pelo que de fato é correto no que diz respeito a equidade, neste caso o conhecimento torna-se necessário e imprescindível para que tenham a possibilidade de reconhecer-se em situação de opressão. Na fala das autoras Passos, Rocha e Barreto (2011), é possível perceber e refletir sobre o ocorrido nas linhas acima, uma vez que:

De maneira geral, as sociedades sempre fizeram diferença entre homens e mulheres e, a partir de significados atribuídos às suas características biológicas, definiram e determinaram sua forma de ser

no mundo, bem como o que podem fazer e como devem se comportar. Assim, o masculino aprende a ser criativo, determinado, destinado às atividades do espaço público. Quanto ao feminino, espera-se, como é ensinado, que ele se caracterize pela passividade, leveza e adequação às atribuições do espaço interno, do cuidar e do servir e nisso a educação tem um papel determinante. (Passos; Rocha; Barreto, 2011 p. 49).

Faço proveito do pensamento das autoras nessa citação para pensar nos espaços que são determinados às mulheres na sociedade, espaços estes de dona de casa, cuidadora do lar, mãe, esposa, e quero abordar exatamente com esta nomenclatura “espaços”, é como são/estão postos. Atualmente, mesmo que tenham conseguido se inserir no mercado de trabalho, ocupar cargos públicos, ingressar na política de forma mais expressiva, mulheres ainda são medidas pela régua da moral com mais força do que os homens.

Os primeiros contatos com o machismo acontecem conosco ainda na família, o que torna a vida das mulheres diferente nessa perspectiva é que algumas irão perceber, no entanto vivem conformadas com opressão, normalizando-a, enquanto outras passam a reivindicar respeito e igualdade. Acerca disso, é válido ressaltar como o feminismo contribuiu/contribui para medirmos a grandeza do movimento, que contribuiu/contribui para exaltarmos o papel sócio-político feminino, pois:

Coeso ou não, o feminismo representa luta e conquista de novos territórios para mulheres, pois tanto a exigência de condições de trabalho justas, igualitárias para homens e mulheres, quanto a conquista da participação política por meio do voto e da elegibilidade, traziam/ trazem em seu esteio outras questões que diziam/dizem respeito à necessidade de reivindicar a nossa arte de existir humanamente e de sermos mulheres, ou melhor, de estar mulher em o mundo regido pelo masculino, que tradicionalmente tende a favorecer os valores e práticas que reforçam sistema patriarcal. Isso significa lutar pelo fim de privilégios e de direitos desiguais entre homens e mulheres. (Andrade; Santos, 2016, p. 21).

A partir da infância, muitas memórias me trazem vestígios da opressão que as mulheres vivenciam, remeto-me a exemplos existentes na minha família, configura-se “o caráter labiríntico, móvel e movediço da memória, a multiplicidade de seus tempos, que tantas vezes causou suspeitas naqueles que perseguiram uma verdade intrínseca do passado para escrever a História” Stephanou e Bastos (2005, p. 421).

São muitos cenários de exclusão e violência contra as mulheres que vão sendo desenhados no dia a dia e que acabaram sendo normalizados; somente as mulheres cuidam da casa, dos filhos, afazeres domésticos mesmo que trabalhem fora, (realidade atual em muitos lares). Elas são encarregadas de educar, prover o carinho e afetividade para família porque supostamente somos dóceis por natureza, todas as consequências boas, e principalmente ruins, estão imbricadas a função da mulher como mãe, esposa e dona de casa. Neste ponto, Simone de Beauvoir faz uso de belas e certeiras palavras para estabelecer sua perspectiva:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (Beauvoir, 1967, p. 9).

Trago essa epígrafe do livro “O segundo sexo a experiência vivida” da autora Simone de Beauvoir, por gostar muito, e porque através dela, conseguirmos realizar a seguinte reflexão; inicialmente, todo comportamento esperado e imposto às mulheres é feito com base numa perspectiva biológica, no entanto, não há nenhum fundamento lógico ou científico que comprove características dominantes aos sexos/gênero, o que existem são achismos e concepções acerca das características de ambos os gêneros, ou seja, todo o ato de fantasiar da sociedade sobre a docilidade, a maternidade, a fragilidade feminina são constituídas ao longo da vida das mulheres, desde a infância até a vida adulta.

É fundamental que possamos compreender que existiram/existem muitas questões e debates que envolvem a construção da identidade das mulheres, especialmente, através do feminismo, que vem discutindo diversos aspectos, tendências ao longo dos séculos. Conforme elaborado por Andrade e Santos (2016, p. 24), consideramos:

Os elementos que compõem a luta das mulheres são importantes para discutirmos sobre as construções teóricas que faziam/fazem coro no contexto do feminismo, pois, embora os debates feministas contemporâneos estejam costumeiramente batizados por temáticas que tratam de questões ligadas à construção das identidades e do debate sobre a diferença (e há muito que eles possam nos falar a esse respeito), não foi sempre assim, os debates teóricos do feminismo passaram por diversas vertentes, que englobam a luta das mulheres trabalhadoras e a construção de uma nova estrutura de sociedade,

bem como, as discussões centradas no sexo e na sexualidade ainda no século XIX.

As memórias aqui tecidas dão lastro às minhas inquietações atuais, pois esta pesquisa tem muito do “meu eu” imbricado, cada linha é também uma parte da minha história. Através das memórias temos o poder de rerepresentar vivências, experiências que nos constituem enquanto seres humanos. Com base nessa perspectiva sobre memórias, Lacerda ressalta que “a memória, enquanto prática social e gênero literário, sofre essas interferências, e por tanto o texto final talhado pela lembrança está sujeito, como qualquer outro texto, às representações individuais e coletivas” (2000, p. 84-85).

Nossas histórias estão intrinsecamente relacionadas ao mundo das memórias, nem todas serão boas, normalmente temos bastante dificuldade de desapegar das memórias porque elas são representações de algo que nos marcou ou até mesmo a vontade de que algo tivesse sido diferente do que realmente foi, então aquela lembrança se propaga por muito tempo, interferindo de forma positiva e/ou negativa nas nossas escolhas e comportamentos.

Ou ainda, podem esclarecer processos em que o testemunho oral ou individual, como as escritas ordinárias, são o núcleo de investigação e não apenas parte acessória, em complemento a fontes mais nobres. É o caso, por exemplo, do estudo do que costumamos chamar de “internalidade” das escolas, o modo como cotidiano é vivenciado por alunos e professores, tema ausente em relatórios escolares, pois ligado a tabus, interdições, questionamentos às autoridades, transgressões anônimas. (Stephanou e Bastos, 2005, p. 422-423).

As mencionadas autoras expressam que “as investigações a partir das memórias podem problematizar temas/objetos da educação não contemplados em outras fontes, como os documentos escritos, majoritariamente utilizados como empiria das investigações da História da Educação” [...] Stephanou e Bastos (2005, p. p. 422-423). Não tratamos nesta pesquisa com registros de memórias para fins de análise, mas, a rememoração de situações e trajetória formativa da autora fornece elementos que subsidiam as escolhas que balizam o objeto de estudo em foco.

1.2 Mulheres, educação e representações: encontro com o objeto de pesquisa

No ano de 2017 ingressei na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), no Campus Avançado de Assú, no curso de Pedagogia. À época, com apenas 17 anos, era recém-saída do Ensino Médio, então tudo relacionado a Universidade era novo e desafiador. Muitos pensamentos invadiam minha mente, dentre eles refletia, “este é realmente o caminho que eu quero trilhar?” (o da educação), e as respostas não demoraram a ganhar forma, ao começar compreendendo que através da educação, ali no meu curso, inicialmente, poderia me debruçar nos estudos históricos sobre a educação feminina.

Desejava encontrar pistas que retratassem as relações de gênero, historicamente falando, na sociedade, entendendo como é produzido e reproduzido o machismo estrutural, não através de explicações que envolvem religião, ou assimilação com fatores biológicos, queria me desafiar a unir minha formação aos estudos que envolvem mulheres, então semestre após semestre, vivenciava novas descobertas sobre o curso, sobre educação e sobre questões de gênero que transgridem as fronteiras da universidade.

Da História partem as questões relativas à produção do conhecimento historiográfico e da Educação a necessária análise da complexidade dos fenômenos educativos, que precisam ser compreendidos para além da mera descrição de instituições, políticas educacionais e agentes. Há um âmbito de questões sobre currículo, processo educativos, dispositivos escolares, letramento, instituições educativas dentre outros muitos, que enriquecem substantivamente as pesquisas históricas que tomam por objeto fenômenos/materialidades/processo educacionais. (Stephanou; Bastos, 2005, p. 422).

Dessa forma, recordo-me do encontro com o meu objeto de estudos, aconteceu no Programa de Iniciação à Docência, ao qual me integrei durante um ano e seis meses na condição de bolsista (PIBID).⁷ Neste período, pude, enfim, me encontrar com aquele que vem sendo tema das minhas pesquisas até aqui. Na época observava uma turma do quinto ano, na qual um dia presenciei um fato que me chamou muita atenção e pôs em questão alguns pensamentos sobre a escola. O acontecimento tratou-se de um episódio que ocorreu na sala de aula, pondo as crianças numa situação que acontece por consequência do regime sob o qual fomos criados, o machismo estrutural.

⁷ Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.

Após uma aula recreativa, os alunos voltaram a classe, fazendo assim, a maior bagunça, a professora da turma, ao se deparar com a efusividade, pediu para que as meninas (apenas) fossem buscar os materiais para limpeza e organização da sala. Penso que sua iniciativa não foi percebida naquele momento, tampouco feita por mal, tendenciosa, foi como um impulso, enxergo como se ocorrerá no automático, reproduzindo a forma como essa professora vê as relações entre os gêneros e externaliza no ambiente escolar, só que infelizmente isso tem um peso e também sentidos que são atribuídos à formação dessas crianças.

Para explicar tal situação, nos amparamos no conceito de gênero de Scott (1995), no qual ela estabelece a relação em que o termo foi adotado, especialmente, por decodificar o processo pelo qual perpassam as construções sociais, o termo "gênero", normalmente, é empregado quando pretendemos expressar indignação, ressalva ou reflexão sobre as relações que põe mulheres em posição de subordinação.

O termo "gênero" também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. (Scott, 1995, p. 75).

Essa situação me fez pensar na escola, e nos agentes que a fazem por outra perspectiva. Até então percebia a mesma como ambiente de desconstrução, uma visão realmente muito utópica sobre a escola e as relações que nela acontecem. Dessa forma, naquele momento, então, surgiu meu objeto de estudo, no qual me debrucei em minha monografia de graduação.

Neste período, meu anseio de pesquisa foi a respeito das relações existentes na escola, relações essas que atravessam as questões de gênero e a educação, e de que forma elas impactam na vida de meninas futuras mulheres mediante o cenário da

sociedade. Com base nisto, trago mais uma passagem de Passos, Rocha e Barreto (2011) para salientar qual o comprometimento da educação com as pessoas, pelo menos teoricamente falando:

A educação não é um fazer neutro; através dela as pessoas aprendem quais as atitudes e comportamentos socialmente aceitos bem como quais, onde e quando determinados sentimentos e emoções podem ser externalizados ou não e isso porque ela possibilita a construção de ideias políticas e sociais, princípios religiosos, regras morais e formas de ser e de se comportar. Teoricamente, a educação se coloca como desvinculada das questões econômicas e sociais e comprometida apenas com a transmissão da cultura e do saber; entretanto, mesmo quando não segue orientações tendenciosas, a exemplo de privilegiar classes ou grupos, o seu fazer se vincula a princípios que denunciam o seu engajamento social, econômico, político e ideológico, porque, além de receber as influências sociais, ela se estrutura a partir de visões de mundo e de um conceito acerca do ser humano. (Passos; Rocha; Barreto, 2011, p. 48-49).

Isto quer dizer, que a educação está sujeita a influências, uma vez que, quem faz educação são os seres humanos cheios de crenças, princípios, culturas e verdades diferentes umas das outras. Embora nosso desejo seja uma escola emancipadora e desconstruída, notamos que para isso acontecer, primeiro precisamos de pessoas que almejam essa emancipação e desconstrução para si e para os demais. Neste cenário, observo o quanto progredi até meu atual objeto de estudo, que sim, deriva lá do princípio, dos meus anseios, inquietações, criados desde a infância.

A sociedade humana, a partir de sua história e da sua cultura, estabeleceu normas, valores, comportamentos, hábitos e costumes, ao tempo em que determinou quem deveria “produzir” esse legado. Existe uma forma correta de se comunicar, de se portar, de ser, de agir e de pensar e, desse modo, pertencer a um grupo. O Estado, os meios de comunicação, as religiões, a escola são responsáveis por produzir e reproduzir essas idéias. (Lima, 2011, p. 62).

Para além das minhas perspectivas e desejos, o estudo sobre as representações de educação feminina e profissionalização docente na Revista *Pedagogium* aconteceram mediante diálogos com minha orientadora, Prof^a Dr^a Sara Raphaela Machado de Amorim, que me apresentou a revista como sendo um veículo de informações e discussões acerca do cenário, principalmente, da educação na década de 1920.

A Revista *Pedagogium* já foi analisada, estudada e refletida por outras vertentes, mas até então, não temos notícia de pesquisas voltadas à Revista com um olhar para representações de educação feminina, especialmente, com este olhar sensível ao aparecimento de mulheres na Revistas, seja como protagonistas ou coadjuvantes, escritoras ou personagens. Nesse sentido, nosso interesse especial é identificar possíveis imbricações acerca das mulheres na revista, com foco na educação feminina e perspectivas de profissionalização docente feminina.

Na seção que se segue, é apresentado o estado da arte sobre a fonte pesquisada, um trabalho que foi realizado na disciplina de Pesquisa em Educação, para cumprimento de créditos do curso de mestrado, mas que teve como objetivo principal, nos auxiliar e contribuir para nossas pesquisas iniciais acerca do objeto de estudos escolhido. O estado da arte foi intitulado “Estado da arte sobre questões de gênero no processo de profissionalização docente: um olhar para a Revista *Pedagogium*”. Este foi um trabalho realizado e apresentado em 25/07/2022, e desta data até então muitas mudanças ocorreram para chegarmos à definição do objeto de estudo e tema desta pesquisa de mestrado, contudo, buscamos apresentar o levantamento realizado para verificar os estudos que vinham/vem sendo feitos (nos últimos dez anos aproximadamente), sobre a fonte pesquisada (Revista *Pedagogium*), bem como as temáticas que possivelmente envolvem nosso objeto de estudo.

1.3 Perspectivas históricas sobre as relações entre gênero e educação

Na história, percebemos a presença forte das mulheres no mercado de trabalho quando o mundo passa por uma guerra, por exemplo. Muitos homens morreram, as indústrias então precisavam de gente para trabalhar, mulheres e crianças começaram a ocupar esses espaços para que a produção não parasse, mas esses serviços acabavam negligenciando todos os direitos possíveis, especialmente, por tratar-se de mulheres e crianças ocupando esses lugares. Segundo Louro (1997, p. 21) “para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade, importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos”.

O conflito entre gêneros já existia, mas a autonomia utopicamente conquistada pelas mulheres ao integrar-se ao mercado de trabalho, apresentava um risco à

sociedade que sempre quis pô-las em posição inferior. A autora Louise Tilly (1990), recorda a história das mulheres como uma história de “movimento social”, situa como uma história que sempre se desvelou com base numa perspectiva de lutas. Tilly aborda aspectos dessa história com base num estudo citado por ela em seu texto, de Nancy Cott, que traz definições acerca do feminismo:

A "definição operacional" que ela propõe é funcional e completa: seus três componentes são: 1. a defesa da igualdade dos sexos ou oposição à hierarquia dos sexos; 2. o reconhecimento de que a "condição das mulheres é construída socialmente, [...] historicamente determinada pelos usos sociais."; 3. a identificação com as mulheres enquanto grupo social e o apoio a elas. Enquanto ideologia, o feminismo é acessível tanto aos homens quanto às mulheres, ainda que nem todas elas (ou eles, no caso) o aceitem. (Tilly, 1990, p. 31).

Essas perspectivas situadas no texto, confirmam a fragilidade social sobre a posição da mulher na sociedade. “A história das mulheres certamente contribuiu para identificar e expandir nossa compreensão sobre novos fatos do passado, para incrementar nossos conhecimentos históricos”. (Tilly, 1990, p. 34). Os homens não precisaram em época alguma da história lutar para serem reconhecidos como detentores da sua própria vida e terem autonomia para tomar decisões pelo fato de serem o que são, não por esse motivo, existem sim outros cenários que puseram seres humanos, em contexto geral, em posições hierarquicamente inferiorizadas, mas homens nunca foram escravizados pelo simples fato de serem homens.

Este processo é cumulativo e interativo: para estudar a vida das mulheres no passado, os(as) historiadores(as) se apóiam sobre as especialidades mais antigas, tais como a demografia histórica para estudar os dados do estado civil, as ocupações e as migrações; a história econômica para as transformações econômicas; a história social para os processos de transformação estrutural em grande escala, como a profissionalização, a burocratização e a urbanização; a história das idéias para os métodos de crítica dos textos; e a história política para os conceitos relativos ao poder. Uma nova especialidade histórica nasceu contendo por objeto as mulheres, tornando-as sujeitos da história. (Tilly, 1990, p. 34).

Entendemos que as relações de gênero atravessam a escola e que a escola acaba reproduzindo aquilo que a sociedade entende e expressa sobre os papéis dos gêneros, unilateralidades são expandidas de forma que um gênero sobressai ao outro. Sobre essas questões, e sobre a educação na forma de escola, mais propriamente

dita, acaba por constituir um paradigma que fica bem representado nas palavras de Lima (2011, p. 62), “a escola (com suas práticas pedagógicas, seus programas e conteúdos e seu currículo) tem se empenhado em impor ideias de um determinado grupo hegemônico que conseguiu seu lugar na história por ter sido capaz de controlar o Estado e estabelecer leis que os favoreciam”.

A autora problematiza sobre a capacidade que a escola tem de produzir crenças e pensamentos, que são respaldados numa cultura de superimposição do Estado, enquanto disseminador de ideários e responsabilidades, sobre os sujeitos que nela acreditam, ou seja, nós acreditamos na escola como uma potência que corresponde às práticas inerentes a sociedade, então tudo aquilo que reflete na nossa criação enquanto seres humanos, cultura, costumes, posições sociais, ideologias de gênero e sexualidade, são expressas e reproduzidas pela escola.

Por seu turno, Louro (1997, p. 57) discorre sobre “diferenças, distinções, desigualdades [...] A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva”.

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o "lugar" dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. O prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos "fazem sentido", instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos. (Louro, 1997, p 58).

Embora a sociedade deposite na escola expectativas especialmente relacionadas ao ensino mecanizado, que correspondem a transmissão de conteúdos, apropriação da leitura e apreensão numérica, muitos por não compreender a dimensão dela, é fato que a educação está para além desses fatores. No ambiente escolar, através da educação princípios são ampliados, sejam positivos ou negativos, crenças, ideologias, e assim, uma sociedade hegemônica se constrói.

As relações de gênero não podem ser dissociadas desse processo, elas estão incorporadas nas práticas pedagógicas, nas personalidades dos agentes, em suas epistemologias de vida. Por esse motivo, acreditamos na possibilidade de a educação proporcionar legitimidade às lutas por equidade, pois historicamente o conhecimento se dá nessas relações entre os sujeitos, e a educação gira em torno delas, podendo

conceber carácter (des)construtor e emancipador se exercida de maneira democrática, revolucionária, refletida, questionada e (des)hierarquizada.

Almeida (2014, p. 66) assinala que “a educação, que se pretendia igual para os dois sexos, na realidade diferenciava-se nos seus objetivos [...]. O fim último da educação era preparar a mulher para o serviço doméstico e o cuidado com o marido e os filhos”, pois “[...] deveria ser pura e assexuada, e nela repousariam os mais caros valores morais e patrióticos”.

A identidade feminina era, portanto, formatada a partir dos valores socioculturalmente construídos e que reforçaram a atuação doméstica como aspiração central da educação de mulheres. Diante dessa afirmação, recorreremos à Dubar (1997, p. 105) quando destaca que identidade “[...] não é mais que o resultado simultaneamente estável e provisório, individual e colectivo subjectivo e objectivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, em conjunto, constroem os indivíduos e definem as instituições”.

A segmentação entre os gêneros não limitava-se apenas às disciplinas ministradas na infância, mas, também, numa posterior ocupação de espaços profissionais. Stamatto (2009, p. 131) ao refletir sobre os processos de feminização do magistério no Brasil destaca ainda no período Imperial que “[...] as escolas elementares formavam mão-de-obra feminina por meio do ensino das prendas domésticas, e, como esta matéria atraía somente as meninas e somente poderia ser ministrada por professoras, a necessidade de mulheres na profissão tornou-se premente”. Ainda no século oitocentista, a Lei de 15 de outubro de 1827 apresentava restrições à ação docente feminina para ensino de determinadas disciplinas:

Artigo 6 - Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, e os princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

Artigo 12 - As Mestras, além do declarado no artigo 6, **com exclusão das noções de geometria e limitando a instrução da aritmética só às suas quatro operações**, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na forma do artigo 7 (Brasil, 1827, s/p; grifo nosso).

Ao discorrer sobre a educação feminina, Stamatto (2009), descreve o lugar do feminino desde a organização socioeconômica no Brasil Imperial. Com a instalação da administração real, surgem as demandas de formação voltada à ocupação de cargos laborais que encontravam-se em aberto, tais como:

[...] escriturário, secretário, carteiro, fiscal, arrecadador de impostos, contador, bancário, entre outros. (todos cargos destinados à população masculina)". Todos esses serviços eram hierarquizados em vários níveis e, certamente, aqueles de nível mais alto e maior remuneração eram destinados aos sujeitos provenientes de grupos sociais mais elevados. E os postos inferiores, que exigiam o mínimo de escolarização, seriam ocupados pelos demais grupos sociais, **exceto os escravos e as mulheres**. (Stamatto, 2009, p. 126. Grifos nossos)

As interlocuções que realizamos com as referências teóricas que subsidiam este estudo tratam, sobretudo, do lugar secundário que historicamente foi ocupado pelas mulheres, seja nos espaços públicos de circulação da sociedade, ou mesmo nas instituições voltadas ao cumprimento de algum objetivo de formação. Na educação, portanto, não seria diferente, visto que esta recorrentemente advém de um projeto político e de formação social, vinculado aos demais setores sociais, socioeconômicos, políticos, culturais e, também, da construção social de gênero, constituído, à época estudada, ainda na dualidade entre feminino e masculino.

Segundo Xavier (2013, p. 269):

A compreensão das particularidades da instituição escolar, bem como da profissão docente, implica observar a cultura das instituições educativas, as formas de organização do trabalho escolar, as tradições herdadas, os hábitos instituídos, as trajetórias individuais e os itinerários profissionais dos professores, entre outros aspectos. Torna-se relevante, também, procurar compreender os processos de institucionalização da educação escolar em paralelo com a profissionalização dos professores, de modo a compor um quadro abrangente de fatores políticos e econômicos, sociais e culturais que incidiram sobre a construção histórica da educação escolar e dos professores.

As professoras constituíram, assim, “[...] um corpo profissional docente que é recrutado, formado, remunerado e controlado pelos poderes públicos. A

profissionalização dos professores é um fator decisivo da produção do modelo escolar” (Nóvoa, 2019, p. 03). Sobre este aspecto, Vianna (2001, p.85) destaca:

No século XX, o caráter feminino do magistério primário se intensificou a tal ponto que, no final da década de 20 e início dos anos 30, a maioria já era essencialmente feminina. O Censo Demográfico de 1920 indicava que 72,5% do professorado do ensino público primário brasileiro compunha-se de mulheres e, no total de docentes, sem distinção de graus de ensino, elas somavam 65%.

Com essas reflexões teóricas, percebemos que tanto a educação, quanto à profissionalização feminina sempre estiveram associadas ao cuidado. Fosse estes, com os filhos e a família no ambiente doméstico, ou mesmo, com os filhos da nação, na instrução primária ministrada no interior das instituições escolares oficiais. A conexão do feminino com a educação da infância não é mero acaso ou apenas uma forma de inserção da mulher nos ambientes de trabalho, mas, deriva de uma construção social acerca do gênero feminino e de quais atribuições lhe são pertinentes.

2. HISTÓRIA CULTURAL E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: conexões e possibilidades investigativas da educação de mulheres

Gostaríamos de dar início a este capítulo ressaltando um pouco do surgimento da história da educação. Mas antes, que tal falarmos de como esse campo de pesquisa teria se instaurado no Brasil, suas contribuições e entrelaces com a Pedagogia. Inicialmente, não há como falar de “educação”, seja em qualquer nível de instrução, e não mencionarmos a escola. A palavra “escola” do Grego “*Scholé*”, tem por significado “*discussão ou conferência*”, mas também possui sentido de “*folga ou ócio*”. A ideia a respeito da palavra ociosidade, em nosso idioma, de acordo com o significado real que o dicionário nos apresenta, respectivamente, foge da explicação que os gregos aplicavam. No Latim, “*Schola*” que diz “*ócios consagrados ao estudo*” (Galvão; Lopes, 2010).

Em sua origem, para debruçar-se sobre os estudos uma pessoa deveria renunciar a outros afazeres, dedicar o seu tempo a determinada atividade exigia um desejo pelo saber. O que queremos explicar com isso é o fato de a escola estar intrinsecamente relacionada, desde os primórdios, aos interesses das sociedades, visto que a referida é uma criação grega no século VI a. C. “Com o surgimento da democracia, um número cada vez maior de privilegiados reclamavam para seus filhos a iniciação em técnicas e conhecimentos até então reservados às famílias aristocráticas, aquelas que tinham *areté* (valores, excelência, virtude)” (Galvão; Lopes, 2010, p. 14).

A educação, os estudos, desde o princípio tiveram seus cernes atribuídos às localidades de acordo com a cultura e a relevância, ou até mesmo a utilidade que poderia ofertar a um determinado povo, de acordo com suas características. Nesse contexto:

O ensino individual de um preceptor já não bastava. As crianças consideradas livres frequentavam vários tipos de escola: de gramática, de educação física, de música... Elas eram levadas à escola por um pedagogo (do grego *paidagôgos*), o escravo encarregado de conduzir a criança à escola e cuidar de sua educação moral, de colocá-los no bom caminho – o caminho da escola. (Galvão; Lopes, 2010. p. 14).

A Igreja Católica, por sua vez, tem papel significativo no que diz respeito à disseminação de costumes, que interferiram/interferem até os dias atuais nos modelos de educação, pois ela mesma criou suas próprias escolas. Cronologicamente falando, existiram três grandes períodos, que contribuíram significativamente para a organização da educação que conhecemos na contemporaneidade. Conforme as autoras Galvão e Lopes, houve, respectivamente, a Idade Média (Séc. IV – XIV), a Renascença (Séc. XV) e a Idade Moderna, a partir do (Séc. XVI).

As escolas, durante a longa Idade Média, de acordo com as autoras “a igreja no mesmo tempo negou e conservou as heranças grega e romana. Suas escolas nasceram sob abrigo de mosteiros, igrejas e abadias, mas foram também impulsionadas pelas atividades comerciais e artesanais que começaram a se desenvolver nos burgos (cidades) e nas corporações de ofício”. (Galvão e Lopes, 2010, p. 15). Ou seja, os interesses da Igreja com a pregação dessa educação era a formação bíblica, a da fé, mas também infringiu as pessoas à preparação para o trabalho, uma vez que, ela servia aos interesses das monarquias feudais, aqueles que detinham o poder econômico da época em discussão.

Já no período intitulado Renascença, a pregação obstinada que era característica do Clero, como uma forma de educar, acaba ficando um tanto de lado. O fato é que, ao invés dos ensinamentos sobre religião e outras vertentes que atendiam as demandas dos senhores feudais nesse período, acabam sucumbindo para que uma nova perspectiva retorne à essência literária e artística dos Antigos, por conseguinte, “a vida das pessoas de carne e osso torna-se um aspecto central da cultura. Ou seja, a visão teocêntrica do mundo (*theós* = deus) vai dando lugar a uma visão antropocêntrica (*anthrôpos* = homem). O movimento renascentista admite que a escola pode ser alegre e que os estudos literários, científicos e filosóficos são parte igualmente importante do currículo” (Galvão; Lopes, 2010, p. 15).

Entendemos que no período Renascentista, o fator mais importante para uma educação significativa era o próprio ser humano, ou seja, nesse momento histórico-cultural houve o resgate de valores clássicos da Antiguidade, fortemente caracterizada pelo humanismo, no qual considerava o homem como centro do Universo. Por sua vez, a Idade Moderna é um período que se caracterizou por instaurar fortes mudanças no Ocidente, especialmente, no que diz respeito à visão científica, social e religiosa dos indivíduos, assim como, o sistema econômico fluiu a partir do capitalismo. A entrada nessa nova Era pode ser considerada como o apogeu

da essência investigativa dos eruditos e, bem como dos filósofos, especialmente, os iluministas, estes, que seriam os responsáveis por conceber diversas criações/invenções, tanto no campo tecnológico, no desenvolvimento de maquinários, como no campo das teorias sociais e científicas. Para a educação esse momento também acarretou consequências, apresentando, por exemplo, a leitura a um número mais significativo de pessoas, trazendo dessa forma novos desafios para a escola no que diz respeito aos seus mecanismos e a sua conduta, “tais proposições admitiam um novo lugar para homens e mulheres no Universo, e uma nova concepção de ciência e de razão” (Galvão; Lopes, 2010, p. 16).

Desde então, seguido do apoderamento dos europeus nas nossas terras, o Brasil enxergou-se introduzido em novos costumes dos colonizadores. No que diz respeito à educação, a Companhia de Jesus configurou-se como seu principal agente educador, transformando-se naquela que deteve por algum tempo a função de passar para os nativos as crenças e costumes de seus colonizadores.

A ação educativa dos padres contribuiu para destruir a cultura dos nativos, fazendo-os adotar hábitos e crenças dos europeus colonizadores. Por outro lado, os jesuítas protegeram os índios dos mercenários e foram responsáveis pela educação da elite nos colégios secundários, além de formar quadros para a própria Ordem nos cursos superiores de teologia (Galvão; Lopes, 2010, p. 16).

Houve outros momentos relevantes para a constituição do modelo de educação que conhecemos atualmente. Foi na Revolução Francesa que sucedeu a instauração do Terceiro Estado, todos aqueles que não pertenciam nem ao clero (Primeiro Estado) nem pertenciam à nobreza (Segundo Estado), numa ordem estabelecida econômica e socialmente falando, para elas foram criados os sistemas públicos de ensino (Galvão; Lopes, 2010).

No Brasil, foi no século XIX que ficou explícita a institucionalização da escola, mas de uma forma bem lenta, levando em consideração que agora o Estado representava a imagem daquele que deveria ser o maior provedor de uma educação que acolhesse, principalmente, aqueles que não tinham oportunidade na hierarquia estabelecida até o momento.

Outro fato indispensável de citar, é que a partir da Independência do Brasil, que ocorrera em 1822, algumas legislações começam a se estabelecer, a exemplo da inserção de meninas e pessoas negras no sistema de educação formal, essas

questões passam a serem notadas, ganhando visibilidade dentre outros assuntos políticos, assim, “o governo cria as escolas normais e, a partir do final do século, as mulheres passam a ocupar a maior parte dos lugares no magistério primário (Galvão; Lopes, 2010, p. 17).

Por conseguinte, novas aflições são instauradas com a instalação da República em 1889. As instituições escolares começam a ganhar forma, são os chamados “Grupos Escolares”, neste momento histórico a escola de fato começa a ser entendida como o real ambiente e principal esfera de cedência do saber e conhecimento em detrimento das demais, religião e família.

[...] A importância dada à educação popular nesse período propiciou a constituição de representações sobre a profissão docente nas quais o professor passou a ser responsabilizado pela formação do povo, o elemento reformador da sociedade, o portador de uma nobre missão cívica e patriótica. Era pelo professor que se poderia reformar a escola e levá-la a realizar as grandes finalidades da educação pública (Souza, 1998, p. 61)

O século XX apresenta muitas contribuições no que diz respeito ao processo de apreensão de uma educação considerada “obrigatória, laica, gratuita”, esse tema passou a ser pauta, bem como a criação de leis que previam o melhoramento da educação primária, secundária e superior, no entanto, assim como hoje, notamos que as camadas mais populares da nossa sociedade passaram a poder ingressar numa educação institucionalizada, mas isso não era e ainda não é garantia de permanência.

Dentre muitos eventos que atravessam a formalização da educação, chegara o período em que o Brasil enfrenta duas ditaduras a do “Estado Novo” que perdura de 1937 a 1945 e a tão conhecida “Ditadura Civil-Militar”, que se estende pelos anos de 1964 a 1985. “Em ambas, a educação foi vista como elemento importante para formar novas gerações e inseri-las numa ordem política e econômica que não se podia questionar” (Galvão; Lopes, 2010, p. 18).

Fazendo toda essa análise sobre a educação, instauração das instituições de ensino, percebemos que, desde os primórdios, práticas educativas sempre existiram e, notoriamente, nunca se restringiram aquelas desenvolvidas em escola. A escola, especialmente no período atual, nada mais é do que o espaço onde se diferencia “o saber” de “como saber” (Galvão; Lopes, 2010), levando em consideração os inúmeros

exemplos de acesso aos conhecimentos, muitas vezes oferece riscos iminentes de gerar ainda mais ignorância às pessoas do que o próprio conhecimento.

As Escolas Normais têm um papel fundamental quando se fala da disciplina “História da Educação”. Esse campo nasceu no final do século XIX, chegando também nesse mesmo período aos cursos de pedagogia, bem como nas áreas que envolvem a filosofia, de forma que não se concentra nos campos que pressupõem a pesquisa e ensino de história, o que acaba sendo um tanto quanto contraditório. O fato é que, no Brasil já havia trabalhos de história da educação sendo escritos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) desde a segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, embora a trajetória desse campo/disciplina esteja inerentemente ligada a pedagogia desde meados do século XVIII (Galvão; Lopes, 2010).

No âmbito da formação profissional no Rio Grande do Norte, são descritas diversas tentativas de implementação da Escola Normal de Natal, datadas desde o final do século XIX. Porém, sua estabilidade foi interrompida. Fundada pela primeira vez em 5 de agosto de 1873, começou a funcionar no ano seguinte, com vinte alunos matriculados, mas só formou três deles, todos homens, funcionando durante quatro anos (Nascimento, 2018).

A segunda tentativa foi durante a República, em 1890. Já a terceira, é datada de 1882, mas só chega a funcionar em 1897, diplomando até 1901 o número de cinco professores, também somente homens, pois era exclusivamente masculina, conforme afirma Nascimento, (2018). Em 1908, finalmente foi fundado o primeiro grupo escolar do Rio Grande do Norte, intitulado “Grupo Modelo Augusto Severo”, sendo também, um espaço para a prática das normalistas, estudantes da Escola Normal de Natal, fundada junto ao referido Grupo.

No final dos anos de 1920 a Escola Normal de Natal havia formado em torno de 200 professores e a Escola Normal Primária de Mossoró, 30 professores (LIMA, 1927a). Estes exerceram o magistério nos grupos escolares e escolas isoladas e ocuparam cargos técnicos de inspetores, conselheiros, diretores, além de redatores de periódicos educacionais, como *Pedagogium* (APRN) e “A Educação” (Grêmio Normalista). Organizaram grêmios normalistas, grupos escolares, jardins de infância, semana de educação, exposições escolares e festas cívicas. Tomava, assim, corpo todo um conjunto de convenções e elementos simbólicos promotores da autoimagem socioprofissional da normalista (Araújo; Aquino; Lima, 2017, p. 211. Grifos das autoras).

Figura 2: Escola Normal e Grupo Escolar Augusto Severo (1927)



Fonte: Álbum da Escola Normal de Natal - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN)

A quarta tentativa de implementação da Escola Normal trouxe consigo uma considerável mudança que é a possibilidade para formação profissional de mulheres nesta mesma instituição.

2.1 Periódicos educacionais como fontes e objetos na pesquisa historiográfica

A união de dois campos, como a História Cultural e a História da Educação, tem possibilitado um leque de novas pesquisas e investigações, no que concerne à apreensão de novas fontes de pesquisa, mas também tem vigorado ao permitir que novos contextos imbricam num cenário antes não vistos, discutidos ou vislumbrados. Compreende-se por História Cultural e História da Educação “a investigação daquele que podemos denominar como o campo de conhecimento que explora desde os

primeiros atos deliberados, formais ou não, da transmissão de ideias, informações, aprendizagens e princípios do que se julgava deveria ser perpetuado e lembrado, bem como as práticas utilizadas para esse fim” (Vasconcelos, 2014, p. 34).

Dessa forma, destacamos que a situação histórica das mulheres, os entrelaces que repercutem na criação e formação da mulher digna, dedicada, receptiva, submissa, que atravessaram gerações, que num dado momento da história começam a ressignificar, percebemos ao encontro com as fontes a possibilidade de conhecer versões de mulheres que não nos contavam, mesmo que essas histórias sejam de décadas atrás. Quando falamos de periódicos educacionais, *a priori* não é possível mensurar a abrangência de arquivos, acervos existentes com tais características.

Para um pesquisador, inicialmente, é necessário que haja consciência daquilo que se procura para saber por onde começar. Até meados da década de 1970, são poucos os resquícios de trabalhos, que relativamente, valiam-se de fontes como jornais e revistas, a exemplo disso, existiam (talvez ainda exista uma tradição), que de acordo com Tânia Regina de Luca:

Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas "enciclopédias do cotidiano" continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas (De Luca, 2008, p. 112).

Percebemos com essa fala da autora, uma visão que acabava mediocrizando esse tipo de fonte até certo período. A grosso modo, essas fontes eram desacreditadas. Impressos periódicos, bem como outras fontes, consideradas hierarquicamente, menos confiáveis, pelo seu caráter subjetivo, ganham mais fidedignidade a partir da expansão da História Cultural e seus entrelaces acabam alicerçando um processo que se preocupa em proporcionar uma “renovação temática, imediatamente perceptível pelo título das pesquisas, que incluíam o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens e as

crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano, enfim uma miríade de questões antes ausentes do território da História” (De Luca, 2008, p. 113).

Percebemos que esses novos olhares e pautas corroboraram para dar visibilidade a cenários antes invisibilizados pelas elites, pela política, por processos de marginalização, essas pessoas puderam se tornar cerne em alguns discursos, pesquisas, relatos, muitos publicados em periódicos, revistas, jornais, que circulavam pela sociedade. Sobre a veracidade da fonte e sua relevância social, de acordo com (Toledo; Junior, 2012, p. 259) “quando se discute as pesquisas em História da Educação na atualidade, e mesmo nas Ciências Humanas em geral, imediatamente, é demarcada uma ampla compreensão do que seriam fontes pertinentes para uma pesquisa”, isso quer dizer que para cada tipo de investigação existirá a fonte ideal, todavia, qualquer pesquisa terá suas fontes principais e secundárias, de acordo com o tema e ou questão investigada.

No que diz respeito às pesquisas que envolvem a história da educação, com base na sua própria definição, fontes históricas nada mais são do que produções intrinsecamente humanas, produções essas que podem variar de acordo com o período, o propósito, a intenção de quem a produz. Em conformidade com os autores Toledo e Junior (2012).

Fontes primárias são aquelas que guardam relação direta com o tema e/ou com o problema da pesquisa. Podem ser, por exemplo, produções do autor estudado, cartas, diários, documentos do período pesquisado e ligados à temática da pesquisa. São as fontes mais próximas à origem – portanto, originais – das informações que o pesquisador se empenha em conseguir. Já as fontes secundárias são aquelas que possibilitam a apreensão dos fatos concernentes ao tema estudado de modo indireto. São relatos feitos por pessoas que, baseadas em fontes orais ou documentais, vivenciaram diretamente o que é relatado. A característica descrita não desmerece esta modalidade de fonte. As fontes secundárias podem trazer informações valiosas para a pesquisa, especialmente, pelo fato de possibilitarem constituição de um lastro de informações. Em geral proporcionam uma melhor compreensão de datas e fatos, de conceitos e representações pertinentes ao período estudado, auxiliam na configuração do referencial teórico-metodológico, bem como podem significar o necessário contraponto às fontes primárias (Arnaut de Toledo; Gimenez, 2009 apud Toledo; Junior, 2012). Nestes termos, uma fonte por si mesma não é primária nem secundária. São os propósitos e a maneira como será utilizada na pesquisa que determinarão sua classificação (Toledo; Junior, 2012, p. 257 - 258).

Portanto, constituímos nossa pesquisa com bases primárias e secundárias. A revista *pedagogium* compete às nossas investigações fornecer informações precisas acerca do conteúdo investigado, informações como datas, locais e contextos de acontecimento, nomes, entre outros fatores. O impresso por nós citado, funciona tanto como fonte principal de pesquisa como objeto de estudo, uma vez que, entrega possibilidades de investigação de acordo com a temática necessária. Afinal,

O trabalho do pesquisador começa quando a partir desse campo já produzido, opera novos recortes, alocações e redistribuição dos documentos a partir de ações que visam estabelecer “suas fontes” e criar a configuração de um espaço específico de investigação, a partir de uma redefinição epistemológica que inclui o trabalho com conceitos e o tratamento e a interpretação documental (Nunes; Carvalho, 2005, p. 33)

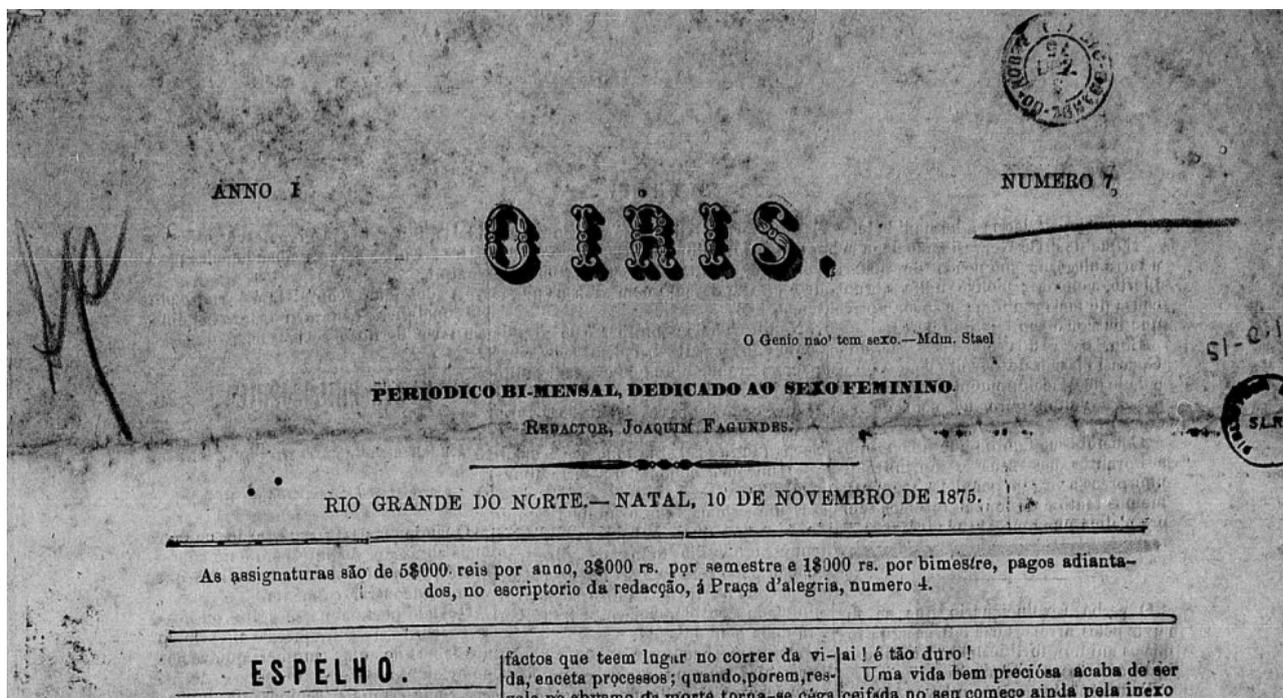
Vasconcelos (2014, p. 38), oferece suporte às nossas reflexões com a compreensão de que “na ampliação das possibilidades de investigação, busca-se localizar em fontes não intencionais o registro do tema tratado ou aspectos que possam revelá-lo”. Desse modo, embora a *Revista Pedagogium* não fosse necessariamente um periódico destinado ao público feminino, percebemos suas fortes conexões com os assuntos relacionados a esse grupo.

2.2 A presença feminina por entre as páginas de jornais e revistas que versam sobre educação

A presença feminina por entre as páginas de jornais e revistas é tanto verdadeira como extremamente importante para a história da educação feminina, e, todavia, para a luta travada por mulheres pelo direito das mulheres. Especialmente nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX, há uma grande efervescência de criação e circulação de periódicos jornalísticos fundados e sobretudo, escritos, editados e gerenciados por mulheres, ou mesmo, voltado para esse público no Rio Grande do Norte. À este exemplo, mencionamos o jornal *O Íris: periódico bi-mensal destinado ao sexo feminino*⁸ (1875) e a revista *Via Láctea* (1914). No primeiro, constava enquanto epígrafe a inscrição “o gênio não tem sexo”, conforme podemos observar na figura abaixo:

⁸ O periódico pode ser consultado em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/iris/822469>.

Figura 3: Capa do Jornal “O Íris” (1875)



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

No cenário nacional, a imprensa feminina ganhou destaque com o objetivo de dar voz às mulheres, uma vez que, já existiam vários movimentos sociais de carácter feminista que agrupavam mulheres no intuito de reivindicar direitos, já que as mulheres ficavam ainda muito restritas ao lar e as atividades domésticas como já discutimos.

De acordo com Câmara e Neto (2013), no Brasil o pioneirismo da Imprensa Feminina foi o "Espelho Diamantino" criado no Rio de Janeiro em 1897. Existiram outros de acordo com os autores "O Espelho das Brasileiras (1831), primeiro impresso feminista; Jornal de Variedades (1835); Relator de Novellas (1838); Espelho das Bellas (1841); Correio das Modas (1841) e Jornal das Senhoras (1852). (Câmara; Neto, 2013, p 2 apud Buitoni, 1990). Fatores que levaram mulheres de todo país a embarcarem cada vez mais na imprensa. No Estado do Rio Grande do Norte temos alguns exemplos, personalidades que ficaram marcadas na história por seus itinerários na imprensa que findou proporcionando diversas e significativas difusão de ideias.

Nos primeiros anos do século XX o Estado teve três importantes Jornais manuscritos, sendo esses: a Esperança, a Distração e o Sonho, criados e publicados

na cidade de Ceará Mirim, sendo a maior parte dos impressos publicados por professoras na época (Câmara; Neto, 2013). Conterrâneas, Palmyra Wanderley e Carolina Wanderley, destacaram no Estado pela criação e propagação de uma revista intitulada Via-Láctea:

Em 1914, na cidade de Natal, foi lançada a primeira revista feminina da cidade: intitulada 'Via-Láctea'. Palmyra Wanderley e sua prima Carolina Wanderley puseram em prática o audacioso plano de colocar em circulação uma revista impressa com técnicas de diagramação. Palmyra Wanderley desejava participar daquele momento de efervescência que o jornalismo vivia no Brasil e no Rio Grande do Norte. 'A Via-Láctea' era literária, de publicação mensal, não trazia ilustrações, mas tinha molduras em algumas páginas (Câmara; Neto, 2013, p. 6).

A revista Via-Láctea foi considerado como um impresso excepcionalmente feminista e tinha como um dos ideais a luta pelo sufrágio. Publicado periodicamente, sua circulação foi de apenas um ano entre (1914-1915). Assuntos relacionados a arte, a religião, a ciência, em especial a educação da mulher eram vistos como pautas no período que circulou, seus textos eram exclusivamente escritos e editados por mulheres para mulheres. Outros nomes de mulheres são citados na produção desse impresso, temos: Stella Gonçalves, Maria da Penha, Joannita Gurgel, Anilda Vieira, Dulce Avelino, Stellita Mello. Somente através da perspectiva da História Cultural é possível analisarmos a relevância e constatarmos a magnitude que esse movimento da imprensa feminina teve e tem para a história das mulheres na sociedade.

O fim do século XIX e início do século XX demarcaram uma virada de chave para a posição feminina, a ação de escrever configura-se como um ato de rebeldia por parte das mulheres, lhes agregando valor, dando-lhes espaços nas esferas públicas para debater. Um outro impresso que fez sucesso foi o *Jornal das Moças: revista quinzenal ilustrada*, informações apontam, que aparentemente, este impresso foi criado no Rio de Janeiro e repercutiu pelo país desde 1914, embora no Rio de Janeiro, circulou com uma abordagem mais conservadora do impresso, no qual, publicava-se seções para endossar os cuidados com a casa, com os filhos, comportando feminino, alimentação, educação, dicas de como ser boa mãe e boa esposa na sociedade.

Figura 4: Jornal das Moças: Revista Quinzenal Ilustrada (1914)

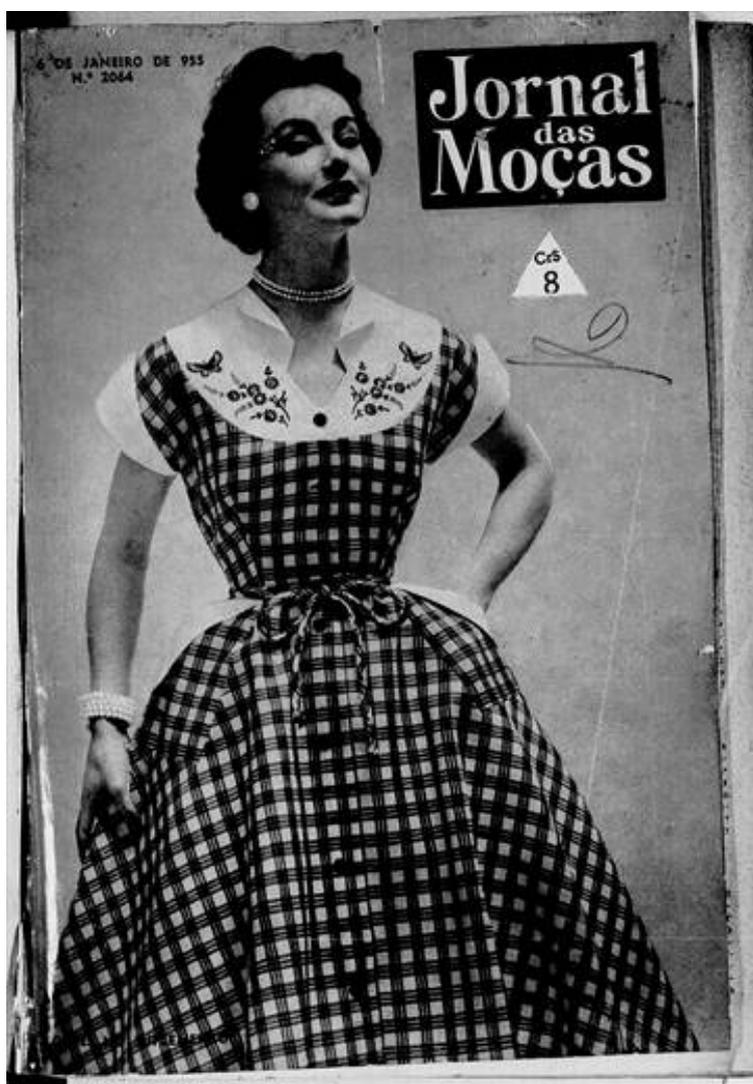


Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O periódico apresentava ideias e argumentos que reforçavam os costumes forjados nas sociedades patriarcais. Nos distanciando do risco de cometer anacronismos, destacamos que o referido jornal constituía-se dentro do padrão consonante com os mais amplos ideários de formação para as mulheres nas primeiras décadas do século XX.

Outro periódico destinado ao gênero feminino é abordado em um artigo publicado pela Revista Travessia, pelas autoras Patrícia Moraes e Andréa Martelli (2017). Segundo as autoras, o impresso *Jornal das Moças* era produzido e disseminado semanalmente, com média de 75 páginas, com conteúdo bem diversificado, no entanto, este chegava às mãos e aos olhos daqueles (as) mais bem aventurados financeiramente, levando em conta que custava um determinado valor para sua aquisição. Provavelmente, chegava às mulheres com um poder aquisitivo mais elevado.

Figura 5: Jornal das Moças (1955)



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Dessa forma, de acordo com as autoras mencionadas, esse impresso acabava reforçando valores morais de forma recorrente, uma vez que, pregava os modelos de família tradicional da época. Nesses escritos não se criticavam esses padrões, ao

contrário, ajudava no alicerce do conservadorismo, na estimulação pelo casamento e pela maternidade.

Figura 6: Jornal das Moças: Dicas de beleza (1954)

Não pode convidar as amigas para visitá-la sem pedir o consentimento dos pais, nem chegar um pouco mais tarde para as refeições sem receber duras admoestações.

Um dia, mexendo em velhas cartas de sua mãe, ela descobriu uma na qual sua genitora comunica aos pais que vai se casar contra a vontade deles. E são estas pessoas que querem que seus filhos as obedeam cegamente e sejam prisioneiras de seu amor ao preço da felicidade própria. "Ninguém a amará mais do que seus pais!" — afirmam. Mas, e a grande lei da vida? Que será de sua filha, quando este amor lhe for roubado para sempre, ela sôzinha, sem amor, sem filhos?

Depressão, neurastenia, amargura, solidão, situação mediocre ou falta impossível de ter ou aprender alguma coisa, carreira cortada, tudo negativo. São estas as conseqüências de um amor mal compreendido.

Uma boa espôsa...



... não rouba ao marido certos prazeres, mesmo que estes a contrariem. Mesmo arriscando-se, por exemplo, a não poder adormecer, deixe um abajur aceso para que ele possa ler as notícias dos jornais, a fim de ficar ao par dos acontecimentos importantes que lhe possam ser úteis, tanto para os seus negócios quanto para esclarecimento de real proveito. Isso é aborrecido, mas, muitas vezes, necessário. Entretanto, sem usar de atitudes, como, falsas dores de cabeça, você, aos poucos irá lhe demonstrando o inconveniente desse hábito.

6-5-1954

Não deixe as células mortas sufocarem sua pele!

Use a Máscara de 1 Minuto, com o Creme V Pond's.

É a uma constante renovação que se devem a juventude e o frescor de sua cutia. Todos os dias, células novas são "fabricadas" pelo organismo e substituem as antigas. Muitas vezes, porém, não se realiza plenamente a substituição. As células mortas se acumulam, impedindo o funcionamento normal das glândulas sebáceas e sudoríferas. A cor da pele fica irregular, surgem pequenas escamas, os poros se dilatam, surgem espinhas e cravos.

Para combater tais imperfeições, existe um tratamento rápido, simples e eficiente: a Máscara de 1 Minuto, com o Creme V Pond's. Três ou quatro vezes por semana, cubra todo o rosto, exceto os olhos, com Creme V Pond's. Deixe-o por 1 minuto, enquanto ele dissolve inteiramente as células mortas da pele! Ao remover a máscara, você notará logo a tonalidade maravilhosa que em sua cutis resplandece!





Receita para pó
Antes de usar o pó de arroz, passe uma fina camada de Creme V Pond's, que é também base perfeita para o pó. Não sendo guardado, desaparece em instantes, deixando apenas uma película transparente. O pó adere por igual e permanece durante horas e horas, sem rachar nem perder a cor. Uma nova contribuição para sua beleza.

JORNAL DAS MOÇAS

— 85 —

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Segundo publicação na revista "[...] Que será de sua filha, quando êste amor lhe fôr roubado para sempre, ela sôzinha, sem amor, sem filhos?" (Jornal das Moças, 1954, p. 85) .

Como citado anteriormente, ao que tudo indica, o *Jornal das Moças* circulou pelo Brasil, um elemento visual que agrega muito sentido ao princípio de que o impresso buscava passar, ficando muito aparente em suas capas.

Figura 7: Capa do Jornal das Moças (1954)



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A mulher era descrita como aquela que deveria prezar pelo bem-estar do lar e da família. Observamos a publicação intitulada “Evangelho das mães”, tornando perceptível o ideário formativo disseminado pela revista, quando se expressam os modelos comportamentais que associavam o feminino à maternidade.

Figura 8: Jornal das Moças: Evangelho das mães (1950)

GESSY tem
AÇÃO EXPANSIVA
para que seus dentes tenham
PROTEÇÃO TOTAL

A espuma gostosa e abundante do Creme Dental Gessy expande-se por todo o dente interno do tubo, limpa toda a cavidade, não ataca, combate o fermento dos resíduos e neutraliza o excesso de ácidos... assegura proteção total para os dentes. O hálito sempre fresco e perfumado, com Creme Dental Gessy.

Creme Dental
GESSY

EVANGELHO DAS MÃES

DOMÍNIO DAS EMOÇÕES
O pai não deve exercer seu domínio na vida da criança quando ela não tem, porém, a criança sentir que, a menor dificuldade, foge um pouco de casa. Criação deve ser criada em um ambiente de amor e respeito, não de medo e castigo.

A educação da criança é um trabalho contínuo, não deve ser interrompido por um momento. A criança deve ser criada em um ambiente de amor e respeito, não de medo e castigo.

ATIVIDADE E CONFORTO
A educação da vida não é uma tarefa fácil, mas é uma tarefa que deve ser feita com amor e respeito. A criança deve ser criada em um ambiente de amor e respeito, não de medo e castigo.

Mãe não deve esquecer que a criança é um ser humano, não um objeto. A criança deve ser criada em um ambiente de amor e respeito, não de medo e castigo.

AS MÃES NÃO DEVEM ESQUECER QUE:
— Vigie as relações frequentes da criança com os pais. A criança deve ser criada em um ambiente de amor e respeito, não de medo e castigo.

— a criança de 6 a 12 anos deve ser criada em um ambiente de amor e respeito, não de medo e castigo.

— quando se apresenta a uma criança um ambiente de amor e respeito, não de medo e castigo.

— a mãe deve ser criada em um ambiente de amor e respeito, não de medo e castigo.

— se a criança não tem um ambiente de amor e respeito, não de medo e castigo.

— a criança deve ser criada em um ambiente de amor e respeito, não de medo e castigo.

— se a criança não tem um ambiente de amor e respeito, não de medo e castigo.

TALENTOS ENCASULADOS **A ANARQUIA CONTRA A SAÚDE** **AS MÃES NÃO DEVEM ESQUECER QUE:**

Principais e melhores com a educação de seu filho na vida de classe, respondendo um lugar não muito reservado? Tente que fosse fraco na infância sem demonstrações de um mau sucesso na vida futura do menino? Se assim é, não se dê a ideia de que seu filho não tem talento. Mas é possível que tenha em casa um gênio não sabido.

Os talentos são talentos gerais, mas é impossível prever que espírito de homem será seu determinado menino. Mas de seu pai e de sua mãe são deixados de apreciar as possibilidades de jovens excepcionais. De fato, durante sua infância e adolescência numerosas pessoas que logo conquistaram fama foram consideradas ignorantes.

Uma família católica, por exemplo, preocupava-se muito com seu filho. Era fraco e muito sentimental e não mostrava desejo de aprender. Aos dois anos não sabia ler nem escrever. Seu pai falava dele como de um menino raro, sem a menor dose de inteligência. Mas hoje, aquele menino chegou à maturidade, é um estudioso mundialmente famoso, sócio sábio e estudioso. Seu nome, como o leitor já deverá ter adivinhado, é Jan Christian Smuts.

O maior estrategista militar dos últimos tempos, Napoleão, não fez uma carreira brilhante na Academia de Bragança. Seu professor de matemática chegou a afirmar abertamente que, em sua opinião, o jovem não possuía as condições necessárias para ser um perfeito militar.

Bonito Aguilão, considerado hoje pai do Cristianismo, foi em sua adolescência um mau estudante e praticou atos nada recomendáveis.

O jovem Tomaz de Aguiar, quando estudava em Colônia, era considerado por seu mestre um idota. E foi precisamente aquele menino que se tornou o maior talento de seu tempo.

Não percam, pois, as esperanças as mães cujos filhos não são considerados pelos mestres como inteligentes; os mestres também se enganam.

Um dos hábitos que, entre as sociedades, os caracteres práticos é o de fazer trabalhos em horas diferentes em cada dia e às vezes.

— a paciência é uma qualidade que deve ser cultivada a fundo por aqueles que lidam com os pequenos seres.

— ambiente em que vivem as crianças deve sofrer uma transformação contínua e sistemática, a fim de que os elementos educativos morais e intelectuais não marquem nos espíritos e nos corpos.

— um defeito moral que se incutiu no espírito de uma criança e que não seja extirpado desde seu início é capaz de retardar no mundo, mais um ser reativo à pátria, à sociedade e à família.

— uma criança deve ser feita, não desviada, pois, ser desviada é um erro que não se pode corrigir.

— a mãe deve ser criada em um ambiente de amor e respeito, não de medo e castigo.

— a criança deve ser criada em um ambiente de amor e respeito, não de medo e castigo.

— quando se apresenta a uma criança um ambiente de amor e respeito, não de medo e castigo.

— a mãe deve ser criada em um ambiente de amor e respeito, não de medo e castigo.

— se a criança não tem um ambiente de amor e respeito, não de medo e castigo.

— a criança deve ser criada em um ambiente de amor e respeito, não de medo e castigo.

— se a criança não tem um ambiente de amor e respeito, não de medo e castigo.

EVANGELHO DAS MÃES

EXCESSO DE CLARIDADE

As mães, entusiasmadas com o nascimento de seu filho, precipitadamente se dão ao trabalho, não se apercebendo de certas deturpações de vida prejudiciais a quem esta que começa a viver. Um desses é o excesso de claridade e que espelha os erros, não sabendo que os olhos dos recém-nascidos, por não terem atingido o desenvolvimento completo são particularmente sensíveis à claridade.

A falta de proteção contra o excesso de luz nos primeiros meses de vida pode causar sérios danos aos olhos e ao sistema nervoso. É importante proteger os olhos da criança com um lenço branco e evitar a exposição direta à luz solar.

— a mãe deve ser criada em um ambiente de amor e respeito, não de medo e castigo.

— se a criança não tem um ambiente de amor e respeito, não de medo e castigo.

Fonte: Morais e Martelli (2017)

Dentre tantas questões, esse impresso também apresenta dicas de moda, de como agradar o esposo, as tendências que estavam em alta na época em Paris, eram inúmeras dicas de beleza e cuidados. É importante destacar os movimentos de circulação de tendências de moda, comportamento e educação, em grande parte importados do continente europeu. Das modas aos livros traduzidos, a influência francesa destaca-se como crucial para a formação social e cultural da sociedade brasileira, sobretudo no século XIX.

Sobre a formação de uma sociedade letrada, Morais (2002, p. 35), assevera:

Às transformações do Rio de Janeiro elegante da Rua do Ouvidor associava-se o projeto de formação de uma sociedade letrada, principalmente nas últimas décadas do século XIX. Valorizava-se a leitura como símbolo de instrução e como forma de socialização. A prática da leitura, portanto, entendida como uma chave de acesso ao saber erudito, ao brilho que a cultura letrada propicia. No romance Quincas Borba, do escritor Machado de Assis (1993, p. 80), a personagem Maria Benedita consentia em aprender francês "que era indispensável para conversar, para ir às lojas, para ler um romance", pois era de bom-tom. Costume esse registrado também por Macedo

(1988, p. 76): Como é sabido, cuidava-se ainda então muito pouco da instrução do sexo feminino: pois bem; algumas senhoras fluminenses deram-se logo com interesse e gosto ao estudo da língua francesa. Um dia um tio velho e rabugento perguntou à sobrinha que escapara de ficar analfabeta: - Menina, por que te meteste a aprender francês, quando ainda ignoras tanto o português?... - Ah, titio!... é tão agradável ouvir dizer três jolie! em português não há isso.

O aprendizado de outro idioma, em especial, a língua francesa, era indispensável à formação das mulheres pertencentes a famílias economicamente mais abastadas. Ainda segundo Morais (2002, p. 36), “os romances franceses, lidos no original, faziam parte do lazer feminino”.

As diferentes fontes e seus suportes nos ofereceram uma multiplicidade de caminhos a serem explorados, se constituindo como elos de encontro entre passado e presente, dimensões pelas quais se tocam distantes e distintos períodos. “Com efeito, cada forma, cada suporte, cada estrutura da transmissão e da recepção do escrito afeta profundamente seus possíveis usos e interpretações” (Chartier, 2003, p. 44-45).

Em Caicó, município do Rio Grande do Norte, entre os anos de (1926-1932), foi criada uma versão exclusivamente por mulheres, são elas: Georgina Pires, Dolores Diniz e Julia Augusta Medeiros, essas mulheres fizeram o jornal acontecer. No mesmo entrelaçamento do Jornal das Moças que circulava no Rio de Janeiro, sua publicação acontecia semanalmente, embora para época já tivesse alguns avanços. Seguem as características do impresso.

Do tipo tablóide, com 28 cm de largura por 38 cm de altura, com cerca de três colunas em cada página - as primeiras edições tinham o formato de duas colunas apenas - e impresso em papel jornal, com folhas soltas dobradas em forma de caderno, o periódico mantinha uma redação permanente e sua distribuição era feita através de venda avulsa nas bancas e por assinatura. Fato esse inédito para um jornal feminino no Rio Grande do Norte, visto que os jornais editados por mulheres, em sua grande maioria, eram manuscritos. Ao passo que o tablóide de Caicó já utilizava técnicas jornalísticas, como a diagramação, formato de três colunas, distribuição nas bancas da cidade, como também as assinaturas de seus exemplares. Essas assinaturas tinham os seguintes valores: anual 10 mil réis; semestral 8 mil réis; trimestral 4 mil réis e a venda avulsa 200 réis (Rocha Neto, 2002, p. 10 apud Melo, 1987, p.28).

Figura 9: Jornal das Moças: literatura, humorismo e crítica (1925)

ANNO I CAICÓ—DOMINGO, 25 DE ABRIL DE 1926— NUM. 42

JORNAL DAS MOÇAS

—LITTERATURA, HUMORISMO E CRITICA—

— DIRECTORA—GEORGINA PIRES—GERENTE—DOLORES DINIZ—
— REDACTORAS: —SANTINHA ARAUJO E LEONOR CAVALCANTI—

CONCURSOS

—GRACIOSIDADE—

A eleita—*Lygia Miranda*—210 votos
2.º lugar—LETICE CORTEZ—150 votos

—SYMPATHIA—

O eleito—*RENATO DANLÁS*—70 votos
2.º lugar—*ELOY CESINO DE MEDEIROS*—50 votos

O **JORNAL DAS MOÇAS** dará recepção aos eleitos, no salão nobre da Intendencia, ás 19 horas de hoje.

Afim de attender um grande desejo da maioria dos nossos bondosos leitores e gentis leitoras, abrimos neste jornal o concurso de graciosidade para as moças e o de sympathia para os rapazes, os quaes alcançaram o melhor exito e a consideração que mereciam na realidade.

Os victoriosos pertencem aos mais altos elementos da sociedade, quer a senhorita Lygia Miranda, quer o academico Renato Dantas, um dos nossos mais talentosos colaboradores, advogado mais procurado dos nossos auditorios, intellectual de nome feito em meios cultos.

Foram bem justas e bem sinceras as homenagens que receberam os nossos eleitos e a elles levamos os nossos cordiaes parabens.

Fonte: Acervo Digitalizado da Biblioteca Central Zila Mamede (UFRN)

Segundo Rocha Neto (2002) o impresso extrapolou as fronteiras do município de Caicó, possuindo leitores situados nos mais diversos municípios do Rio Grande do Norte e alcançando elogios por parte de outros veículos de comunicação:

A edição do Jornal das Moças (1926-1932) datada de 4 de abril de 1926, publica uma nota veiculada no Jornal do Sertão, editado na cidade de Patos, na Paraíba: Recebemos a gentil visita do “Jornal das Moças”, mimoso porta-voz das inteligentes filhas de Caicó, no vizinho

estado do norte. O *Jornal das Moças*, cujo corpo redacional é composto por Georgina Pires, Dolores Diniz, entre outras senhorinhas, traz seleta colaboração que auto-proclama o amor das moças caicoenses pelas causas do espírito (...). O interessante semanário apresenta feição material muito atraente (*Jornal das Moças*, 04/04/1926 apud Rocha Neto, 2002, p. 12).

Outros nomes de mulheres aparecem relacionados a criação e edição desse impresso, “Santinha Araújo, Maria Leonor Cavalcante, Julinda Gurgel, como, também, com várias moças da sociedade caicoense” (Neto; Moraes, 2012, p. 75). De acordo com os autores, esse grupo de mulheres escrevia sobre “literatura, humorismo e críticas com relação à condição da mulher na sociedade norte-rio-grandense” (2012, p. 75). O *Jornal*⁹ teve apoio de alguns nomes masculinos, seriam “Renato Dantas, Janúncio Bezerra da Nóbrega e José Gurgel de Araújo” (2012, p. 75).

2.3 A Revista *Pedagogium*: questões históricas a partir do olhar sobre um periódico educacional

A Revista *Pedagogium* configura-se como um periódico educacional, pois garantiu na década de 1920, que sua circulação proporcionasse a validação de novas ideias educacionais que chegavam com efervescência ao Estado do Rio Grande do Norte através de publicações mensais, por tratar-se do interesse daqueles que estavam à frente dos interesses públicos na época. Visando uma nova nomenclatura que pudesse contribuir para avanços na educação popular, a *Pedagogium* fortaleceu a funcionalidade dos ideários da Associação de Professores.

O desafio de realizar uma pesquisa tendo um impresso periódico como fonte principal é explicado pela resistência que este sofreu até meados de 1970. Fontes como jornais e revistas eram tidas como inadequadas, principalmente para marcar fatos históricos. Toledo e Junior (2012) explicam que no Brasil, escassamente encontravam-se trabalhos que se valiam dessas fontes para pesquisa histórica.

O que existia de significativo eram bibliografias sobre a difusão da imprensa no país, sobre a história de jornais e sobre o itinerário

⁹ Sobre o periódico, consultar a dissertação de mestrado intitulada “*Jornal das Moças (1926-1932): educadoras em manchetes*”, disponível em: <https://www.bocc.ubi.pt/pag/neto-manoel-jornal-das-mocas.pdf>

intelectual de jornalistas eminentes. Ou seja, havia uma produção consistente sobre História da Imprensa, entretanto, a ideia de se fazer História por meio da imprensa ainda encontrava muita resistência. Os jornais e revistas pareciam aos pesquisadores fontes pouco adequadas para trazer luz aos fatos históricos. A ideia corrente era a de que a imprensa, por ser resultado da convergência de interesses, compromissos e paixões, implicaria na composição de uma realidade distorcida (Toledo; Junior, 2012, p. 260).

Conseqüentemente, após a década de 1970 a imprensa periódica começa a ganhar espaço e validade aos olhos dos pesquisadores, a longo prazo foi se tornando requisitado ao público. Existem características que são um tanto quanto pertinentes para atribuir seriedade ao impresso, seriam elas: a hierarquia nas quais as notícias são publicadas, observar se existem interesses políticos partidários nos textos disseminados, a materialidade acomete significados as fontes segundo as autoras Toledo e Junior (2012) diz muito sobre o impresso o tipo de folha, tamanho de lauda, a imagem, cor, entre outros aspectos. Um pesquisador precisa tratar sua fonte de maneira impessoal, pois pode cometer negligência com sua temática.

O impresso por nós escolhido faz reverberar inúmeras temáticas que transpassam um tema específico que é a educação Norte Rio-grandense. No impresso é possível encontrar texto que relata a situação da educação naquela década, expõe muitos nomes que fizeram parte da política e de instituições públicas do RN. Além disso, contempla textos que ensinavam sobre sistema de numeração, utilização correta de partículas da língua portuguesa, texto que esboçaram as opiniões que se tinham a cerca a educação de homens, mulheres, passagens, viagens, visitas a outros estados e até mesmo teses que relataram modelos de educação de outros países, tudo isso com a intenção de contribuir para a formação dos (as) professores (as) do Rio Grande do Norte, nas regiões metropolitanas e interioranas.

É válido salientar que, para pesquisas históricas e educacionais o pesquisador não precisa deter-se única e exclusivamente a periódicos educacionais, uma vez que, para o olhar aguçado de um pesquisador, é perfeitamente possível extrair de publicações de fatos gerais, ou mesmo que não se detém a metodologia educacional, informações que possibilitem a escrita do que se propõe dentro da história da educação.

Este é o caso da pesquisa em questão, como é possível extrair de um periódico, mesmo este sendo educacional, informações sobre a condição feminina

historicamente falando, observando e analisando nos textos de forma geral até mesmo daqueles que não tem a mínima intenção de representar mulheres. Celi Vasconcelos entende que “na pesquisa em história da educação, as ações metodológicas buscam aproximar as hipóteses pertinentes ao problema de investigação, delineando os passos iniciais de inserção no campo de pesquisa” (2014, p.37).

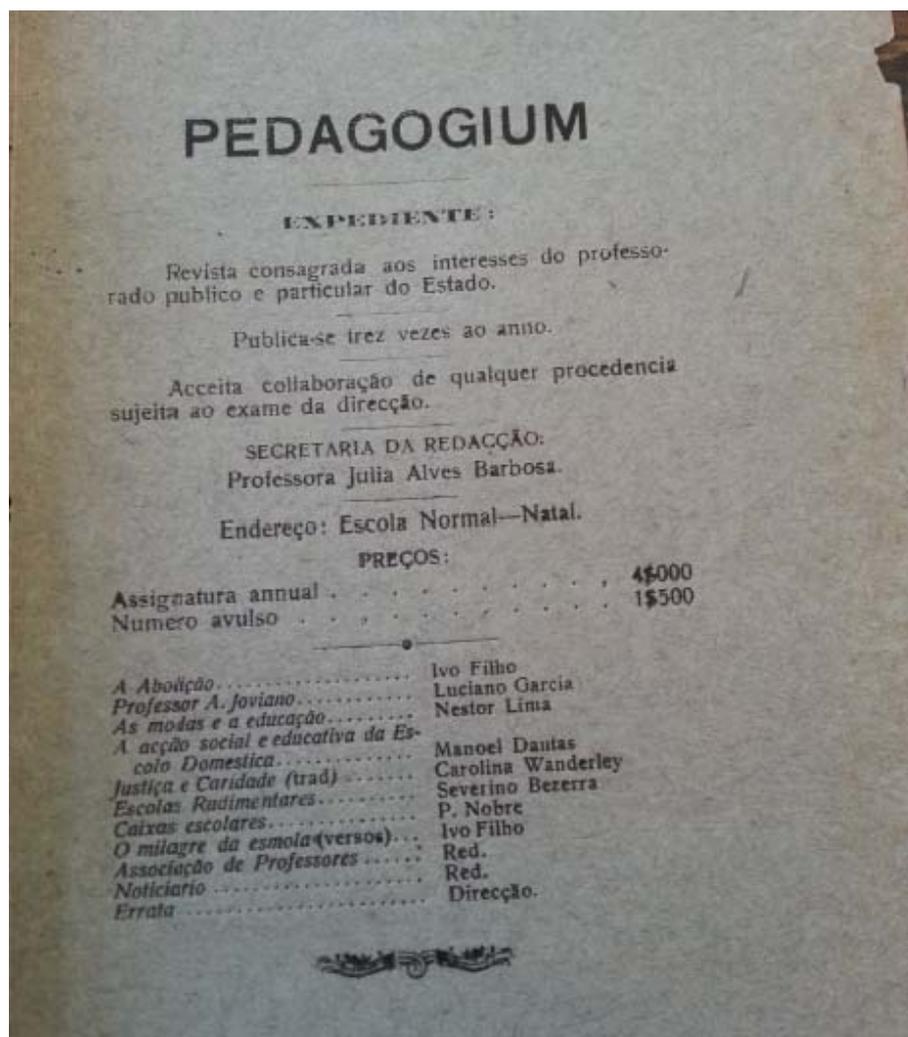
Para estabelecer essas conexões hipóteses/problema de pesquisa, na maioria dos casos, é necessário utilizar, inicialmente, diversas fontes, entre elas, documentos oficiais como pareceres, decretos, estatísticas, relatórios e atas. Eles asseguram os marcos fundantes necessários para o estabelecimento de datas, lugares, instituições, sujeitos e nomes, cujas pistas levam à história que está sendo buscada. Cumprida essa etapa, é importante voltar-se para a produção científica e bibliográfica realizada sobre o local e a época pesquisados, com o objetivo de conhecer o quadro social, político e econômico em que a história será contada (Vasconcelos, 2014, p.37).

Para a análise de um impresso, consideramos que as fontes não se configuram enquanto instrumentos que apenas oferecem informações àqueles que as consultam. O levantamento de informações e a produção de dados emergem a partir do que se torna possível compreender na construção das interpretações viabilizadas através dos diálogos teórico-metodológicos. Chartier (2010) destaca que precisamos compreender as lógicas materiais que constróem os escritos, uma vez que, seja por meio de objetos ou vozes, são elas que os tornam acessíveis aos seus leitores:

[...] o sentido de qualquer texto, seja ele conforme os cânones ou sem qualidades, depende das formas que o oferecem à leitura, dos dispositivos próprios da materialidade do escrito. Assim, por exemplo, no caso dos objetos impressos, o formato do livro, a construção da página, a divisão do texto, a presença ou ausência das imagens, as convenções tipográficas e a pontuação (Chartier, 2010, p. 08)..

Assim, operamos com o periódico educacional situando-o em seu contexto de produção, considerando aqueles que fazem parte da condução dos trabalhos expressos no periódico, buscando entender a rede de relações que conecta o grupo de faz parte da APRN e, portanto, também das publicações da Revista *Pedagogium*.

Figura 10: Revista *Pedagogium* (1921)



Fonte: Laboratório de Imagens da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (LABIM - UFRN)

Uma das formas que mapeamos os dados sobre os temas publicados e seus autores é a partir do índice contido no final da revista e que atribui os textos veiculados no número em questão aos que os produziram. Na imagem acima, identificamos nomes como do então diretor da Instrução Pública, Manoel Dantas, dos educadores assuenses Nestor dos Santos Lima e Maria Carolina Wanderley Caldas, além dos professores Ivo Filho e Severino Bezerra.

3 - REPRESENTAÇÕES DE EDUCAÇÃO FEMININA NA REVISTA PEDAGOGIUM

A Revista *Pedagogium* tem como origem o princípio da circulação para atender aos interesses do magistério público bem como do estado, por sua vez, constituiu-se como um importante veículo de disseminação de ideários que envolviam a educação da época, bem como apresentava diversos discursos acerca dos interesses, fundamentalmente da educação, a partir do olhar de figuras que representavam o estado na época, sejam professores (as), representantes políticos, entre outros civis.

Os anos Iniciais do século XX se caracterizam como um período de acontecimento de reformas educacionais na instrução pública, estabelecimentos escolares e de formação profissional, situados em prédios que também em suas arquiteturas versassem sobre a modernização social que se desejava empreender.

Figura 11: Sede do Departamento de Educação do Rio Grande do Norte (1927)



Fonte: Álbum da Escola Normal de Natal - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN)

A Revista *Pedagogium*, por sua vez, nasce a partir da Associação de Professores do Rio Grande do Norte (APRN). A Associação foi fundada em dezembro de 1920, ano este que se comemora uma década da formação da primeira turma pela Escola Normal de Natal, mais precisamente no dia 04/12/1920 (Pedagogium, 1921). Abaixo, apresentamos um registro da turma de formandos, professores e, em destaque na imagem, o então diretor da Escola Normal de Natal, Nestor dos Santos Lima.

Figura 12: Turma composta por formandos, professores e o diretor da Escola Normal (década de 1920)



Fonte: Nascimento (2018)

O impresso em questão nos fornece muitos elementos para conhecermos e compreendermos os objetivos almejados pela APRN, tendo como idealizadores Amphilóquio Carlos Soares da Câmara, Francisco Ivo Filho, Luís Correia Soares de Araújo e Luiz Antônio (Pedagogium, 1921). A diligência em criar um grupo com tais finalidades contou com a presença de ilustres participantes, apoio vindo de autoridades políticas e administrativas do Estado que se ligavam à iniciativa educacional.

Neste evento que ocorrera como uma espécie de solenidade que aconteceu no salão nobre do Palácio do Governo onde se fizeram presentes Antônio de Souza que ocupava o cargo de Governador do Estado na época, Manoel Dantas o então Diretor

Geral da Instrução Pública e Nestor dos Santos Lima que ocupava função de Diretor da Escola Normal de Natal (*Pedagogium*, 1921).

Assim como no grupo formador da Associação de Professores do Rio Grande do Norte, na Revista *Pedagogium* havia também a presença e contribuição de outros sujeitos da sociedade, a APRN vislumbrava uma ação que pudesse combater o analfabetismo, que pudesse espalhar conhecimento, especialmente ao interior do estado, sobre metodologias de ensino, objetivava unir ainda mais a classe, por tanto, tinham uma missão. Destacamos então a Revista *Pedagogium* como principal instrumento de veiculação com demandas significativas acerca dos interesses dos formadores educacionais.

No dia 12 de dezembro reuniu-se em assemblêa geral a “Associação de Professores” sendo discutidos e aprovados os Estatutos. Em seguida foi aclamada a primeira directoria efectiva que ficou assim organizada: Presidente - Amphilouquio Carlos S. da Camara, Vice-presidente - Francisco Gonzaga Galvão, 1º Secretario - Julia Alves Barbosa, 2º Secretario - Oscar Wanderley, Adjunta - Stella Ferreira Gonçalves, Orlando Luiz Soares d’Araujo, Vive-oradora Djanira Leite, Thesoureiro - Francisco Ivo Cavalcanti, Adjunto - Luis Antonio F. S. dos Santos Lima, Bibliothecario - Braz Caldas, Adjunta - Anna da Silva Araújo (*Pedagogium*, 1921, p. 7-8).

Um modelo similar à *Pedagogium* já teria sido implantado no Rio de Janeiro no ano de 1890, idealizada pelo “Estado Republicano Brasileiro, vão buscar na França o modelo a ser seguido, com o objetivo de estimular a discussão educacional e a renovação pedagógica, ou seja, pretendem seguir a corrente pedagógica europeia” (Bastos, 2000, p. 94).

Desta forma, acreditamos que a Revista *Pedagogium* foi idealizada com o propósito de difundir conhecimentos, bem como instaurar nada mais nada menos do que uma moderna e inovadora perspectiva pedagógica, a luz de um grupo que viria a transcender através de um impresso por todo Estado Norte Rio-grandense, podendo ser acessada não só pela categoria, mas por outros sujeitos da sociedade, assim fosse de seus interesses.

A revista então, é o laboratório científico que assume, como já registrado, espaço científico acadêmico e propagador, que se propõe a contribuir e instrumentalizar o professorado para atuar com conhecimento e técnica, exigências da modernidade, no caso do

nosso recorte histórico, do processo de industrialização e suas necessidades técnicas (Ribeiro, 2020, p. 20).

A Revista *Pedagogium* aloja-se como um veículo que objetivava criar uma atual forma de pensar no campo educacional, apresentar uma nova “cultura”, atendendo as proposições do movimento escolanovista, suas temáticas eram vastas. Evidenciamos que muitas representações foram incutidas no impresso em debate, uma vez que:

[...] as noções que se acoplam mais habitualmente à de “cultura” para constituir um universo de abrangência da História Cultural são as de “linguagem” (ou comunicação), “representações”, e de “práticas” (práticas culturais, realizadas por seres humanos em relação uns com os outros e na sua relação com o mundo, o que em última instância inclui tanto as “práticas discursivas” como as práticas não-discursivas) (Barros, 2005, p. 129).

Durante o período de sua circulação, entre os anos de 1921 e 1927, demarcação do nosso recorte temporal, houve três fases distintas na reverberação do impresso, sendo estas com quatro diretorias diferentes.

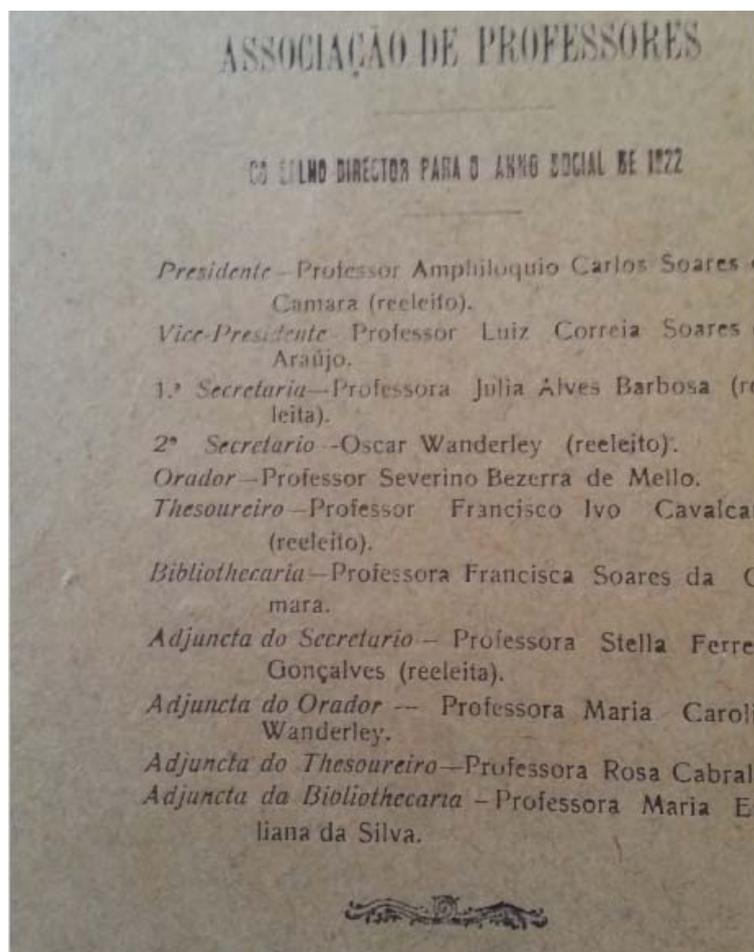
No primeiro ano de publicação do referido impresso, há um texto de abertura que ambienta seus leitores acerca da criação da Associação de Professores do Rio Grande do Norte (APRN), com a transcrição da Ata de Fundação, datada de 04 de dezembro de 1920, a qual destaca o pronunciamento do professor Luiz Soares que afirma de “tratar-se de novos tempos da nova cruzada do ensino” e, compartilhando a alocução que o sucederia, feita pelo professor Nestor dos Santos Lima:

Em seguida s. ex. concedeu a palavra ao dr. Nestor Lima, professor de Pedagogia e Pedologia e director da Escola Normal que fôra convidado especialmente para effectuar uma conferencia sobre historia do ensino neste Estado, o qual, assumindo a tribena, discorreu por cerca de 40 minutos sobre esse assumpto, "em uma bella conferencia, magistral na forma e nos conceitos, estudando o ensino publico no Rio Grande do Norte, desde os tempos coloniaes até hoje, em que, na posse de conhecimentos theoricos e praticos e dos methodos mais adeantados, os professores se congregam numa associação para incrementar o ensino, que se tiver o almejado exito será o maior propulsor do problema educativo, si naufragar será, em todo caso, um bello sonho".(Pedagogium, 1921, p. 6)

A organização da APRN, suas aspirações e, inclusive, composição, era compartilhada com os leitores da revista. No ano de 1922, por exemplo, é apresentada

a composição da diretoria responsável pela agremiação profissional docente do Rio Grande do Norte:

Figura 13: Apresentação da diretoria da Associação de Professores do Rio Grande do Norte para o ano de 1922



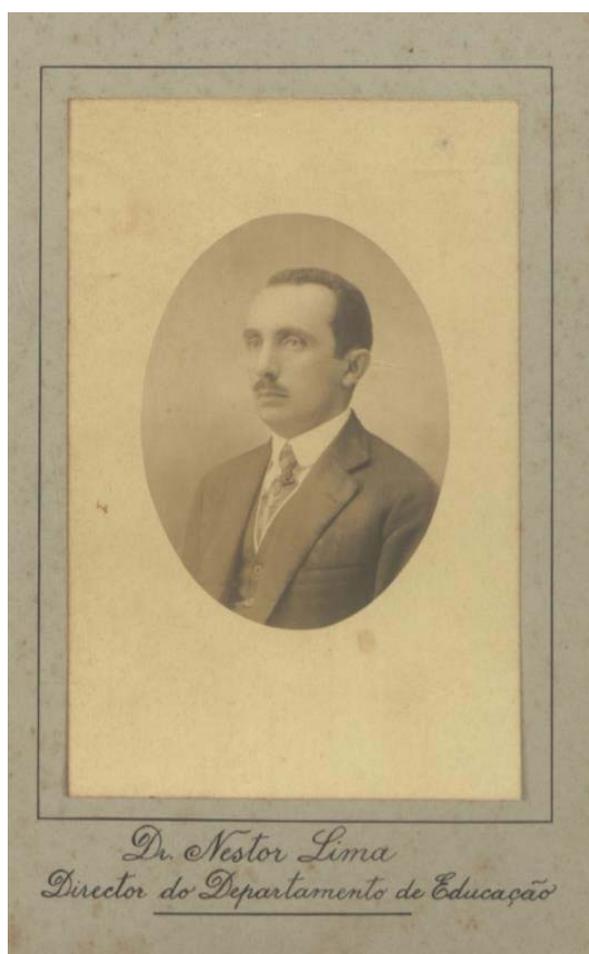
Fonte: Laboratório de Imagens da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (LABIM - UFRN)

O primeiro diretor da revista foi o professor Nestor dos Santos Lima, que exerceu o cargo entre os anos de 1921 e 1923. O educador, com forte atuação da educação norte-rio-grandense, teve considerável influência nos escritos sobre educação veiculados em impressos educacionais e, também, de circulação mais ampla na sociedade norte-rio-grandense, a exemplo do Jornal *A República* no qual foi responsável pela publicação da coluna Pedagogia (1911).

Nestor dos Santos Lima foi um educador comissionado para a realização de viagens pedagógicas oficiais, através das quais conheceu outras realidades educativas do território nacional e do estrangeiro. Nos anos de 1913 e 1923 deslocou-

se em jornadas pedagógicas que resultaram na publicação de dois relatórios oficiais. Atuou frente a reformas educacionais do estado, propondo, inclusive, a criação de um Departamento de Educação em substituição à antiga Diretoria Geral da Instrução Pública no ano de 1924, em parceria com o governador José Augusto Bezerra de Medeiros.

Figura 14: Nestor dos Santos Lima (1927)



Fonte: Álbum da Escola Normal de Natal - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN)

Posteriormente quem assumiu a cadeira foi o professor Amphilóquio Câmara no ano de 1924, levando em conta que este era o presidente da Associação de Professores.

Figura 15: Professor Amphilóquio Câmara na Revista Pedagogium (1927)



Fonte: Laboratório de Imagens da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (LABIM - UFRN)

Seguidamente teve-se o professor Luiz Soares em 1925, e por fim, o professor Francisco Veras (Ribeiro, 2020). A cada nova gestão pode-se observar que a redação da revista passou por algumas mudanças, no entanto, mesmo com alterações nesses quadros, a essência manteve-se em suas publicações.

3.1 O “lugar” das mulheres na Revista *Pedagogium*: leitoras, escritoras e/ou protagonistas?

Ao longo das inquietações que surgem no percurso de estudos de todo pesquisador, deparamo-nos com um impresso, que por vezes, já foi investigado e utilizado como fonte para impulsionar diversas pesquisas acerca de um leque de temáticas. No caminho até aqui, observamos que pouco se deu atenção, ou de fato, não houve investigações, que em especial, pautaram a figura feminina como centro das discussões.

Em vista disso, nesta fase buscamos estabelecer uma perspectiva a partir do olhar da pesquisadora sobre os ideários expostos na revista acerca do papel da mulher, ou seja, de como o feminino foi integrado na construção desse periódico, como se deu sua efetiva participação e a o que de fato a imagem da mulher esteve

atrelada durante o período de circulação, bem como quais as impressões e consequências fizeram-se reverberar na educação que se instaurou devido as representações “da mulher” e qual o seu “lugar” que foi delimitado a partir desse impresso durante sua propagação em todo estado na época.

Queremos abordar a temática com a finalidade de registrar as idealizações que foram publicadas na revista ao longo dos anos disseminados, para isso devemos compreender como historicamente se deu a função da mulher na sociedade. A espécie denominada fêmea (mulher) sempre sofreu retaliações de cunho biológico, veementemente, as mulheres se constituíram numa sociedade que nunca respeitou sua existência, que desde os primórdios nos lançaram funções e lugares que não pedimos. O fato é que nos “qualificaram” como “ideais” para exercer papéis que tivessem como objetivo central o “cuidar”, o “fazer”, o “limpar”, o “zelar”, o “acolher”, ou seja, todas aquelas tarefas que o homem não gostaria de realizar se apoiando em pressupostos biológicos, seriam destinadas às mulheres ao longo dos séculos.

Embora existam muitas teorias da conspiração que ainda tentam implicar que todas essas funções são requeridas pelas mulheres naturalmente, ou que sempre foi assim, que só depois dos movimentos feministas as mulheres começaram a “perder a essência” a sua “feminilidade”, como explicar aquelas que nunca se encaixaram no padrão mesmo quando o mundo era dominado, majoritariamente pelos homens, quando não se existia debates tão efervescentes para que pudessem refletir, é sempre bom ressaltar que por muito tempo as mulheres eram proibidas até de pensar, tudo se movia de acordo para que se mantivessem a ignorância sobre o que são direitos.

Logo vislumbramos aspectos que colocam as mulheres num patamar de luta, uma vez que, Louise Tilly (1990) nos ajuda a ponderar que a história das mulheres sempre esteve vinculada aos movimentos sociais. Dessa forma, precisamos analisar um termo que ganhou muita repercussão ao longo dos anos, especialmente em pesquisas que versam sobre a temática histórica das mulheres e outras “classes” consideradas minorias: o termo Gênero, para Joan Scott, implica na negação do determinismo biológico ao qual as mulheres foram submetidas de maneira a represar que o termo gênero “ênfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade” (Scott, 1995, p. 72). A autora entende gênero também como uma categoria de análise, haja vista a temática proposta, é notoriamente importante visualizar a categoria (gênero) como passível de análise social e histórica.

Os/as historiadores/as feministas que, como a maioria dos/as historiadores/as são treinados/as para estarem mais à vontade com a descrição do que com a teoria, têm, entretanto, procurado, cada vez mais, encontrar formulações teóricas utilizáveis. Eles/elas têm feito isto ao menos por duas razões. Em primeiro lugar, porque a proliferação de estudos de caso, na história das mulheres, parece exigir uma perspectiva sintética que possa explicar as continuidades e descontinuidades e dar conta das persistentes desigualdades, assim como de experiências sociais radicalmente diferentes. Em segundo lugar, porque a discrepância entre a alta qualidade dos trabalhos recentes de história das mulheres e seu status marginal em relação ao conjunto da disciplina (que pode ser avaliado pelos manuais, programas universitários e monografias) mostram os limites de abordagens descritivas que não questionam os conceitos disciplinares dominantes ou, ao menos, que não problematizam esses conceitos de modo a abalar seu poder e, talvez, a transformá-los. Para os/as historiadores/as das mulheres, não tem sido suficiente provar que as mulheres tiveram uma história, ou que as mulheres participaram das principais revoltas políticas da civilização ocidental (Scott, 1995, p. 73-74).

Com essa explanação, fica evidente que precisamos cada dia mais desenvolver estudos que problematizam a ideologia de gênero, para que desta forma, inteiremos a sociedade de forma minuciosa e não só sobre “achismos” sobre acontecimentos que constituíram o passado das mulheres e entendê-los sob a perspectiva de combater. Pensando nessas questões escolhemos a revista *pedagogium* como fonte de pesquisa para analisarmos o lugar, propriamente dito, a que as mulheres se situavam. O objetivo é investigar, situar e compreender as representações femininas neste impresso.

Para isso, foi realizado o estudo dos números publicados entre os anos de 1921 e 1927, no qual um minucioso mapeamento foi feito e de tal forma estabelecemos algumas categorias analíticas que situamos na tabela compartilhada a seguir:

Tabela 1: Categorias de análise elaboradas na investigação

MORALIZAÇÃO DO FEMININO	A FUNÇÃO SOCIAL DA MULHER	ASPECTOS DE EDUCAÇÃO FEMININA
O celibato pedagógico - Nestor Lima	O celibato pedagógico - Nestor Lima	A moça americana e as universidades - A educação e o problema

		da raça - Christovam Dantas
As modas e a educação – Nestor Lima	A ação social e educativa da escola doméstica – Manoel Dantas	A coeducação na América do Norte – Christovam Dantas
A moça americana e as universidades - A educação e o problema da raça - Christovam Dantas	A dona de casa como cidadã – Alzina Azevedo	Elementos de Educação Cívica – o voto – o sufrágio feminino – abstenção eleitoral – Oscar Wanderley
A coeducação na América do Norte – Christovam Dantas	A moça americana e as universidades - A educação e o problema da raça - Christovam Dantas	
	Elementos de Educação Cívica – o voto – o sufrágio feminino – abstenção eleitoral – Oscar Wanderley	
	Professora Ecila Cortez dos Santos Lima – Redação Texto em homenagem ao seu falecimento	

Fonte: elaborada pela pesquisadora a partir do mapeamento da revista

O objetivo do mapeamento foi inicialmente obter uma visão mais global dos conteúdos publicados nos números. À medida que essas leituras foram sendo realizadas, começamos a afunilar a busca separando os temas. Procuramos não dar ênfase de cara apenas a textos que traziam a figura feminina, a expressão mulheres no título em si, ou algo voltado exclusivamente ao gênero. Todos os textos foram analisados despidos de intencionalidade.

Nos deparamos com discursos, poemas, músicas, teses, textos de homenagens, para que assim averiguássemos a intenção ou mesmo a falta de intenção para com a figura feminina, como estavam presentes nos escritos. Com a pergunta de partida "leitoras, escritoras e/ou protagonistas", após uma análise macro, partimos para uma abordagem micro, na qual nos detivemos a perceber em que aspectos essas mulheres se encontravam.

Dentre os escritos publicados, alguns nos chamaram atenção logo no título. Tratam-se dos textos do professor Nestor dos Santos Lima, intitulados "O Celibato Pedagógico Feminino" e "As Modas e Educação", a princípio são extremamente impactantes. Esses textos foram publicados em uma época e num contexto que não nos enxergamos mais, logo, para entendê-los precisamos nos despir de achismos e convicção que temos hoje de acordo com o período que estamos vivendo.

No trabalho com a fonte histórica, realizamos o constante movimento de problematizá-la, corroborando com Barros (2019, p. 23. Grifo nosso) quando assinala:

Podemos finalmente compreender por que ela **[a fonte]** é a expressão ideal que se apresenta para se referir, de maneira adequada, ao extremamente vasto conjunto de documentos, vestígios e ressonâncias que, aos historiadores oferecem-se para a percepção da passagem da vida humana pelo espaço-tempo e para a compreensão dos processos históricos por ela gerados. [...] Sim, as fontes constituem de alguma maneira um dos princípios da história, que sem elas não seria possível; mas elas também são intrinsecamente o que assegura o próprio fluir do discurso do historiador - um tipo de texto no qual tudo almeja ser demonstrado passo a passo, revivido quando possível, imaginado quando necessário, problematizando sempre.

Quando o professor Nestor dos Santos Lima fala sua visão acerca do comportamento e da moral que acreditava que as mulheres, especialmente, as que se dedicavam à docência deveriam exercer, o autor, diante da época que vivia, dos costumes que abarcava, considerava que as mulheres não conseguiriam, ou mesmo não seria prudente dedicar-se aos cuidados da casa ao mesmo tempo debruçar-se ao ofício da sala de aula.

A publicação do texto sobre o celibato pedagógico feminino aborda uma temática de proibição do casamento para professoras (sexo feminino), no qual o autor alegava que um dos motivos para esta "regra", seria o fato de que estas mulheres não poderiam desempenhar bem as atividades de casa, enquanto esposas ou mães ao mesmo passo que as suas atividades como professoras. Indagava, também, sobre a

possibilidade de o trabalho como professora esgotar e destruir os nervos, por consequência, a mulher-mãe-professora, não poderia criar bem seus próprios filhos.

Um trecho retirado do texto original, que foi publicado no ano de 1921, no 1º número do impresso deixa essa visão explícita:

No Brasil, as soluções dadas pelos Regulamentos officiaes não resultam do estudo acurado das opiniões bem avisadas, mas, se vão fazendo ao léu do sentimentalismo ou da aversão dos redactores ou inspiradores dos decretos governamentaes. A recente lei de reforma primaria de Minas Gerais só dá acesso ao magistério ás professoras solteiras ou viúvas sem filhos. Ouço dizer que outros Estados brasileiros prohibem terminantemente ás professoras publicas o casamento, sob pena de perda da cadeira ou disponibilidade forçada... (Pedagogium, 1921, p. 44).

A maneira como o escritor apresenta os fatos, não evidencia que esta é a sua opinião, mas diz muito sobre o período temporal que vivenciava, e quais eram as expectativas acerca do tema, uma vez que, as únicas que não tinham direito de escolha sobre esse evento, eram as próprias mulheres, as professoras oficiais como Nestor situava. A tríade maternidade-docência-casamento é abordada por inúmeros autores e pesquisadores no campo da História da Educação, porque a docência, a princípio exercida por religiosos, teve em sua construção histórica o legado vocacionado, a partir do qual, subjetivamente era incultido que os mestres deveriam se manter em estado celibatário. Para as mulheres, sobretudo durante o período imperial, havia uma série de prerrogativas a serem cumpridas, as quais trataremos na terceira seção desta dissertação.

Atualmente, encontramos mulheres em inúmeros espaços de trabalho exercendo funções que nesse período seria impossível, embora a cultura que estereotipa o serviço doméstico às mulheres ainda perdure, fazendo com que muitas sintam-se sobrecarregadas, é impreterível dizer que o trabalho fora de casa possibilitou às mulheres finalmente conquistar sua independência, de modo que além da independência financeira, paralelamente, as mulheres começaram a ter a oportunidade de conquistar também inteligência emocional, conquistar acesso aos estudos, aos espaços de pesquisas, patrimônios, independência de modo global, mas obviamente isso não é via de regra.

Aproveitamos para fazer alguns apontamentos acerca da inserção das mulheres no mercado de trabalho nos últimos anos, apresentamos alguns gráficos

separados por regiões do Brasil. A intenção dos gráficos é incitar uma reflexão sobre quais os quesitos para em algumas partes do país as mulheres conseguirem se inserir com mais longevidade nas ocupações fora de casa, enquanto em outras partes podemos observar um declínio do serviço com carteira assinada.

No Norte e no Nordeste, por exemplo, a taxa de desocupação entre mulheres é bem mais alarmante do que no Sul, no Sudeste e no Centro-oeste, bem como o trabalho formal, seja por carteira de trabalho assinada, seja por carreiras militares ou enquanto servidoras públicas, segue em maior porcentagem na região Sul do país, especialmente em Santa Catarina, no Sudeste em São Paulo e no Centro-oeste no Distrito Federal.

Afunilando esse quadro para a região Nordeste, vamos destacar nosso Estado - o Rio Grande do Norte. Nesses dados que são do final do ano de 2019, ano este que antecedeu a grande Pandemia da Covid-19¹⁰, verificamos que 41,0% das mulheres tinham um trabalho formal, no qual 43,7% não contribuíam com a previdência social, embora trabalhassem formalmente.

A taxa de desocupação das mulheres (formalmente falando) é de 15,5% em relação a 10,4% dos homens e, em média o rendimento mensal dessas mulheres é de 1.654, relativamente, uma vez que sabemos que existem várias exceções que tornam este quadro outra realidade, existem outros fatores que contribuem negativamente para a discrepância de renda, de oportunidades de inserção no mercado de trabalho, como creches, apoio familiar, pobreza extrema, seca, fome, além da genuína condição feminina que já lhe põe em desvantagem.

Gráfico 1: Inserção das mulheres no mercado de trabalho (Nordeste, 2019)

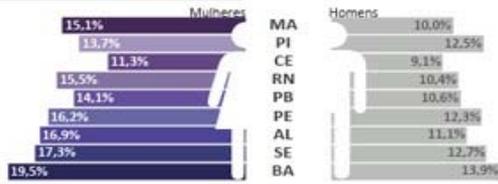
¹⁰ No enfrentamento de uma pandemia global causada pelo Sars-Cov-2, instaurou-se a necessidade de medidas de isolamento e distanciamento social, que trouxeram consigo a premissa de novos planejamentos e ações, frente às exigências sanitárias para o desenvolvimento de atividades básicas.

NORDESTE

A inserção das mulheres no mercado de trabalho

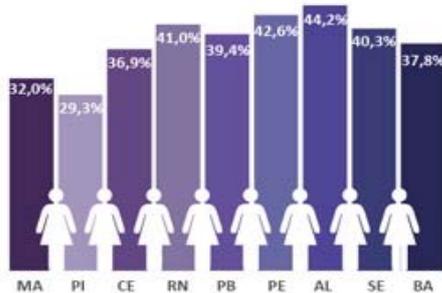
4º trimestre de 2019

TAXA DE DESOCUPAÇÃO



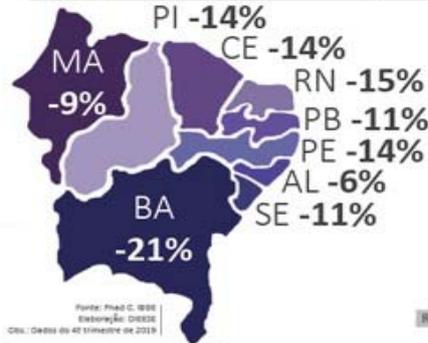
TRABALHO FORMAL

Proporção de mulheres ocupadas com carteira de trabalho assinada, militares e servidores estatutários



DIFERENÇA DE RENDIMENTO NOS ESTADOS

Entre mulheres e homens



RENDIMENTO MÉDIO MENSAL

Comparação mulheres e homens



PREVIDÊNCIA SOCIAL

Proporção de mulheres ocupadas que não contribuem com a Previdência Social



www.dieese.org.br **DIEESE**

Fonte: www.dieese.org.br

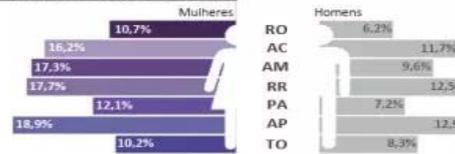
Gráfico 2: Inserção das mulheres no mercado de trabalho (Norte, 2019)

NORTE

A inserção das mulheres no mercado de trabalho

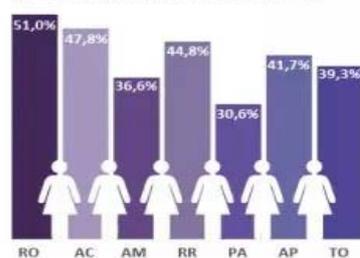
4º trimestre de 2019

TAXA DE DESOCUPAÇÃO



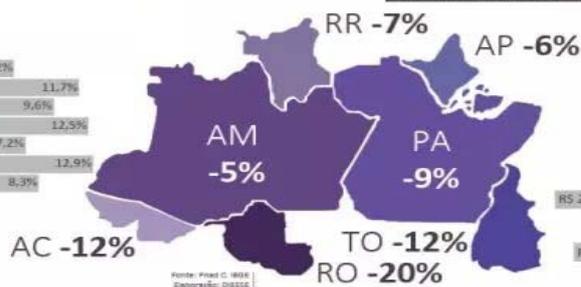
TRABALHO FORMAL

Proporção de mulheres ocupadas com carteira de trabalho assinada, militares e servidores estatutários



DIFERENÇA DE RENDIMENTO NOS ESTADOS

Entre mulheres e homens



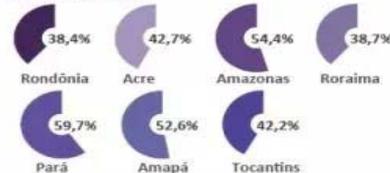
RENDIMENTO MÉDIO MENSAL

Comparação mulheres e homens



PREVIDÊNCIA SOCIAL

Proporção de mulheres ocupadas que não contribuem com a Previdência Social



www.dieese.org.br **DIEESE**

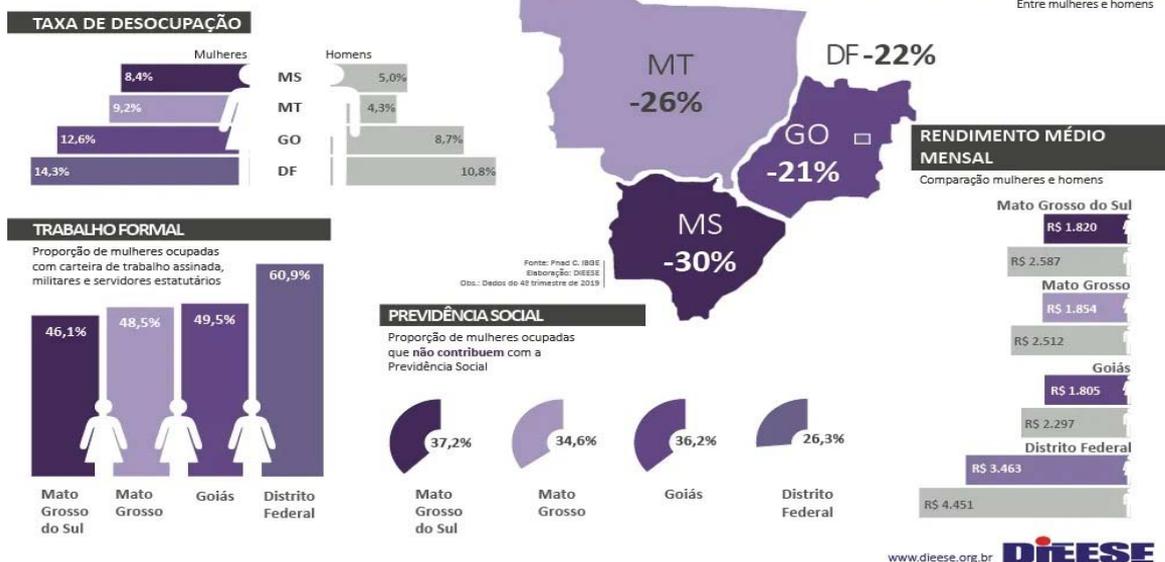
Fonte: www.dieese.org.br

Gráfico 3: Inserção das mulheres no mercado de trabalho (Centro-Oeste, 2019)

CENTRO-OESTE

A inserção das mulheres no mercado de trabalho

4º trimestre de 2019



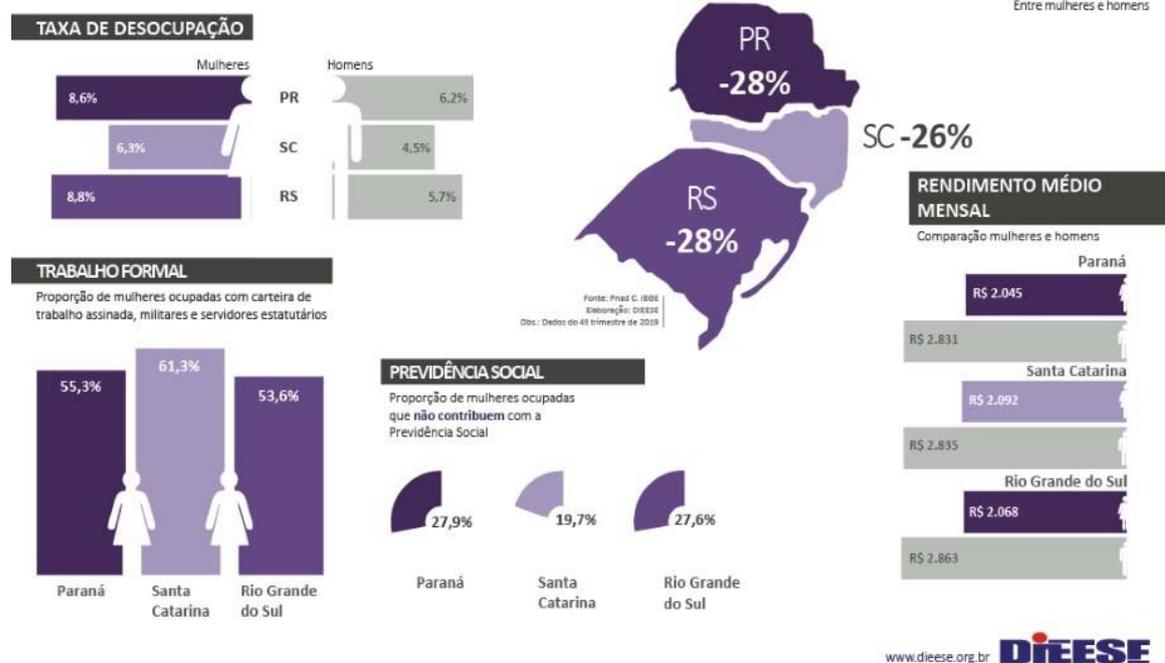
Fonte: www.dieese.org.br

Gráfico 4: Inserção das mulheres no mercado de trabalho (Sul, 2019)

SUL

A inserção das mulheres no mercado de trabalho

4º trimestre de 2019



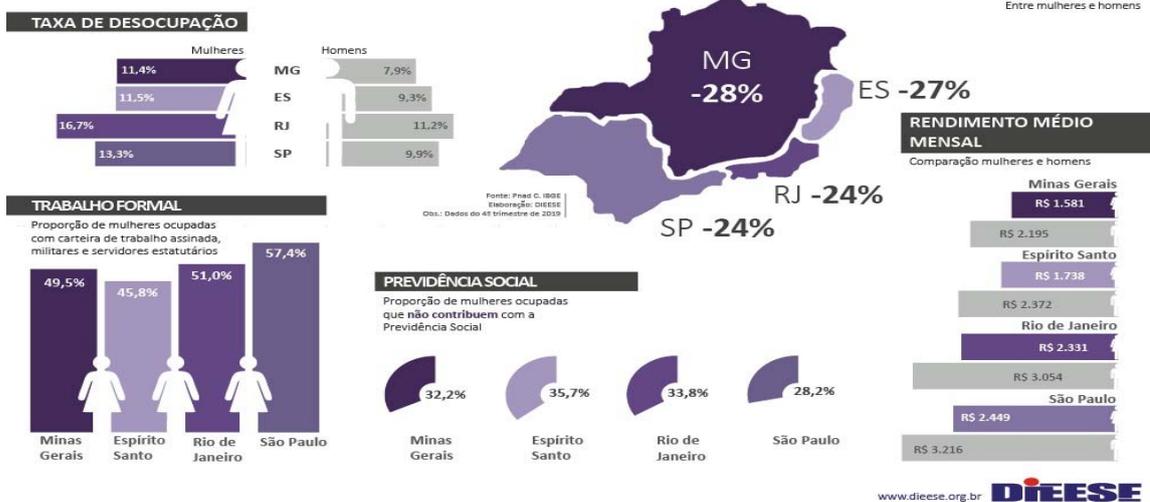
Fonte: www.dieese.org.br

Gráfico 5: Inserção das mulheres no mercado de trabalho (Sudeste, 2019)

SUDESTE

A inserção das mulheres no mercado de trabalho

4º trimestre de 2019

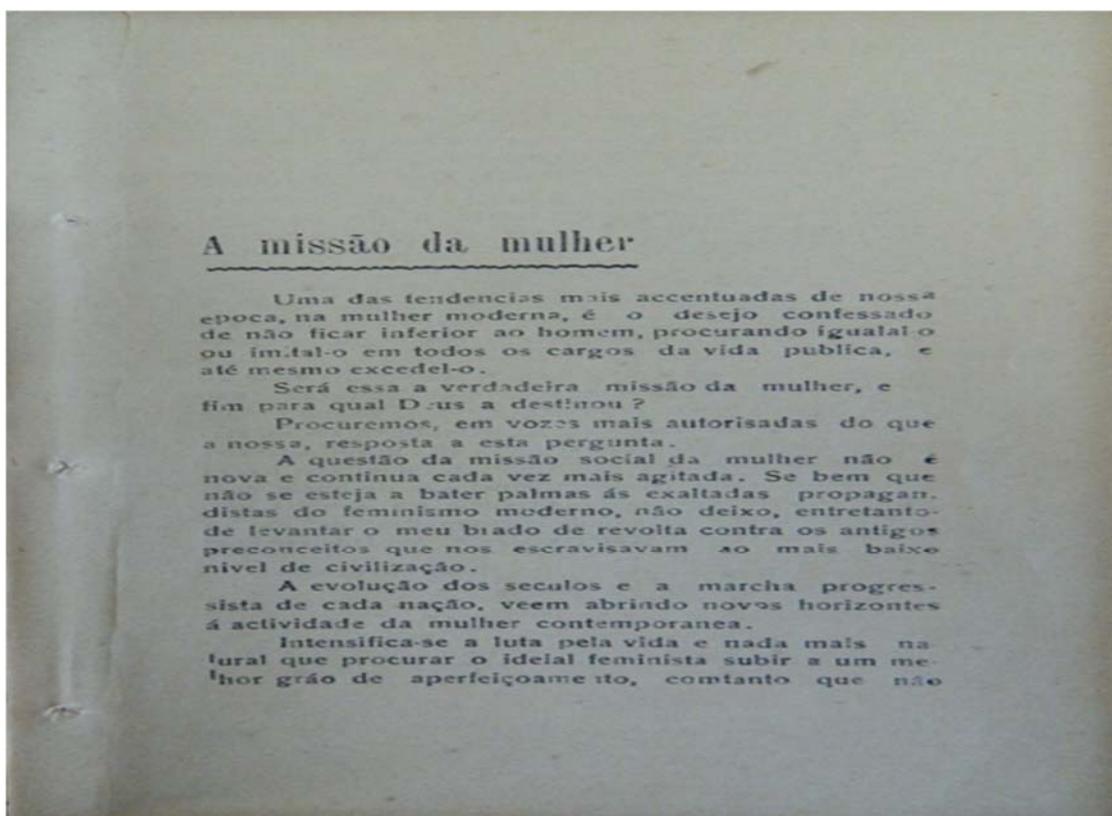


Fonte: www.dieese.org.br

Dadas essas informações nos entrelaçamos com o pensamento da Professora e autora Guacira Lopes Louro, que utiliza em um estudo um termo para fazer referência às mulheres: “A mulher visível”, passagem em que aborda que para “tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas, teve como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito — inclusive como sujeito da Ciência” (Louro, 1997, p. 2). De fato, os movimentos feministas repercutem até hoje na conquista das mulheres pela (des) invisibilização.

Retomando a publicação do *Celibato Pedagógico*, o autor enfatiza que não se poderia ser boa professora e boa dona de casa, o que sugere uma limitação imposta por outros. A revista *pedagogium* encontrasse num quadro de marcos na história da educação, encabeçada por homens, alguns desses escreviam sobre mulheres, como é o caso de Nestor dos Santos Lima, Christovam Dantas, Oscar Wanderley, entre outros. Na verdade, ao mapear a revista, pouco foi visto textos escritos por mulheres falando de mulheres, no entanto tem uma pequena publicação de Julia Medeiros no ano de 1925, no nº 21 que aborda uma temática um tanto polêmica, consideramos imprescindível apresentar o escrito, segue a publicação.

Figura 16: “A missão da mulher” publicado por Júlia Medeiros (1925)



Fonte: Laboratório de Imagens da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (LABIM - UFRN)

Júlia Medeiros inicia seu discurso com uma pergunta: “afinal, qual a missão da mulher?” Ela começa respondendo a própria pergunta com base em preceitos religiosos, quando declara que mesmo diante dos movimentos feministas que estavam se alastrando em favor da emancipação feminina, ela indaga: “mas, seria para este o fim que Deus destinou as mulheres”. Ou seja, notamos que embora no decorrer do texto a autora faça especulações sobre o engajamento das mulheres nos serviços fora de casa, ainda assim, segundo ela a mulher ainda deveria deter-se a funções domésticas, logo, missão da mulher continua retornando a principalmente ser boa filha, boa mãe e boa esposa. Com soberania à virtude cristã, Julia nessa publicação fica acreditava que as mulheres deveriam sim lutar, por independência, mas deveriam se lembrar das obrigações inerentes ao sexo.

Embora esse texto publicado na revista *pedagogium*, escrito por Julia Medeiros apresente, concomitantemente, uma posição que gera duplicidade de sentido,

dividindo aparentemente a opinião da escritora sobre “A missão da mulher”, Júlia era considerada em sua época uma mulher que lutava pelos direitos das mulheres.

Figura 17: Júlia Augusta de Medeiros (1925)



Fonte: Repositório da BCZM (UFRN)¹¹

Nascida em 28 de agosto de 1896, na fazenda Umari na cidade de Caicó-RN, Julia Augusta de Medeiros veio de uma família rica, bem estruturada e com princípios pedagógicos. Influenciada pela família no ano de 1921, Julia foi morar em Natal para estudar, formando-se no ano de 1925 e retorna a sua cidade como Professora em 1926. Daí em diante, Julia tem forte contribuição no que diz respeito às reivindicações femininas, ela foi a primeira mulher caicoense a exercer o direito ao voto.

Figura 18: Primeiras eleitoras do Brasil na cidade de Natal (1928)

¹¹ Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/14127/1/ManoeIPRN_TESE.pdf.



Fonte: Arquivo Nacional

Figura 19 - Professora Júlia Medeiros votando na cidade de Caicó-RN¹²



Fonte: Repositório da BCZM (UFRN)

No retorno para a cidade natal, Júlia Medeiros começa a lecionar numa conhecida instituição de ensino de sua época, além de ser uma mulher bem relacionada com figuras extremamente conhecidas e importantes para o Estado como Câmara Cascudo e Palmira Wanderley.

¹² “Júlia Medeiros votando na eleição de 05 de abril de 1928. Da esquerda para direita: Padre Floro Dantas, Eulámpio Monteiro, Eduardo Gurgel, Renato Dantas e Olegário Vale.” (Rocha Neto, 2005, p. 33)

Participava ativamente da política de sua cidade, realizava discursos, em que sobrepunham seus pensamentos sobre a posição da mulher frente a sociedade. Destacamos que Julia, além de professora, fez frente na política partidária como vereadora e escrevia num importantíssimo veículo de informação da década de 1920 que era o *Jornal das Moças*.

Infelizmente, o fim dessa grande personalidade feminina potiguar, segundo pesquisas, não foi muito feliz, especula-se que a professora terminou seus dias em Natal, morando sozinha e vagando algumas vezes pelas ruas. Julia Medeiros teria perdido as propriedades mentais, tinha lapsos de memória e sobre isso não se tem muitas informações, mas publicações associam seu adoecimento a algum distúrbio. Julia veio a falecer em 1972, e na época especulações apontaram que Julia teria cometido suicídio.

O texto “A missão da mulher”, acaba mostrando que é apenas uma partícula do acervo de uma autora, escritora, professora, mulher à frente de seu tempo. Assim como Julia Medeiros, outras mulheres aparecem na revista *Pedagogium*, no entanto essas duas personalidades nas quais nos deteremos, não recebem tanto espaço, aparentemente não recebem tanto protagonismo quanto poderiam ter.

Nos referimos a Julia Alves Barbosa Cavalcanti, uma das fundadoras da Associação de Eleitoras Norte-Rio-Grandenses e a segunda mulher que exerceu o direito ao voto no estado. Foi casada com o professor Francisco Ivo Cavalcanti, um dos nomes recorrentes que figuram por entre as páginas da Revista *Pedagogium*.

Júlia aparece na revista educacional com um texto que não aborda temática feminina, no entanto a autora traz um assunto que pouco se falava entre mulheres não professoras: a matemática. É válido ressaltar que ela foi a primeira mulher a lecionar a disciplina de matemática na Escola Normal de Natal¹³.

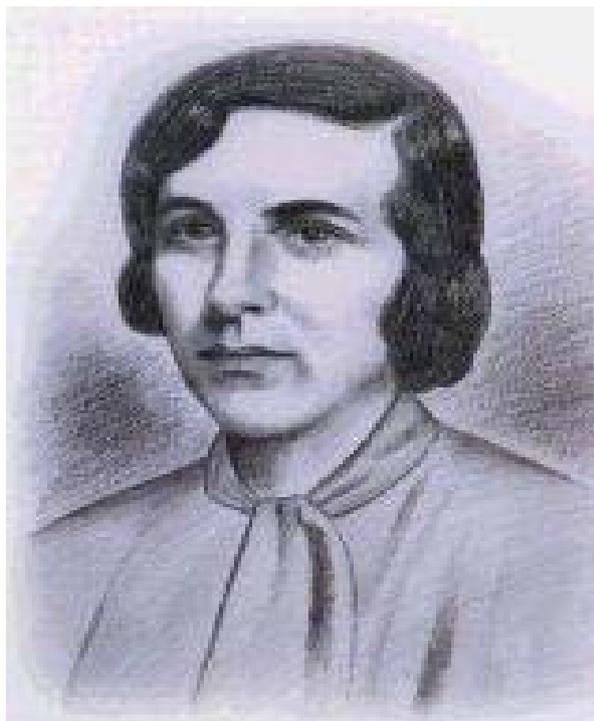
Figura 20: Júlia Alves Barbosa Cavalcanti¹⁴

¹³ Sobre este assunto, consultar:

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/download/51981/30608/138544>

¹⁴ Imagem disponível em:

<https://memorial.cmnat.rn.gov.br/2018/05/25/participacao-feminina/#:~:text=J%C3%BAlia%20Alves%20Barbosa%20Cavalcanti%20era,entrando%20por%20meio%20de%20concurso.>



Fonte: Memorial Legislativo da Câmara Municipal de Natal

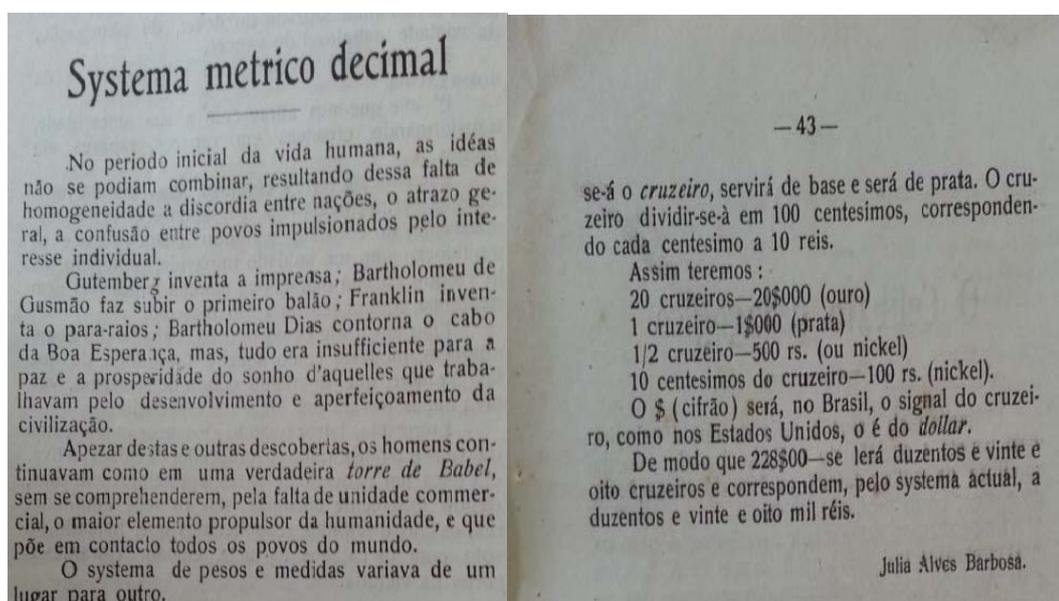
O texto intitulado “Systema Metrico Decimal” despertou a curiosidade da pesquisadora que busca saber quem foi Julia Alves. Nascida (1898-1943), é considerada uma pioneira em relação aos movimentos que visavam a emancipação das mulheres, engajada na luta pelo sufrágio feminino, ela foi diplomada. Além disso, de acordo com texto publicado pela Fundação José Augusto: “Mulher potiguar – cinco séculos de presença, Julia Alves poderia ter sido considerada a primeira eleitora do país, “pois requereu o seu alistamento eleitoral em Natal, em 22 de novembro de 1927”.

[...] menos de um mês depois de sancionada a Lei estadual de nº 660, que dava à mulher potiguar o direito de votar e ser votada. Ocorreu que o juiz de Mossoró despachou com mais agilidade um requerimento do mesmo teor, feito por Celina Guimarães Viana em data posterior ao dela, e assim Júlia Alves Barbosa tomou-se a segunda eleitora do país. A sentença do juiz de Natal, Manuel Xavier da Cunha Montenegro, só foi dada em 1º de dezembro desse mesmo ano. Mas, publicada em três colunas pelo jornal de maior circulação na cidade, causou grande impacto na sociedade natalense (Fundação José Augusto, 1999, p. 1).

Júlia Alves viveu apenas 45 anos, embora tenha uma trajetória de protagonismo reconhecida; foi umas das fundadoras da Associação de Eleitoras Norte

Riograndense, seu papel foi fundamental para a conscientização das mulheres enquanto movimento pelo voto, foi eleita para Câmara Municipal de Natal, Julia Alves foi também secretária da redação da revista. Com a pesquisa realizada para nos aprofundarmos acerca de sua história, não identificamos, até o presente momento, a existência de um trabalho acadêmico que tenha se dedicado, especificamente, à investigação sobre a vida da educadora e sua atuação na educação norte-riograndense. Em detrimento de suas qualificações, entendemos o fato dela ter seu texto publicado na revista, abaixo registramos o escrito:

Figura 21: Texto “O Systema Metrico Decimal” publicado por Júlia Alves Barbosa



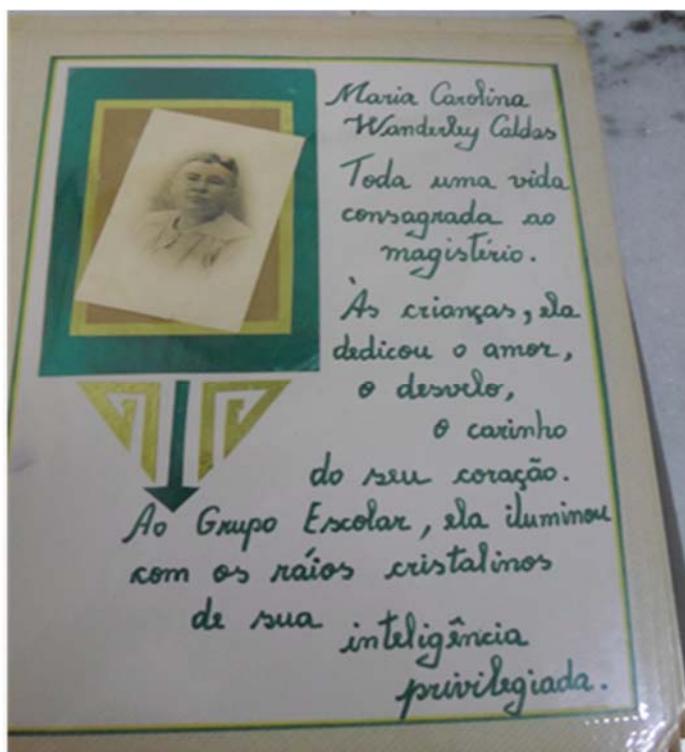
Fonte: Laboratório de Imagens da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (LABIM - UFRN)

Uma mulher cuja importância para a história das mulheres, e que se destacou na educação, não poderia passar despercebida. Suas contribuições estão pouco explicitadas, infelizmente, no interior da revista, mas o fato de ter texto publicado num veículo de informações educacionais como é a *Pedagogium*, já nos aponta indícios de sua inserção no ambiente de agremiação profissional docente.

Maria Carolina Wanderley Caldas é outra educadora que também aparece como autora na revista. Publica poemas em alguns números, especialmente, no ano de 1921, no qual são veiculados os textos “A Última Lição” e “Justiça e Caridade”. Na

edição de 1922, escreveu uma homenagem infantil “Ave, Brasil”. Em 1923, publicou “Árvores em Festa”, “Neste Dia”, “O Prisioneiro”. Ainda dentre os números da Revista Pedagogium concernentes ao recorte temporal proposto, identificamos no ano de 1924, os poemas “O Chapéu de Plumas”, e “O espelho”, também de sua autoria.

Figura 22: Registro de Homenagem à Maria Carolina Wanderley Caldas (1995)¹⁵



Fonte: Acervo da Escola Estadual Tenente Coronel José Correia - Assú/RN

A imagem acima destacada é parte de uma fonte documental escolar localizada no acervo da Escola Estadual Tenente Coronel José Correia, antigo Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia (1911), o primeiro a ser fundado no município de Assú - RN. O “Álbum de Memórias”, assim intitulado por Amorim e Barros (2021), foi uma fonte investigada e analisada pelas referidas pesquisadoras

¹⁵ O artigo discutindo aspectos referentes à fonte escolar encontra-se disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/5971>

Consideramos válido o destaque de que Maria Carolina Wanderley era prima de Palmira Wanderley, as duas foram as fundadoras da conhecida *Revista Via-Láctea*, anteriormente referenciada. Para que o(a) leitor(a) acesse o conteúdo de um dos mencionados poemas, transcrevemos “A Última Lição”:

A ÚLTIMA LIÇÃO

Sahira o professor... Era um doce velhinho
 De barba cor de neve e olhar quasi apagado
 Onde, apenas, trilhava a chamma do carinho;
 O corpo era vergado Ao peso do labor de tantos annos
 De esperanças, talvez e desenganos.
 Tinha de benção um gesto a mão do pobre velho,
 E na voz a inflexão suave de um conselho.
 A classe trabalhava ...
 Levára-o dalli algum negocio urgente;
 Supplicara silencio, enquanto se ausentava
 Promettendo voltar imediatamente.
 Attendido, porém, não fora o proressor –
 Na classe, mais e mais, vai crescenáo o rumor.
 Ficára a dsciplina em esquecimento:
 Saltam pelas carteiras,
 Derrubam as cadeiras,
 Ha gritos, ha contendas e pancadas,
 Inimigos se tornam, num momento, Os que eram camaradas...
 E um alumno cedendo a instinctos mais crueis
 No collega arremessa o calço de papeis...
 Nesse instante, porêm, em meio áquelle horror,
 Aparece na porta o velho professor ...
 Alveja-o o arremesso e a classe espavorida
 Vê o sangue banhar-lhe a fronte encanecida;
 Aquella nobre fronte que antes fôra,
 De ardentes sonhos agasalhadora;
 E que agora encerrava idéas mansas,
 De inocular o bem na alma das creanças.
 O tumulto cessára...
 Era grande o pezar Na classe a soluçar.
 Cada labio se abria á angustia de um gemido
 E cada coração pulsara arrependido...
 Que punição (e bem a merecia!)
 A classe soffreria? Ah! ja era de certo, um terrivel castigo,
 Ter feito ossim soffrer, o professor amigo!... Adeanta-se o culpado e
 em lagrimas desfeito
 Confessa ao mestre amado
 O crime perpetrado...
 Nelle a justiça impera,
 E resolute o seu castigo espera.
 O velho professor erguendo o busto
 E respirando á custo
 Estreita-o contra o peito,
 E o olhar embaciado perpassando
 Nesse formoso bando
 De creanças dessa escola tão querida

Que fora o grande amor de sua vida,
 Ao velas, do seu crime conscientes
 Cabisbaixas, silentes;
 Recordando os momentos de ventura,
 Daquela convivência ingenua, pura,
 Tão cheia de meiguice,
 - Alegria de sua mocidade
 Conforto da velhice
 Na triste solidão;
 Quase a desfallecer
 Inda pode dizer:
 -Castigo não tereis: de amor e de perdão
 —Quero dar-vos, agora, a última lição.
 1921.
 Carolina Wanderley
 (Pedagogium, 1921, p. 30-31)

No escrito acima transcrito, observa-se uma referência ao perfil do mestre-escola, figura presente nas salas de aula de instrução primária, sobretudo, no século XIX.

O nascimento do professor de instrução primária se faz em interação com a organização e difusão da escola popular e com o desenvolvimento dos grandes sistemas escolares, tal qual nós ainda em nossos dias os conhecemos. A gênese do sistema de ensino de Estado e da profissão de professor remonta ao fim do século XVIII, mas é somente no final do século XIX que a escola e o professor de instrução primária adquirem as características que permanecem sendo as suas atualmente (Nóvoa, 1987 apud Schueller, 2005, p. 333).

Observando aspectos relacionados à educação, tais como perfis de formação e atuação docente presentes na Revista *Pedagogium*, retomamos o título e, também, indagação que orienta a construção desta subseção: qual “o lugar” das mulheres na Revista *Pedagogium*? Seriam elas leitoras, escritoras e/ou protagonistas?

No folhear [digitalmente realizado] das páginas do periódico, percebemos que não há uma forma específica de participação feminina por entre os escritos postos no impresso. As mulheres figuram como participantes da estrutura organizativa da APRN, à exemplo de Júlia Alves Barbosa, que era professora, escritora do periódico e também secretária da redação.

3.2 Expectativas de profissionalização docente feminina expressas na Revista *Pedagogium*

Os processos de profissionalização docente não são produzidos de modo endógeno, visto que são atravessados pelas tensões que constroem o tecido social de determinado período histórico. O que repercute na Revista *Pedagogium* claramente nos possibilita estabelecer relações entre as representações de educação feminina e possíveis expectativas de profissionalização docente. De acordo com Nóvoa, o processo histórico de profissionalização do professorado começa a ganhar relevância por volta da segunda metade do século XVIII, e leva em consideração vários aspectos para constituição dessa classe, como de fato sendo uma profissão. Indagações como a religiosidade do professor, quem deveria manter o salário do sujeito em questão e a forma como deveria ocorrer a escolha do profissional, eram interrogativas que giravam em torno de formar um perfil satisfatório de professor para atender às futuras demandas.

Sabemos ao passo que essas discussões foram tornando-se cada vez mais palpáveis, que por um longo período, a profissão professor vinha sendo desenvolvida de forma secundarizada, de maneira subsidiária e não especializada segundo Nóvoa, especialmente, tomada por grupos de interesse comum, como era o caso das congregações religiosas, que por tempos exerceram o papel que cabia ao professor.

Acreditava-se que para exercer tal função era necessário possuir um “*corpo de saberes e de técnicas*” além de “*conjunto de normas e de valores*” (Nóvoa, 1995, p. 15-16). O que entende-se por corpo de saberes e de técnicas é que começasse a pensar na educação a partir da intencionalidade e leva-se em consideração que o professor e o conhecimento estabelecem uma relação dúbia entre ambos, dessa forma Nóvoa reflete que “*este corpo de saberes e de técnicas* foi quase sempre produzido no exterior do “mundo dos professores”, por teóricos e especialistas vários. A natureza do saber pedagógico e a relação dos professores ao saber constituem um capítulo central da história da profissão docente” (Nóvoa, 1995, p. 16).

Schueller (2005, p. 334), ao discorrer sobre o recrutamento docente para as escolas públicas da corte imperial faz menção ao Regulamento de Instrução Primária e Secundária da cidade do Rio de Janeiro, datado de 1854 que detalhou e sistematizou “a política de recrutamento e de controle dos professores públicos e particulares, conferindo destaque aos dispositivos de organização do pessoal do ensino público, então em franca e lenta constituição”.

O Regulamento de 1854 abrangia tanto as escolas públicas oficiais, como também as escolas privadas. Essas, por sua vez, funcionavam na própria casa do

mestre escola ou mesmo em algum outro espaço residencial alugado. Para que pudesse lecionar, o requerente deveria obter a licença que lhe poderia ser concedida pelo Inspetor Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte. A certidão de mestre licenciado, tornou-se uma prerrogativa para o exercício legal do magistério. Para conseguí-la, os candidatos(as) deveriam:

[...] justificar e comprovar o atendimento aos seguintes requisitos: a) aptidão para o magistério, a qual incluía tanto o conhecimento das matérias de ensino primário ou secundário quanto a habilidade técnica, o *savoir-faire* do ensino propriamente dito; b) maioridade civil, ou seja, mais de 21 anos de idade para os homens e mais de 25, **para as mulheres**; c) **moralidade de conduta profissional e pessoal, atestada por documentos escritos de pessoas idôneas da localidade em que residiam**; d) capacidade e habilitação para a função do magistério, avaliadas tanto na forma dos exames públicos escritos e orais, quanto através da comprovação de experiência prática da docência; e) nacionalidade brasileira.

Para as mulheres, ainda que maiores de 25 anos, havia outras exigências, reveladoras das relações sociais entre os sexos. No caso das moças solteiras, era necessária a apresentação de expressa autorização paterna ou de outro responsável para que se candidatassem a uma vaga como professora adjunta ou efetiva das escolas públicas de meninas. Se fosse casada, a candidata deveria apresentar a devida autorização marital para dirigir casa de escola e lecionar; se fosse viúva, o atestado de óbito. Quando separada, segundo as normas eclesiásticas, deveria apresentar a certidão do pároco. (Schueller, 2005, p. p.335. Grifos nossos)

O conhecimento de fatos como os que acima são por nós exemplificados, figuram como imprescindíveis na busca pela compreensão das produções expostas na revista *pedagogium* que nos levam a rever os processos de profissionalização docente.

Um exemplo cabível à discussão é retratado na Revista *Pedagogium*, por meio do artigo *As Modas e a Educação*, de autoria de Nestor dos Santos Lima. Nele, o educador revela aspectos que confirmam a moralização do feminino diante das funções tecidas pelas/para as mulheres na sociedade. Nas linhas que constituem o texto citado, notamos as relações que são feitas entre as vestimentas feminina e o caráter moral empregado, dessa forma destacamos uma passagem em que percebemos a assimilação da moda que ganhava destaque na França, especialmente, em sua capital, Paris, na qual se insere nas sugestões de vestuário feminino brasileiro. Evidenciamos a partir disso que:

A moda segue a exqu岸itice ou o bom gosto das profissionais parisienses ou cariocas, nem sempre orientadas pelas exigências rigorosas da higiene do vestuário, do decôro individual ou da pureza feminina, mas, procura, em regra, o maior proveito na sua especulação comercial, a propósito da inexperiência de umas e do des pudor de outras clientes. [...] A moda actual, que requinta na amplitude do talhe, na quase ausência das mangas e na economia das saias, podem dentro em poucos mezes, succeder os collarinhos altos, as mangas até á palma da mão e as saias de arrastão, que conduzem, pelo pavimento áfora, além do pó e do lixo que encontram, as economias do pobre pae de familia... (Pedagogium, 1921, nº 2, p.16-17)

O pensamento, ou percepção associada às vestimentas femininas ofuscaram, com ou sem intenção a profissionalidade das mulheres que estavam inserindo-se nos espaços educacionais, permitindo estereotipização e a delimitação do que era moral ou imoral nos preceitos sociais. Anamaria Freitas supõe que transcender o papel único destinado às mulheres o de (dona de casa), acabou por viabilizar a tão sonhada independência feminina, a autora relata:

A possibilidade de exercer uma profissão socialmente permitida garantia às mulheres a oportunidade de transcender o âmbito doméstico na busca de realização e independência social e econômica. O trabalho no magistério primário é caracterizado como inerente às qualidades femininas e indicado para as mulheres. [...] Em relação à motivação, muitas são as razões apresentadas: a boa reputação da instituição, tendo em vista seus professores catedráticos; os conselhos familiares; o desejo acalentado na infância em ser professora, entre outras.

Todos os "motivos" indicados não são apenas da ex-normalista; é explícito o papel da família - mãe, pai, avó - no encaminhamento ao curso normal. Era comum que a família participasse de suas decisões; no entanto, em alguns casos a influência foi decisiva, isto é, a ex-normalista era levada ao curso por uma decisão familiar. (Freitas, 2000, p. 104).

Ainda no texto intitulado *As Modas e Educação*, o mestre evoca a necessidade de vestimentas adequadas à prática de atividades físicas, visto que as normalistas aprendiam e praticavam a calistenia¹⁶, exercício que tem origem na Suécia do século XIX e que tornou-se bastante difundido nas instituições escolares:

Por essas razões e por outras que de prompto não nos ocorrem, e que, na direção da Escola Normal, tivemos de adoptar um traje

¹⁶ Sobre a ginástica sueca, consultar: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/320777>.

especifico para a classe de callisthenica, tão simples, modesto e confortavel quanto rigorosamente moral e hygienico, com o qual a bellezadas nossas discipulas realça e se aprimóra, emquanto que se torna possível toda a liberdade de movimentação necessaria á aprendizagem e á pratica da gymnastica suéca. (Pedagogium, 1921, nº 2, p, 19).

O professor, e então Diretor da Escola Normal de Natal, Nestor dos Santos Lima faz arguições higienistas sobre a primazia da boa conduta da mulher, uma vez que, o autor chega a situar inclusive, que diferentemente do debate efervescente que rodeava a conduta, pureza e feminilidade da mulher acabar sendo evidenciada através de seus trajés, superestimando suas vestes, nada ou tão pouco se propunha criticar acerca dos trajés masculinos.

Sobre as questões higienistas e seus impactos nos cenários sociais mais amplos, Menezes (2012, p. 186) aponta que:

Os pressupostos higienistas no discurso educacional da década de 1920 circunscrevem, no Brasil, um recorte histórico que contempla o final do século XIX, o advento da República e as três primeiras décadas do século XX, de consolidação da nova ordem. Período caracterizado por todo um quadro de conformação da sociedade brasileira concomitante às mudanças operadas no status quo. Nele, o ideário republicano de ordem e progresso se associa ao de uma modernização emergente, das descobertas científicas, das inovações técnicas e das máquinas, da urbanização e industrialização progressivas, em paralelo ao esforço de construção das novas instituições e a tentativa de criação de uma identidade nacional para o país estabelecida em torno de um modelo social. Sanear as cidades, modelar os costumes, disciplinar as populações, higienizar a sociedade de todos os males que obstem o progresso são então perspectivas de intervenção social desse período que se coloca no contexto histórico de uma efervescência cultural articulada sobre os eixos do saber médico e pedagógico, enfatizado no papel social da educação em torno da proposta de uma formação completa – física, intelectual e moral – do brasileiro capaz de delinear uma identidade nacional para o Brasil republicano.

Nestor Lima chama a atenção para a relação do vestuário feminino com a prática escolar das normalistas, prevista no regulamento da mencionada instituição de formação profissional docente. A prática das normalistas dava-se no Grupo Escolar Modelo Augusto Severo e tal atividade seria equivalente ao que hoje reconhecemos enquanto um estágio obrigatório para os cursos de formação de professores.

Considerando também que, em classe primária, quando a normalista faz as vezes de mestra e ensaia as suas propensões pedagógicas, num meio puramente escolar e apropriado, fizemos determinar que o mesmo traje fosse usado nos dias de prática escolar a que ella é obrigada pelo regulamento.

E, ainda desejando fazer distinguir e assignalar, onde quer que se apresentem, as nossas dignas alumnas, é que pretendemos tornar obrigatorio, no proximo anno escolar, o uso da vestimenta já adoptada para todos os trabalhos da Escola, como prova de uma regularidade, que bem se coaduna com a natureza das funcções a que se vão destinar, de futuro, que é a formação, pela escola primária, dos novos espiritos verdadeiramente amantes do que a natureza lhes concedeu na terra, nos costumes, nas virtude e nos habilos caracteristicos de nossa nacionalidade. (Pedagogium, 1921, n. 2, p. 19)

Ainda em sua argumentação, o autor conecta questões de ordem higiênica, moral e religiosa, ao acrescentar que:

Oxalà, consigamos realizar esta aspiração, sem que se nos deparem os entraves que a pouca decencia das modas, a caturrice ou a ignorância de alguns interessados sóe oppôr ás medidas que visam o melhoramento moral e material das classes escolares.

Bem hajam, por conseguinte, os que, como nós assoberbados de responsabilidades, pelejam a bôa peleja da decência do vestuário feminino, da moral, da hygiene e da Religião! (Pedagogium, 1921, n. 2, p. 19)

O exercício do magistério - feminino -, sobretudo, era atravessado por exigências pautadas nos aspectos de conduta decorosa e moralidade, além das associais inatistas feitas em relação ao sexo biológico feminino.

[...] inicialmente, as habilidades a serem desenvolvidas para o exercício do magistério feminino pareciam não depender de um processo de qualificação teórico-metodológico, já que as mulheres tinham a preferência para lecionar no magistério primário sem ter acesso a escolas normais, dependendo apenas da honestidade e de seus atributos "inatos" para exercê-lo. Além das habilidades consideradas "inatas" para cuidar de crianças, as mulheres professoras deveriam demonstrar honestidade, boa conduta e respeito aos padrões morais da época. (Freitas, 2000, p.103)

Os pré-requisitos elencados à formação feminina, desde a instrução primária até seus processos de profissionalização, retratam quais elementos eram responsáveis pelo crivo acerca do que seria uma boa professora. Tais condições eram - e seguem sendo - socialmente construídas objetivando qualificar o feminino que se

expressa na “mulher honesta, casada, boa mãe, laboriosa, fiel e dessexualizada.” (Rago, 1985, p. 90)

O tema da moralidade, em que pesem as ambigüidades e as diversas representações em torno da definição e dos significados do que seria um professor moralizado, não surgiu apenas no rol das intenções normativas das exigências legais estabelecidas pelo Regulamento de 1854 para o recrutamento docente. A moralidade dos professores primários também foi objeto constante de controle e de intervenção de grupos distintos no interior das comunidades locais em que os mesmos residiam e atuavam como docentes. (Schueller, 2005, p. 336)

O periódico sobre o qual nos debruçamos oferece diversas possibilidades para averiguarmos as expectativas voltadas à profissionalização docente feminina. O texto intitulado *Systema Métrico Decimal*, escrito pela professora Júlia Alves, formula uma espécie de divisor de água, ora, aquela época uma professora de matemática tendo possibilidade de publicar num impresso que circularia por todo estado, era de fato uma novidade, e acreditamos se configurar como “consequência” dos processos de profissionalização da profissão, logo, que a professora citada exercia seu cargo após ter sido diplomada, aferindo título de professora de matemática na Escola Normal de Natal. Embora, o conjunto normas e valores supracitados por Nóvoa pressupõem que:

Os professores aderem a uma ética e a um sistema normativo essencialmente religiosos; mas, mesmo quando a missão de educar é substituída pela prática de um ofício e a vocação cede o lugar à profissão, as motivações originais não desaparecem. Os professores nunca procederam à codificação formal das regras deontológicas, o que se explica pelo facto de lhes terem sido impostas do exterior, primeiro pela Igreja e depois pelo Estado, instituições mediadoras das relações internas e externas da profissão docente. E, no entanto, é incontestável que os professores integraram este discurso, transformando-o num objecto próprio: nas décadas de viragem do século XIX para o século XX, a época gloriosa dos Congressos de Professores que constituíram verdadeiros "laboratórios de valores comuns", sente-se a perpetuação de um ideário colectivo onde continuam presentes as origens religiosas da profissão docente (Nóvoa, 1995, p. 16).

No cerne dos entrelaçamentos que vinculam a docência à religiosidade e à suposta maternagem inata, encontramos expressões de tal compreensão dentre aqueles que estavam à frente dos rumos da educação pública no estado durante os primeiros anos do século XX. Sobre a relação entre mulher e educação no processo

de profissionalização e atuação, percebe-se a partir da ótica do diretor da instrução pública, Francisco Pinto de Abreu:

[...] o desejo de reabrir a Escola Normal de Natal e salienta a importância da inserção da mulher nessa instituição, uma vez que **possuía “dotes especiais para a delicada profissão de ensinar”** (RIO GRANDE DO NORTE, 1906, p. 5). Para este educador a presença feminina na Escola Normal indicava desenvolvimento, visto que em nações adiantadas como os Estados Unidos este era um fato reconhecido. As cadeiras do Ensino Primário deveriam ser “regidas exclusivamente por senhoras, atentas às suas naturais aptidões”. Além disso, esta era uma ótima profissão para as moças da classe menos abastada, mais fáceis de aceitar vencimentos modestos, do que os representantes do sexo masculino. (Morais; Nascimento, 2009, p. 269. Grifos nossos)

Ao observarmos tais aspectos que permeiam e constituem a educação feminina e que são disseminados em uma revista oficial da Associação de Professores do Rio Grande do Norte, atentamos para a relevância de atentarmos à construção de sentidos e significados que partem da análise de práticas culturais e que “[...] debruça-se sobre/os estudos das relações sociais de gênero para desvelar e buscar novas formas de compreensão da sociedade estudada, em suas condições concretas, traduzida nas práticas e representações de educadoras no contexto analisado”.(Machado, 2006, p. 33).

A partir da investigação realizada, identificamos que as representações de educação feminina, apreendidas a partir da análise da Revista Pedagogium, fazem-se presentes também nas expectativas de profissionalização docente que constroem as dinâmicas discursivas do periódico. Nesse sentido, operar com o conceito de representação em Chartier (1990, p.20) auxiliou-nos a compreender que nos possibilita “[...] ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado, por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de algum”.

Tais representações evocam o que tencionamos nos aproximar em termos de compreensão das dinâmicas socioculturais construídas em torno do feminino e das questões circunscritas ao campo da educação em um movimento que é, em sua complexidade, dicotômico, conflituoso e contraditório.

Em um mesmo contexto, percebemos apenas não a diferentes discursos acerca da educação feminina, mas, também, atuações profissionais e políticas

dissonantes com o que a configuração social da época disseminava enquanto esperado para o perfil feminino. Mulheres que faziam parte da Associação de Professores do Rio Grande do Norte onde se vincularam textos sobre a possível incompatibilidade entre o casamento, o magistério e a maternidade e que eram as mesmas que protagonizaram lutas em busca de seus direitos políticos, como é o exemplo de Júlia Alves Barbosa Cavalcanti, que tornou-se a segunda mulher eleitora no território norte-rio-grandense nas primeiras décadas do período republicano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho trilhado até aqui nos possibilitou, acima de tudo, construir reflexões acerca das representações de educação feminina incutidas na Revista *Pedagogium*. Através desta pesquisa foi possível elaborar uma discussão que visa contribuir para estabelecer outras possíveis visões e/ou interpretações para a compreensão da historicidade educacional norte-rio-grandense

A investigação trouxe à tona o comportamento do professorado na década cuja disseminação da revista acontecia, quais opiniões circulavam em torno da imagem feminina socialmente construída e, em específico, as discussões que encontravam-se de modo direto ou indireto interligadas aos processos de educação e profissionalização.

Por conseguinte, um ponto que consideramos passível de destaque versa sobre esta investigação que fez uso de um periódico educacional pela perspectiva da análise de gênero através das representações de educação feminina. Desde o momento em que consideramos a construção do objeto e, ainda do mesmo modo até o presente momento, não identificamos outras pesquisas que se detivessem às representações de educação feminina utilizando como fonte documental da Revista *Pedagogium*.

Os resultados da pesquisa apontam para uma presente discussão sobre educação feminina no periódico da APRN, seja nos textos que tratam diretamente sobre a formação e atuação de mulheres na educação do estado, ou, ainda, os que de modo mais subjetivo apontam aspectos relacionados ao que era esperado para a construção do perfil feminino almejado para a sociedade letrada que se buscava formar nas primeiras décadas do século XX.

Foi possível circunscrever algumas histórias e conhecer trajetórias de mulheres que fizeram parte do engendramento da Associação de Professores, bem como da concepção do impresso para o qual temos voltado nossos olhares. Pautas que tratavam sobre a função da mulher perante a sociedade, sua missão, vocação, estiveram presentes em todo enredo, de tal maneira conseguimos constatar a influência de estereótipos higienistas, patriarcais, morais e religiosos na criação/produção do perfil de mulher ideal para o exercício da docência; percebemos a limitação ofertada às demandas femininas quando tratava-se de optar pelos próprios anseios. Mas, quais seriam esses anseios?

A partir dessa indagação, percebemos que, embora não fosse nosso foco a identificação dos objetivos educacionais e profissionais de nenhuma educadora em específico, a pesquisa aponta para a construção de outros caminhos e novos objetos que foquem na trajetória de educadoras e contribuam para a historiografia da educação no Rio Grande do Norte a partir do estudo da complexidade de trajetórias de mulheres professoras.

A articulação com a história da educação se fez necessária e fundamental para aprendermos sobre os aspectos relacionados à educação feminina instauradas no movimento transitório de um século para o outro, onde novos ideários emergem. A discussão histórico-cultural contribuiu, essencialmente, para compreendermos a relevância de tratar sobre novos objetos de pesquisa, com uma compreensão mais profunda do passado, considerando nuances não necessariamente apresentadas nas fontes oficiais produzidas pelo poder público, mas, partindo de um registro impresso de uma instituição que agremiar profissionais da educação; ação que traduz, inclusive, o novo momento vivenciado no percurso de organização e profissionalização da docência.

Nosso objetivo, inicialmente, surgiu da curiosidade de perceber se existiam discussões envolvendo mulheres num periódico que advinha da iniciativa de fundação de uma Associação de Professores. Constatada, sim, a presença de mulheres nos mais variados espectros, nos perguntamos: quais representações são passíveis de emergir a partir de um impresso intrinsecamente vinculado ao campo educacional? Nossos anseios pela apreensão do enredo que construía nas relações sociais e a formulação de princípios orientadores para a educação existente no período, nos conduziram à percepção de preceitos e normas ainda conectavam-se com as fortes influências imperiais e que findaram por repercutir na educação pública oficial e suas perspectivas de aculturação e produção de valores comuns.

A revista nos permitiu visualizar que as mulheres faziam-se presente por entre as páginas dos jornais e revistas, fossem estas voltadas aos aspectos educativos ou não. Constatamos especificamente a nível de estado, a forte demanda de jovens mulheres que atuaram à frente da organização e disseminação de periódicos que dialogassem com possíveis leitoras que, na maioria das vezes, consumiam impressos organizados e escritos por homens.

Na Revista *Pedagogium*, por exemplo, foi possível aferir que as mulheres passaram a ocupar cadeiras que antes, possivelmente em séculos anteriores, só se

destinavam aos homens. Mulheres sendo diplomadas e, posteriormente exercendo a função de ensinar disciplinas de exatas, mulheres fazendo parte da coordenação, secretaria, organização de um grupo com interesses comuns como é o caso da APRN, mulheres que também tiveram a oportunidade de escrever sobre suas opiniões e crenças.

Presenciamos discussões que deram fôlego à nossa pergunta de partida, a reverberação da criação de uma nova imagem feminina, que mesmo ainda envolta por diversos paradigmas, dão conta de apresentar para a sociedade um novo exemplo feminino, uma figura que começa a ilustrar e pertencer a própria história. Os resultados obtidos nos fazem refletir as possibilidades formativas que começavam a acontecer para as mulheres no início do século XX, dado que, através da formação profissional, pois o magistério poderia também ser uma alternativa para "fugir" da obrigação matrimonial, caso esta fosse uma vontade; embora, no período em foco, o casamento e, por conseguinte, a maternidade, fossem postulados como duas das maiores aspirações para as mulheres de modo geral.

Nessa tessitura, percebemos que a História da Educação é um campo investigativo que demanda um olhar atento à categoria de gênero. Seja no escrutínio das legislações oficiais, que conferiam a autorização para o exercício da docência, ou mesmo na observância das temáticas emergentes dos mais distintos recortes espaço-temporais, percebemos a percepção da presença, ou mesmo ausência feminina em determinados espaços remete às lutas e tensionamentos historicamente construídos em torno das possibilidades de atuação das mulheres na construção social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. S. Mulheres na educação: missão, vocação ou destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. p. 55-100.

AMORIM, S. R. M. de; BARROS, M. C. de. Interpretações do “Álbum de Memórias” do Grupo Escolar José Correia. **Ensino em Perspectivas**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 1–12, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/5971>. Acesso em: 10 dez. 2022.

A Mulher Potiguar - Cinco Séculos de Presença. Natal-RN, Centro de Estudos e Pesquisas Juvenal Lamartine - CEPEJUL, Fundação José Augusto, 1999.

ANDRADE, A. O.; SANTOS, L. P. M. Feminismos, gênero e seus (des)caminhos: nuances de uma epistemologia sócio-histórica. In: ANDRADE, A. O. et al. (org). **Feminismo, gênero e sexualidade: diálogos contemporâneos**. Mossoró, RN: Edições UERN, 2016.

ARAÚJO, M. M. de; AQUINO, L. C. de; LIMA, Thaís Christina Mendes de. Considerações sobre a Escola Normal e a Formação do Professor Primário no Rio Grande do Norte (1839 – 1938). In: ARAÚJO, José Carlos Souza, FREITAS; Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **As Escolas Normais no Brasil: do Império à República**. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2017. p.203-216.

BARROS, J. A. **A História Cultural e a contribuição de Roger Chartier**. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

BARROS, J. **Fontes Históricas: introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

BASTOS, M. H. C. **Ferdinand Buisson no Brasil - Pistas, vestígios e sinais de suas idéias pedagógicas (1870 - 1900)**. História da Educação. ASPHE/FaE/UFPE, Pelotas (8): 79 - 109, set. 2000.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo, a experiência vivida**. Difusão Europeia do livro, 2ª edição. São Paulo, 1967.

BRASIL. Lei De 15 De Outubro De 1827. **Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio**. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1827. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-norma-pl.html> Acesso em: 08 jan. 2024.

CÂMARA, M; NETO, M. **Imprensa Feminina no Rio Grande de Norte: jornal O Sonho (1908-1909)**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Mossoró - RN – 12 a 14/06/2013.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Memória e Sociedade Coleção coordenada por Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto. 2ª edição - janeiro de 2002.

CHARTIER, R. **Formas e sentido - Cultura escrita: entre distinção e apropriação**. Tradução de Meirelles Matencio. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

CHARTIER, R. "Escutar os mortos com os olhos". **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 24, n. 69, p. 6-30, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10510>. Acesso em: 19 abr. 2023.

Dubar, C. (1997). **A socialização: Construção das identidades sociais e profissionais**. Porto, Portugal: Porto Editora.

DE LUCA, T. R.. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla B. (Org.). Fontes históricas. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

FREITAS, A. G. B. Trajetórias profissionais de ex-normalistas do instituto de educação Rui Barbosa: A construção do exercício docente (Aracaju-se 1920 - 1950). **Cadernos CERU**. Série 2. nº 11, 2000.

LACERDA, L. M. Lendo vidas: a memória como escritura autobiográfica. 1999. In: MIGNOT, A.C.V.; BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos (Orgs.). **Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica**. Florianópolis: Mulheres, 2000, p. 123-143.

GALVÃO, A. M. de O.; LOPES, E. M. T. **Território Plural: a pesquisa em história da educação**. São Paulo: Editora Ática, 2010.

LIMA, M. Educação e práticas pedagógicas: gênero e diversidade na sala de aula. Livro - **"Ensino e Gênero: perspectivas transversais"**, 2011. Páginas 61 - 74. Salvador UFBA - NEIM.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, RJ - Uma perspectiva pós-estruturalista. Vozes, 1997.

MACHADO, C. J. dos S. **Mulher e educação: história, práticas e representações**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2006.

MENEZES, A. B. N. T. de. As modas e o celibato: educação e normalização social no Rio Grande do Norte na década de 1920. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 12, n. 48, p. 184–198, 2013. DOI: 10.20396/rho.v12i48.8640016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640016>.

MORAIS, M. A. C. de. **Leituras de mulheres no século XIX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

MORAIS, M. A. C. de; LIMA SILVA, F. de. História da profissão docente em Natal/RN (1908-1920). **Revista Diálogo Educacional**, [S. l.], v. 9, n. 27, p. 267–278, 2009. DOI:

10.7213/rde.v9i27.3568. Disponível em:
<https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/3568>.

MORAES P; MARTELLI, A. **Jornal das moças**: as enunciações midiáticas e a noção de gênero e imaginário feminino no século XX. *Travessias*, Cascavel, v. 11, n.3, p. 1 – 19, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.unioeste.br/travessias>.

NASCIMENTO, F. de L. S.. **A Escola Normal de Natal**: Rio Grande do Norte, 1908-1971. Natal: IFRN, 2018.

RAGO, L. M. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890- 1930. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

ROCHA NETO, M. P.; MORAIS, M. A. C. *Jornal das moças (1926-1932): Presença de mulheres na imprensa Norte-rio-grandense. Universidade Potiguar (Quipus)*. Ano 1, nº 1, dez. 2011 / maio 2012.

NÓVOA, A. O passado e o presente dos professores. **Profissão professor**. Coleção ciências da educação, 2ª edição. 1995.

NÓVOA, A. **Le Temps de Professeur**: analyse socio-historique de le profession enseignante au Portugal. 2 volumes, Lisboa: INIC, 1987.

NÓVOA, A. Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, 2019.

NUNES, C; CARVALHO, M. M. C. *Historiografia da educação e fontes*. In: GONDRA, J. G. (org). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 17-62.

PASSO, E; ROCHA, N; BARRETO, M. **Gênero e educação**. Livro - “**Ensino e Gênero: perspectivas transversais**”, 2011. Páginas 49 - 60. Salvador UFBA - NEIM.

PESAVENTO, S. J. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

REVISTA PEDAGOGIUM, da Associação de Professores. Empresa tipográfica natalense, ano 1 nº 1. Natal - Julho de 1921.

RIBEIRO, M. F. **Revista Pedagogium**: a associação de professores em ação pelo projeto educativo da Escola Nova no RN (1920-1932). Natal, 2020. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.

ROCHA NETO, M. P. **Jornal das Moças (1926-1932)**: Educadoras em manchete. Natal, 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ROCHA NETO, M. P. **A educação da mulher Norte-rio-grandense segundo Júlia Medeiros (1920 -1930)**. Natal, 2005. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SARDENBERG, C; MACEDO, M. Relações de gênero: uma breve introdução ao tema. - Livro "**Ensino e Gênero: perspectivas transversais**". Salvador UFBA - NEIM. 2011. Páginas 33 - 48.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, v. 15, n.2, jul./dez. 1995.

SCHUELER, Alessandra Frota. De mestres-escolas a professores públicos: histórias de formação de professores na Corte Imperial. **Educação**. Porto Alegre – RS, ano XXVIII, n. 2 (56), p. 333 – 351, Maio/Ago. 2005.

SOUZA, R. F. de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

STAMATTO, M. I. S. Uma escola para as prendas: a escola de primeiras letras no Império brasileiro. In: CURY, Cláudia Engler; MARIANO, Serioja. **Múltiplas Visões**: cultura histórica no oitocentos. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009. p. 123-136.

STEPHANOU, M. BASTOS, M. **História, memória e história da educação**. Histórias e memórias da educação no Brasil, 2005 - vol. III.

TILLY, L. **Gênero, história das mulheres e história social**. Artigo publicado com o título: "Genre, histoire des femmes et histoire sociale", Gêneses 2. 1990, p. 148-166. Traduzido por Ricardo Augusto Vieira - Mestrando em Filosofia/Unicamp.

TOLEDO, C; JUNIOR, O. **A imprensa periódica como fonte para a história da educação: Teoria e método**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 48, p. 255 - 268 Dez. 2012 - ISSN: 1676 - 2584.

VASCONCELOS, M. C. C. Pesquisa em História da Educação: Acervos, arquivos e a utilização de fontes. **FRONTEIRAS**: Journal of Social, Technological and Environmental Science, Anápolis-Goiás, v.3, n.3, jul.-dez. 2014, p.33-47.

VIANNA, C. P. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 17, n. 18, p. 81-103, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/hQFDykQmWnPvj4TYTWYmKZb/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 16 jan. 2023.

XAVIER, L. Os professores frente à democratização do ensino: a profissão docente como construção histórica. In: FERREIRA, Marcia Serra; XAVIER, Libania; CARVALHO, Fábio Garcez de. **História do Currículo e História da Educação**: Interfaces e Diálogos. Rio de Janeiro: Quarter / FAPERJ, 2013, p. 263-284.